

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO REYES
MALDONADO”
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

MAÍRA BRÁS COSTA TERLIZZI

**OS DISCURSOS CIRCULANTES SOBRE OS PARDOS NAS MÍDIAS
DIGITAIS**

CÁCERES-MT

2025

MAÍRA BRÁS COSTA TERLIZZI

**OS DISCURSOS CIRCULANTES SOBRE OS PARDOS NAS MÍDIAS
DIGITAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), como requisito para a obtenção do título de Doutora em Linguística.

Linha de pesquisa: Estudos de Processos Discursivos.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Tafarello.

CÁCERES-MT

2025

© Maíra Brás Costa Terlizzi, 2024.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial desta tese, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

T318d Terlizzi, Maira Brás Costa.
Os discursos circulantes sobre os pardos nas mídias digitais /
Maira Brás Costa Terlizzi. - Cáceres, 2025.
104f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes
Maldonado", Linguística/CAC-PPGL - Cáceres - Mestrado Acadêmico,
Campus Universitário De Cáceres "Jane Vanini".
Orientador: Paulo César Tafarello.

1. Análise do Discurso. 2. Pardos. 3. Identidade. 4. Sujeito.
I. Tafarello, Paulo César. II. Título.

UNEMAT / MTSCB

CDU 81'42

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional de Cáceres

MAÍRA BRÁS COSTA TERLIZZI

OS DISCURSOS CIRCULANTES SOBRE OS PARDOS NAS MÍDIAS DIGITAIS

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo César Tafarello

Orientador-Presidente

PPGL/UNEMAT

Prof^a. Dra. Joelma Aparecida Bressanin

Avaliadora Interna

PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Alexandre Mariotto Botton

Avaliador Interno

PPGEL/UNEMAT

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues

Avaliador Externo

NEAD/UEMS

Prof. Dr. Wedencley Alves Santana

Avaliador Externo

UFJF

APROVADA EM: ____/____/2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente a Sergio, meu esposo e grande incentivador da minha caminhada acadêmica, a meus filhos Ulisses e Vicente e a todos os mestiços dessa América Latina, *un pueblo sin piernas, pero que camina*.

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo Sergio José Terlizzi pelo apoio e incentivo irrestrito à minha carreira acadêmica, tenho a sorte de poder contar com seus ouvidos, seu apoio e seu suporte em tudo que foi preciso para a realização desta pesquisa *y que suerte que en el Sur hayas nacido, y que burlemos las distancias, suerte que es haberte conocido...*

À minha mãe por ter me passado com seu exemplo a paixão pela docência e ao meu pai por ter me ensinado a amar os livros.

Ao meu orientador professor Dr. Paulo César Tafarello por ter acreditado na proposta desse trabalho, incentivado meu desenvolvimento profissional e aberto meus horizontes para novas possibilidades acadêmicas.

À professora Dra. Joelma Aparecida Bressanin e aos professores Dr. Alexandre Mariotto Botton, Dr. Marlon Leal Rodrigues e Dr. Wedencley Alves Santana por participarem das bancas de qualificação e defesa e pelas relevantes contribuições para esse trabalho.

À UNEMAT, instituição da qual orgulhosamente faço parte do corpo docente desde 2006, por ter possibilitado e viabilizado meu desenvolvimento profissional.

Eupardo
No limbo
Cor das bordas?
Atrigueirado, nem lá, nem cá
Dizem que sou:
Meio negro, meio branco,
Meio índio.
Negresco.
Eu,
Mameluco,
Mestiço,
Miscelânia,
Moreno,
Mulato?
Papel pardo,
marrom claro
marrom escuro
marrom bombom,
amarelo...tostado, bronzeado...
Eu cor de papel?
Cor de burro quando fuge?
Eu sou pardo
Eu sou todo humano.

(João Antunes Rodrigues; in: A travessia da palavra)

RESUMO

O trabalho que apresentamos inscreve-se na linha de pesquisa “Estudos de Processos Discursivos” do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) a teoria que sustenta nossas reflexões é a Análise do Discurso de linha francesa. Nossa pesquisa tem por objetivo analisar os sentidos de pardo na contemporaneidade a partir dos discursos de sujeitos-influencers que assim se autodeclaram e que produzem discursos sobre a identidade de pessoas pardas na rede social Instagram. Analisamos também como os sentidos de pardo produzidos pelo Estatuto da Igualdade Racial afetam esses discursos, gerando um movimento de resistência dos sujeitos aos processos de individua(liza)ção do sujeito pelo Estado que buscam homogeneizar essa classificação étnico-racial e invisibilizam a ancestralidade indígena da população brasileira. Nosso trajeto investigativo começa primeiramente apresentando nosso percurso acadêmico e o disposto teórico-metodológico que orientou essa pesquisa. No segundo momento, apresentamos o percurso histórico da gênese da sociedade brasileira e do imaginário de raça que aqui se impôs a partir da invasão europeia, assim recuperando as condições de produção históricas para compreender os diferentes sentidos de pardo ao longo do tempo. Nas condições de produção hodiernas analisamos como os discursos do Estado brasileiro conflitam e afetam os sentidos de pardo nos discursos que circulam no Instagram e como o discurso oficial invisibiliza a presença da herança indígena da população parda brasileira. Por último, analisamos discursos sobre a identidade racial de pardos produzidos por três influencers e publicados em forma de texto escrito em seus perfis públicos no Instagram. As análises que realizamos sobre os sentidos produzidos por esses ativistas, nas condições de produção atuais, nos mostram que há uma tensão entre os sentidos produzidos pelo Estado, a partir do Estatuto da Igualdade Racial que agrega pardos a categoria negro, e os sentidos produzidos pelos ativistas que não se reconhecem como parte dessa categoria. O que é um ato de resistência aos processos de individua(liza)ção do sujeito pelo Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso; Pardos; Identidade; Sujeito.

ABSTRACT

The work we present is part of the research line “Studies of Discursive Processes” of the Postgraduate Program in Linguistics at the State University of Mato Grosso (UNEMAT). The theory that supported our reflections is French Discourse Analysis. Our research aims to analyze the meanings of brown in contemporary times based on the discourses of self-identified influencers who produce discourses about the identity of brown people on the social network Instagram. We also analyze how the meanings of brown produced by the Statute of Racial Equality affect these discourses, generating a movement of resistance by the subjects to the processes of individualization of the subject by the State that seek to homogenize this ethnic-racial classification and make the indigenous ancestry of the Brazilian population invisible. Our investigative path begins by first presenting our academic background and the theoretical-methodological provisions that guided this research. In the second part, we present the historical trajectory of the genesis of Brazilian society and the racial imaginary that was imposed here after the European invasion, thus recovering the historical conditions of production to understand the different meanings of pardo over time. In the current conditions of production, we analyze how the discourses of the Brazilian State conflict and affect the meanings of pardo in the discourses that circulate on Instagram and how the official discourse makes the presence of the indigenous heritage of the Brazilian pardo population invisible. Finally, we analyze discourses on the racial identity of pardos produced by three influencers and published in the form of written text on their public profiles on Instagram. The analyses we carried out on the meanings produced by these activists, in the current conditions of production, show us that there is a tension between the meanings produced by the State, based on the Statute of Racial Equality that aggregates pardos to the category of black, and the meanings produced by activists who do not recognize themselves as part of this category. This is an act of resistance to the processes of individualization of the subject by the State.

KEYWORDS: Discourse analysis; Brown person; Identity, Subject.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

AIE: Aparelho Ideológico de Estado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- CARTUMANTE.....	61
Figura 2- PESSOAS PARDAS.....	85
Figura 3- ESCALA DE PARDOS	87
Figura 4 – MEME	88

SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS

SEQUÊNCIA DISCURSIVA I – 03/06/24 –	74-75
SEQUÊNCIA DISCURSIVA II – 29/02/24 –	81
SEQUÊNCIA DISCURSIVA III – 10/05/23 –	85
SEQUÊNCIA DISCURSIVA IV – 09/04/23 –	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	17
O CAMINHO QUE PERCORREMOS.....	17
1.1. A teoria que nos orienta.....	19
1.2 O corpus	21
1.3 Metodologia	21
CAPÍTULO II.....	22
GÊNESE E CONTEXTO HISTÓRICO DO RACISMO NO BRASIL	22
2.1 Da escravidão ao projeto de branqueamento	24
2.2 Sir Francis Galton – O pai da eugenia	25
2.3 Eugenia: A ciência dos bem-nascidos	26
2.4 Eugenia no mundo.....	30
2.5 A eugenia na Inglaterra	31
2.6 A eugenia nos Estados Unidos da América	35
2.7 A eugenia na Alemanha	38
2.8 A eugenia no Brasil	41
2.9 Renato Kehl	54
CAPÍTULO III	59
UMA PROPOSTA DE ANÁLISE	59
3.1 O pardo, um ser entre dois mundos.....	60
3.2 Tem um mestiço no meio do caminho, no meio do caminho tem um mestiço	63
3.4 Vira-latas caramelo – os discursos sobre pardos.....	64
3.5 Internet, redes sociais e discursos	72
3.5.1 Análise dos enunciados	76
<i>Sujeito A</i>	76
<i>Sujeito B</i>	82
<i>Sujeito C</i>	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

Segundo dados do IBGE, coletados no Censo de 2022 45,3% da população brasileira se autodeclara parda, sendo esse o maior grupo étnico-racial do país. Mas qual seria a cor da pele dessas pessoas? A resposta não é única, o vocábulo “pardo” é utilizado para designar uma gama imensa de mestiços de diferentes tons de pele marrom. Historicamente essa população já foi designada por diversos outros termos como mulato, moreno, crioulo, jambo, castanho entre tantos outros, e sempre houve uma problematização da questão identitária, principalmente daqueles que apresentam tons de pele mais claros, desse grupo que ora se aproxima do negro, ora do branco, sem nunca ser um ou outro, numa espécie de não-lugar no que tange à identidade racial.

Esse não lugar o coloca entre duas tensões: não ser branco e, portanto, não pertencer a esse grupo privilegiado e não possuir melanina o bastante para pertencer ao grupo identificado como negro, que comumente pertence às classes menos favorecidas assim como a maioria daqueles designados pardos. Se há essa problemática de identificação racial na relação com os sujeitos de pele mais escura, o mesmo não ocorre quando analisamos aspectos sócio-econômicos. Os dados coletados pelo IBGE têm mostrado ao longo da história que os índices econômicos e sociais desses grupos são bastante próximos, tomemos como exemplo ilustrativo a renda, o Censo de 2010 indica que a renda média de um trabalhador pardo era de R\$ 845 e a do trabalhador preto R\$ 834, ou seja, uma diferença de apenas onze reais. Já no Censo de 2022 os dados indicam que o trabalhador pardo ganha em média R\$ 1.814 e o preto R\$ 1.764, uma diferença de cinquenta reais. Ou seja, os dados dos Censos de 2010 e de 2022 mostram que há diferença de renda entre pardos e pretos, mas não uma diferença significativa que possa mudar a situação sócio-econômica. Importante salientar que esse não é um panorama novo, no final da década de 1970 os estudos dos sociólogos Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva já apontavam que os dados sócio-econômicos recolhidos pelo IBGE mostravam que a população parda estava sócio-economicamente próxima dos negros (pretos) e distante da população branca.

Essa similitude sócio-econômica é um dos argumentos utilizados pelo governo para aglutinar pardos e pretos no grupo negro, afinal eles pertencem majoritariamente aos mesmos extratos sociais e vivem mais ou menos as mesmas situações de vulnerabilidade social e condições de vida. Embora o governo na atualidade trate os dados desses dois grupos como sendo um só, sabemos até empiricamente que ser preto e ser pardo não é exatamente a mesma coisa no Brasil, o preto tem sua identidade étnico-racial estabilizada, o mesmo não ocorre com

toda a população parda. Há pardos que são socialmente lidos como negros, há pardos que têm sua identidade negra questionada, o que se atribui à sua passabilidade – o termo vem do inglês *passing* e se refere à capacidade de mestiços, descendentes de negros principalmente, de se passarem por não negros assumindo uma estética embranquecida, alisando o cabelo, por exemplo- o indivíduo não é inquestionavelmente negro, mas também não é inquestionavelmente branco, tendo características físicas desses dois grupos, sendo assim sua identidade racial não é estável, às vezes será considerado pardo, às vezes será lido como branco ou como não negro. A maior parte da população brasileira vive nessa zona identitária flutuante, pois se somos uma das nações com maior porcentagem de população negra fora da África isso se dá porque a população mestiça é contabilizada atualmente como negra pelos órgãos governamentais, isso ocorre desde a criação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010. Esse documento indica em seu Art. 1º, inciso IV que:

IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga (Governo Federal, 2010, p. 8).

Antes do Estatuto, tradicionalmente o governo brasileiro contabilizava pardos e pretos como categorias diferentes, o que reflete nosso percurso histórico como nação que sempre identificou mestiços como um grupo diverso do grupo negro/preto. Importante ressaltar que o IBGE contabiliza pardos e pretos separadamente, mas outros órgãos do governo usam atualmente os dados aglutinados para a implementação de políticas públicas. Tanto que o senso comum também faz essa divisão, inclusive fora dos meios acadêmicos e dos movimentos negros ainda se faz muita confusão com os termos negro e preto que são entendidos como sinônimos por uma parcela considerável da população.

Desse modo, no discurso oficial produzido através do aparato jurídico do Estado brasileiro, pardos e pretos são o mesmo grupo étnico-racial e objetos das mesmas políticas públicas. Entretanto, nos discursos que circulam nas redes sociais o entendimento de quem é negro ou do que é ser pardo é bastante diversificado, influenciado por questões regionais, sociais e pelo tom da pele. Quanto mais escuro o pardo, mais será socialmente lido como negro, mas quando o tom de pele é mais claro, essa identificação racial gera dúvidas e questionamentos. Principalmente quando se trata de pessoas em que não predominam traços de afrodescendência como, por exemplo, alguém com a pele marrom, mas com os cabelos lisos, o que pode apontar para uma ascendência europeia e/ou indígena.

Optamos por analisar exatamente aqueles discursos que tratam de questões relativas aos pardos de tons de pele mais claros e de aparência híbrida, ou seja, aqueles sujeitos que têm

melanina demais para serem considerados brancos, mas não são escuros o suficiente para serem imediatamente lidos socialmente como negros e que frequentemente são desclassificados em bancas de heteroidentificação em processos seletivos de universidades e concursos públicos. Neste trabalho trataremos de analisar os discursos sobre esses sujeitos que ocupam o não-lugar, utilizando para isso o arcabouço teórico da Análise do Discurso de linha francesa.

Escolhemos a Análise do Discurso para esse trabalho porque ela compreende a linguagem como a mediação essencial entre o homem e a realidade natural e social. “É o discurso que possibilita tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele está inserido. É ele também que nos permitirá observar a relação entre a língua e a ideologia o que nos permite compreender que a língua produz sentidos por e para os sujeitos.” (Orlandi, 2015, p. 15) . Assim ela nos permitirá a permanência e/ou transformações sobre os sentidos circulantes no Brasil hodierno sobre a palavra “pardo”.

Outro conceito fundamental da Análise do Discurso que nos interessa neste trabalho é o da formação discursiva que se define como “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada determina o que pode e deve ser dito” (Orlandi, 2015, p. 42). Ainda conforme Eni Orlandi, esse processo de formação ideológica é inconsciente e leva o indivíduo a acreditar que é dono do seu dizer, que seu discurso é completamente individual e inédito, fruto singular de seu pensamento sem ter consciência da sua ideologia. É a formação discursiva que determina os efeitos de sentido e o que está autorizado ou não ao sujeito dizer.

Para tanto buscamos trazer junto de nossas reflexões as dimensões histórica e social, bem como aspectos ideológicos. Sabemos que a Análise do Discurso entende que a ideologia se materializa no discurso, a materialidade do discurso é a língua e numa relação em que está implicado um sujeito. Sendo assim precisamos considerar que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.” (Orlandi, 1999, p. 17).

Por último, é fundamental para este trabalho compreendermos o processo de individualização do sujeito pelo Estado. Eni Orlandi defende que a noção de sujeito-de-direito, própria do Estado capitalista, difere da noção de indivíduo. Sobre essa noção a autora afirma:

O sujeito-de-direito não é uma entidade psicológica, ele é efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista. Em consequência, há determinação do sujeito mas há, ao mesmo tempo, processos de individualização do sujeito pelo Estado. Este processo é fundamental no capitalismo para que se possa governar. Submetendo o sujeito mas ao mesmo tempo apresentando-o como livre e responsável,

o assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade (Orlandi, 2020, p. 49).

Em outro texto Orlandi usará o termo *indivíduo(liza)ção* explicando que:

[...] são dois processos a saber: o processo de individuação do sujeito se dá por meio da produção de uma imagem de um indivíduo singular, responsável, identificado com determinados grupos e não outros, por processos de identificação. Já o processo de individualização se dá através do ato de produzir *um sujeito individualizado, visível, calculável, logo, identificável e, portanto, passível de controle* (Orlandi, 2002, p. 72).

Esse processo se dará por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado, essa noção é muito importante para este trabalho porque analisaremos como os processos de individualização do sujeito pardo pelo Estado funcionam nos discursos produzidos por esses sujeitos. Nosso texto foi dividido em três capítulos através dos quais buscamos discutir os discursos sobre pardos produzidos por ativistas digitais que também se identificam como pertencentes a essa categoria étnico-racial.

No primeiro capítulo fazemos uma breve apresentação do quadro teórico que nos orienta, da organização do trabalho, o corpus selecionado e a metodologia utilizada para realização dessa pesquisa.

No segundo capítulo fazemos uma breve recuperação histórica do processo de constituição do Brasil como a nação mais negra fora da África, abordando desde o processo de escravização dos africanos até o projeto de embranquecimento do país. Apresentamos também a corrente científica fundada pelo estudioso inglês Sir Francis Galton, a eugenia, como nasceu essa vertente científica, como essas ideias se espalharam pelo mundo e foram sendo adaptadas em cada país e os reflexos dela no Brasil.

O terceiro capítulo abarca nossas análises do corpus em que buscamos apresentar como os processos de individualização dos sujeitos pelo Estado brasileiro afetam os sentidos dos discursos de influencers pardos.

CAPÍTULO I

O CAMINHO QUE PERCORREMOS

Nosso percurso acadêmico não foi um processo contínuo ininterrupto, houve pausas em nosso processo formativo e profissional, bem como mudanças de interesses teóricos ao longo do tempo. Apresentamos aqui sucintamente qual foi caminho profissional e acadêmico percorrido até chegar a esta pesquisa, para tanto adotaremos nos próximos parágrafos desta sessão a primeira pessoa do singular.

Em 1999 ingressei no curso de Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Espanhola da Universidade Federal de Mato Grosso, em Cuiabá, nesse mesmo ano começo a atuar no mercado de trabalho fazendo substituições pontuais em uma escola pública. No ano 2000 tenho meu primeiro contrato temporário como professora de língua portuguesa e literatura de uma escola pública estadual, no mesmo ano também começo a trabalhar em uma escola privada. Em 2001 sou encarregada, como bolsista, de uma turma de língua espanhola do curso de extensão da UFMT. Essa experiência e o estímulo da professora Ercília Singame Munhoz foram fundamentais para minha escolha por também atuar como professora de língua espanhola, pois ao ingressar no curso de Letras pretendia dedicar-me exclusivamente ao ensino de língua portuguesa e literatura.

Concluo a graduação no início de 2003, não produzi nenhum Trabalho de Conclusão de Curso porque esse não era um componente daquela graduação, de fato pouco se falava em pesquisa, minha formação tinha ênfase no mercado de trabalho imediato para professores da educação básica. Também não havia no horizonte nenhuma perspectiva de continuação de formação acadêmica, pois naquele momento a UFMT, não possuía programa de pós-graduação em Linguística.

Em 2004 curso uma especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, em uma instituição privada, como trabalho final do curso desenvolvo uma pesquisa na área de literatura com o título “A personagem Emília nas obras de Monteiro Lobato”, onde analisei a personagem da boneca de pano e sua voz crítica nas obras infantis, abordava também o racismo presente em algumas das falas da personagem.

A busca pela estabilidade laboral e financeira me fizeram abandonar a educação por um curto período em 2005, quando tomo posse do cargo de fiscal da secretaria de obras do município de Araputanga – MT. Contudo, no ano seguinte sou aprovada no concurso público da Universidade do Estado de Mato Grosso para o cargo de docente de língua espanhola do curso de Letras do campus de Alto Araguaia e retomo minha carreira de formação.

Durante os primeiros anos de convivência com os colegas docentes na Unemat tive contato com teorias que não estudei na graduação, além disso urgia dar um passo a mais em minha formação acadêmica, por isso em 2014 ingresso no curso de mestrado do Programa de

Pós-graduação em Linguística da UNEMAT e com a orientação do professor Dr. Albano Dalla Pria realizo a pesquisa “O funcionamento da marca *mientras que* sob um enfoque enunciativo”, trabalhando com a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas do linguista francês Antoine Culioli. O objeto dessa pesquisa se relacionava diretamente com minha prática docente, pois tratava-se da análise do funcionamento enunciativo de uma partícula adversativa da língua espanhola, *mientras que*, do ponto de vista de uma teoria que não leva em consideração apenas a gramática, mas as possíveis variações de sentidos que a marca (a palavra ou expressão) pode assumir, para isso utilizamos as atividades de glosa e paráfrase. As análises demonstraram que para além do valor adversativo, a marca *mientras que* funciona como um diferenciador de sujeitos nos enunciados. Essa pesquisa trouxe tanto uma reflexão sobre a língua espanhola, como sobre o seu ensino para estudantes brasileiros. É durante o mestrado que tenho meu primeiro contato formal com a Análise do Discurso e começo a me interessar pela área.

Voltando ao trabalho docente no curso de Letras, começo a ser convidada a compor bancas de TCC de trabalhos baseados na Análise do Discurso, sinto então a necessidade de ler mais sobre a área e inicio o estudo de textos de Eni Orlandi e Michel Pêcheux com a intenção de contribuir de forma mais assertiva nas bancas em que participaria, essas leituras e as discussões teóricas com o professor Dr. Paulo César Tafarello despertam ainda mais meu interesse pela área. Ao mesmo tempo começo a estudar questões relativas a relações étnico-raciais e busco leituras em diferentes áreas sobre o tema. Essas questões sempre estiveram presentes em minha vida, uma vez que sou uma pessoa parda, filha de um homem pardo e uma mulher branca, porém nunca as havia olhado numa perspectiva acadêmica. Fruto dessas leituras e de trocas com os colegas da área de Análise do Discurso nasce o desejo de ingressar no curso de doutorado e desde então trabalho para realizar a pesquisa que aqui apresento.

1.1. A teoria que nos orienta

O trabalho aqui apresentado elegeu como perspectiva teórica a Análise do Discurso Francesa. Este campo da Linguística é fundado no final da década de 1960, na França, pelo filósofo e linguista Michel Pêcheux (1938-1983), o marco inicial é a publicação de sua obra *Análise Automática do Discurso*, em 1969. Suas publicações seguintes, entre elas *Semântica e Discurso: uma crítica da afirmação do óbvio* (1975), consolidaram essa corrente teórica que toma o discurso como seu objeto de estudo. A Análise do Discurso está assentada na relação entre três domínios: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, contudo ela não assume todos os postulados desses saberes.

É a Linguística a origem da Análise do Discurso, essa área traz para os estudos discursivos a compreensão de que a linguagem não é transparente e que a língua se insere na história (e também a constrói) para produzir sentidos:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam (Pêcheux, 2014, p. 146).

Isso quer dizer que as palavras, expressões e enunciados não possuem um significado imanente, elas podem mudar (e mudam) de significado e produzem diferentes efeitos de sentido.

A Psicanálise contribuirá com a Análise do Discurso ao deslocar a noção de homem (ser humano) para a de sujeito, constituído em sua relação com o simbólico e a história. Conforme Eni Orlandi:

Não é vigente, na Análise do Discurso, a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo. Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (Orlandi, 2020, p. 46).

Já o Marxismo, por meio do Materialismo Histórico, trará para a Análise do Discurso a perspectiva de que a realidade se produz por meio das condições materiais, dentro das relações de produção e que essas são pré-determinadas. Sendo assim, o discurso será reflexo das estruturas sociais e econômicas, por isso mesmo não é neutro e traz em si traços das relações de poder e dominação. Nessa perspectiva, a sociedade capitalista é organizada em classes sociais, das quais os sujeitos participam e nela assumem diferentes posições, essas posições também interferirão nos discursos produzidos por eles.

De acordo com o apresentado, podemos afirmar que a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo são a base formadora da Análise do Discurso que fornecem os argumentos para que ela entenda que os discursos não podem ser tomados como neutros, mas que devem ser compreendidos a partir das condições de produção, do momento e do lugar em que ele se materializa na língua e das relações sociais que estabelece.

1.2 O corpus

O corpus é constituído por textos encontrados em postagens de perfis públicos da rede social Instagram. Foram selecionados enunciados publicados no *feed*, destino principal de postagens na rede social, onde elas ficam registradas por mais tempo e são abertas aos comentários dos seguidores de cada perfil.

1.3 Metodologia

A Análise do Discurso não possui um método de pesquisa específico, porém conforme Orlandi (2020, p.61) “a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é definir acerca de propriedades discursivas. Ou seja, a escolha do corpus já é em si um gesto de análise.” Portanto o primeiro passo era definir quais discursos fariam parte do nosso corpus, após fazer a leitura de publicações públicas nas redes sociais Facebook e Instagram, optamos por recolher o corpus apenas da segunda, em razão de havermos encontrado nela maior quantidade de perfis que abordavam temas relacionados à identidade de pessoas pardas. Num primeiro momento lemos as publicações de catorze perfis do Instagram, desses escolhemos três usando como critério: 1. Ser o perfil público de um sujeito que se autodeclara pardo; 2. Haver textos que produzem o efeito de sentido de pardo como uma categoria diferente de negro.

A partir disso observamos ser recorrente nos textos publicados a contestação dos sentidos de pardo produzidos pelo Estado brasileiro através do Estatuto da Igualdade Racial e das bancas de heteroidentificação, selecionamos para a análise seis dessas publicações.

CAPÍTULO II

GÊNESE E CONTEXTO HISTÓRICO DO RACISMO NO BRASIL

Neste capítulo faremos uma breve retrospectiva histórica com a intenção de apresentar os caminhos tomados pela teoria científica chamada de eugenia, corrente de pensamento que embora tenha sido oficialmente abandonada por conta de seu viés racista e classista ainda ecoa tanto na sociedade como na ciência, em especial na área de genética. A eugenia buscava colocar em prática uma série de procedimentos com a finalidade de criar seres humanos perfeitos do ponto de vista físico, intelectual e moral. Interessante observar como a proposta de Francis Galton de melhorar a raça humana, que num primeiro momento poderia até parecer razoável e racional, tornou-se também um projeto político de controle social baseado em raça, classe e na exclusão daqueles considerados indesejados, num entendimento de que há vidas passíveis de serem descartadas. Nesse contexto, as pessoas mestiças (pardas) faziam parte do grupo dos indesejados e eram chamadas de degeneradas. O conceito de degeneração encerrava a ideia de que a mistura das raças levava à transmissão de características físicas, doenças e comportamentos criminosos aos filhos das uniões inter-raciais. Alguns intelectuais brasileiros, como Nina Rodrigues, chegaram a defender a ideia de que as populações negra e mestiça eram inferiores e propensas à degeneração, por isso os mestiços herdariam as características negativas dessas raças. Desse modo, podemos notar que a discriminação racial proposta pelo pensamento eugênico também atingia a população que atualmente é chamada de parda.

Além disso trazemos dados que mostram como diferentes países adotaram o pensamento eugênico e, principalmente, como essas ideias ganharam corpo num país de maioria de mestiços como é o Brasil. Um país que muitas vezes alimentou uma imagem de democracia racial, onde não haveria racismo justamente em razão da intensa mestiçagem de seu povo, um mito construído ao longo do tempo, mas que nunca se sustentou na realidade. Também apresentamos o principal ideólogo da eugenia brasileira, o médico Renato Ferraz Kehl, e como ele passou da defesa de ações sanitaristas e de eugenia positiva para um pensamento radicalizado, tornando-se o principal defensor da eugenia negativa, defendendo inclusive medidas como esterilização dos indesejáveis e abortos controlados.

Outro aspecto que abordamos é que pessoas pardas também são historicamente alvo de racismo no Brasil e que ser mestiço não era visto como algo positivo em nossa sociedade, embora alguns sanitaristas brasileiros até defendessem a mestiçagem como um instrumento de embranquecimento, esta nunca foi entendida como a solução ideal pelos eugenistas brasileiros, pois mestiços eram entendidos como degenerados.

Como se vê este é um capítulo dedicado à história, contudo temos consciência de que não somos historiadores e que esta pesquisa não se dedica exclusivamente ao levantamento de dados históricos, porém a Análise do Discurso, disciplina que orienta este trabalho, se

caracteriza por seu caráter interdisciplinar, é uma disciplina aberta à outras áreas do saber que possam contribuir para suas análises. Se interessa pelas condições de produção, o que implica considerar o momento imediato da enunciação, mas também o contexto sócio-histórico, ideológico. Nesse sentido a história é sempre relevante para a Análise do Discurso e não seria possível analisar os discursos sobre pardos produzidos na contemporaneidade sem considerar como esses sujeitos foram entendidos e representados ao longo da história do Brasil.

2.1 Da escravidão ao projeto de branqueamento

É de 1444 o registro do primeiro leilão de africanos escravizados em Portugal, a transação econômica ocorreu diante do infante dom Henrique na vila de Lagos, Algarve. Nos anos seguintes a coroa portuguesa avançará sobre territórios africanos em busca de riquezas e de sua gente convertida em “peças” no comércio escravocrata, tendo inclusive uma autorização da Igreja Católica, através da bula *Romanus Pontifex* (1455) em que o Papa Nicolau autoriza que o reino lusitano escravize infiéis entre Marrocos e a Índia. Começa então um processo de conquista, escravização e comércio de vidas humanas em escala industrial nunca visto ou reproduzido na história mundial.

Fazendo uma breve retomada histórica os portugueses chegam ao Arquipélago de Cabo Verde em 1456 e lá estabelecem uma ocupação, em 1484 iniciam a colonização da Ilha de São Tomé assim iniciando sua ofensiva sobre territórios africanos. Portugal, assim como outras nações europeias, implantará um longo processo de invasão e exploração do continente que durou séculos. O processo de descolonização se iniciará apenas no século XX, Moçambique e Angola, por exemplo, conseguiram sua independência de Portugal apenas em 1975. A colonização europeia foi absolutamente desastrosa para o continente africano, causando o empobrecimento da população, que em sua maioria sobrevive atualmente em situação de muita pobreza, e seu atraso no desenvolvimento educacional e tecnológico, pois seus recursos foram sistematicamente saqueados em prol do desenvolvimento e enriquecimento da Europa.

Já em 1492 Cristóvão Colombo chega à América, neste mesmo ano Portugal constrói o Castelo de São Jorge da Mina, o primeiro grande entreposto de tráfico de escravizados na costa africana. Em 1494 é assinado o Tratado de Tordesilhas dividindo o Novo Mundo entre Espanha e Portugal. Em 1500 Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil, 30 anos depois é iniciada de fato a colonização destas terras pelo militar português Martim Afonso de Sousa. Em 1534 o Brasil é dividido em capitanias hereditárias e em 1535 começam a funcionar os primeiros engenhos de açúcar em Pernambuco, nesse mesmo ano é registrada a chegada dos primeiros escravizados africanos no Brasil. Desse ponto na história até a abolição total da escravidão em

nosso país (13 de maio de 1888) foram mais de 300 anos de uma sociedade que teve sua estrutura social e econômica construída sobre a base da mão de obra escravizada e da discriminação racial. Esse longo e doloroso processo tem seus reflexos até a atualidade, nas estruturas de poder, nos padrões de beleza e nas questões raciais que perpassam todos os aspectos da sociedade brasileira.

Mas ainda olhando o passado, sabemos que o fim da legalidade da escravidão não inaugurou uma era de liberdade e prosperidade para a população liberta naquele momento. Os ex-escravizados não tiveram qualquer suporte do governo brasileiro, não havia um plano de integração dessas pessoas à sociedade brasileira da época. Sem indenização, sem acesso à moradia, educação e trabalho, foram abandonados à sua própria sorte e sua mão de obra substituída em grande medida pela de imigrantes europeus, homens livres e assalariados. Restou para a população de ex-escravizados a miséria e a periferia. Então nasceu no seio das elites brasileiras o desejo de ser uma Europa nos trópicos e construir um país branco ou, ao menos, embranquecido. Entra em jogo o movimento eugenista, uma corrente de pensamento científico que nasceu no fim do século XIX, na Inglaterra, e se espalhou pela Europa e pela América. Seu criador foi o cientista inglês Francis Galton.

2.2 Sir Francis Galton – O pai da eugenia

Antes de tratarmos das ideias, tratemos do homem por trás delas. O cientista inglês Francis Galton foi o precursor da eugenia no mundo. Ele nasceu em 16 de fevereiro 1822, na cidade de Birmingham, Inglaterra, e faleceu em 1911. Proveniente de uma família de aristocratas, era o filho caçula de um próspero banqueiro e primo do célebre cientista Charles Darwin. Pertencer a uma família abastada propiciou a Galton as condições para se dedicar à vida intelectual, ao falecer seu pai lhe deixou considerável herança, o que permitiu que não precisasse trabalhar e se dedicasse exclusivamente à vida intelectual. Descrito desde a infância como alguém curioso e com uma inteligência acima da média, se interessou por diversas áreas do conhecimento como a meteorologia, a antropologia, a matemática, a estatística, a psicologia e a medicina. A família pretendia que ele fosse médico, em razão disso ingressa contra a sua vontade no curso de Medicina, mas posteriormente convence seu pai a que permita que estude matemática em Cambridge. Como não alcança sucesso acadêmico nesse curso, retoma medicina anos depois e torna-se médico, mas nunca exerceu a profissão.

Sua família era muito próspera e também era ligada aos estudos científicos. Seus avós Erasmus Darwin (avô materno) e Samuel Galton (avô paterno) eram membros da Sociedade Lunar, uma sociedade cultural e científica que reunia médicos, advogados, grandes

comerciantes e industriais, enfim a elite econômica e intelectual da época. Além disso, como já mencionado anteriormente, era primo de Charles Darwin, autor da famosa obra *Origem das espécies*, publicada em 1859. Galton demonstrou grande entusiasmo pela obra do primo e foi muito influenciado por ela.

Conforme elencamos anteriormente, Francis Galton foi um intelectual com diversos interesses e com contribuições para diferentes campos científicos. Seu interesse pela meteorologia, por exemplo, o levou a trabalhar no Observatório de Kew, na Inglaterra, onde estudou sobre os ciclones e veio a descobrir a existência de anticiclones, em 1863. Também foi um dos pioneiros na identificação pessoal por meio das impressões digitais. Ademais, fez expedições científicas pela África, recolheu dados cartográficos entre Angola e a África do Sul, em 1850, e em 1856 foi nomeado explorador pela Sociedade Real de Geografia. Mas foram suas pesquisas sobre a hereditariedade humana que mais chamaram a atenção no mundo, em especial suas ideias sobre o aperfeiçoamento da raça humana que culminariam com a criação da eugenia, é sobre ela que falaremos adiante.

2.3 Eugenia: A ciência dos bem-nascidos

O termo eugenia costuma nos remeter ao nazismo, contudo a ideia de que existem raças humanas melhores que outras, pessoas mais aptas ou menos aptas e que é possível fazer o melhoramento da raça humanas são anteriores ao regime alemão. Podemos citar, por exemplo, o modelo de sociedade da cidade-estado grega conhecida como Esparta. Na sociedade espartana todos os cidadãos do sexo masculino pertenciam ao Estado do seu nascimento à sua morte e o Estado definia até mesmo o direito à vida de cada bebê nascido vivo naquela cidade. Assim que nascia, cada criança espartana passava por uma espécie de seleção que lhe daria ou não o direito de seguir vivendo: um conselho de anciãos analisava o bebê a fim de atestar sua sanidade física e mental. Aquela criança que apresentasse qualquer anomalia, deficiência ou não parecesse saudável o suficiente era levada ao Apoteta (lugar de abandono) de onde era lançada para a morte de cima do monte Taigeto. O infanticídio das crianças consideradas imperfeitas era uma política de estado com a intenção de garantir uma população forte e saudável, numa sociedade em que o interesse da coletividade, representada pelo Estado, estava acima dos afetos e interesses do indivíduo. Também alguns povos indígenas brasileiros, como os ianômamis e camaiurás, praticam o infanticídio no caso de o bebê apresentar alguma deficiência física ao nascer e até mesmo o de crianças quando a deficiência não tenha sido identificada anteriormente. Na lógica indígena uma pessoa com deficiência não seria capaz de locomover-se na floresta e nem de valer-se por si mesma, tornando-se um fardo para a comunidade. Está

intrínseco nessas duas culturas o pensamento que divide os seres humanos em aptos e não aptos para viver em sociedade de acordo com critérios biológicos.

Outra questão presente em diversos povos do mundo é falar em ideal de superioridade não apenas do ponto de vista biológico, mas também utilizando critérios culturais, como as religiões, por exemplo. Há no mundo ocidental um ideário de que o cristianismo é superior a qualquer outra religião, ao ponto de esse pensamento até mesmo justificar guerras santas, como as Cruzadas, ou a dominação de outros povos como é o caso dos povos originários das Américas ou dos povos africanos escravizados.

Até hoje missionários cristãos de diversas denominações religiosas ingressam em terras indígenas brasileiras e vão ao continente africano promover o proselitismo religioso partindo do princípio de a sua religião é a única verdadeira e aceitável no mundo, promovendo batismos e desconsiderando qualquer outra cosmovisão, tudo o que não é baseado na Bíblia ou não é verdadeiro, ou é maligno, num movimento em que se colocam como seres iluminados e superiores simplesmente por serem cristãos. O mesmo movimento ocorre com os grupos muçulmanos que promoveram e promovem a chamada Guerra Santa com a intenção de aniquilar ou converter aqueles que não são muçulmanos. Essa dinâmica ocorrerá em diversas partes do mundo, tendo como argumento as mais diversas religiões.

Em todos os períodos históricos e em todas as sociedades há exemplos desse ideário de superioridade e inferioridade entre seres humanos porque sempre houve nas sociedades humanas relações de poder entre os grupos que as compõe. O poder é sempre composto por aqueles que se julgam os eleitos, os melhores de seu povo e/ou de seu tempo e é um objetivo, não sem vaidade, de muitos de pertencer a esse grupo superior, dominante em detrimento do grupo inferior, dos menos favorecidos. Mas foi no fim do século XIX, com o advento do conhecimento biológico, com impacto especial de novas descobertas sobre a fisiologia, a microbiologia e o evolucionismo, e a divulgação da teoria da evolução das espécies de Charles Darwin, que esse pensamento foi sistematizado em uma teoria científica que foi amplamente divulgada no início do século XX, a eugenia.

Conhecida também como Ciência¹ de Galton, referência ao seu fundador, a palavra é resultado da junção de duas expressões gregas e significa “bem-nascido”, podemos dizer que

¹Embora muitos estudiosos prefiram chamar a eugenia de pseudociência por ser ela baseada em princípios racistas, classistas e falsamente científicos, neste trabalho optamos pelo termo ciência porque de fato naquele tempo ela era considerada uma ciência, foi estudada por cientistas e intelectuais e era entendida assim. Embora muitas vezes associemos ciência à objetividade, a eugenia nos mostra que não é bem assim, a ciência é influenciada pela ideologia dominante, pelos interesses político-econômicos das elites e é também falível.

eugenia é um conjunto de ideias e de práticas que buscavam o “melhoramento da raça humana”. Essa teoria se apresentava como uma proposta de compreensão de como se transmitem as características hereditárias e como utilizar essa informação na prática para selecionar as melhores características humanas de modo a diminuir aquelas indesejáveis, chamadas de degeneradas, até o ponto em que elas desaparecessem. Eram consideradas indesejadas qualquer característica física diferente do fenótipo branco europeu, bem como aquelas relativas a enfermidades físicas e mentais como, por exemplo, cegueira, surdez, epilepsia e até mesmo os chamados “impulsos criminosos” - estudiosos da época acreditavam existir uma tendência biológica ao crime em determinados indivíduos e que essa característica era hereditária.

Importante mencionar que a influência da obra de seu primo Darwin foi tamanha que, de alguma maneira, o pensamento eugenista se propõe a ser uma continuidade da Teoria da Evolução das Espécies. Essa teoria é até hoje muito popular e foi amplamente divulgada a partir do lançamento da obra *A origem das espécies por meio da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela vida*, publicada por Darwin em 1859. Esse livro trazia à luz os resultados de uma pesquisa desse cientista sobre a seleção natural, a sobrevivência e a luta pela vida entre os animais. É o darwinismo a teoria científica que vai romper com a teoria criacionista religiosa sobre a origem da vida. Esse pensamento é tão inovador que causa polêmica dentro e fora da comunidade científica até os dias de hoje. É relevante lembrar que até esse momento pouco se havia desenvolvido o conhecimento sobre biologia e hereditariedade, de fato as leis genéticas de Mendel só seriam divulgadas anos depois. Seu trabalho sobre o cruzamento de ervilhas foi apresentado em duas sessões Sociedade de História Natural de Brunn, em 1865, e seriam publicados apenas no ano seguinte.

Um ponto a ser ressaltado é que a teoria evolucionista não possuía uma aplicação técnica, nem uma base empírica sólida. Ela se amparava apenas nas observações realizadas, em um curto intervalo de tempo (1831-1836) por Darwin ao visitar a costa da América do Sul, em especial na ilha de Galápagos no Equador. Embora o questionamento da origem divina da vida seja o mais ruidoso, a ideia darwinista mais desafiadora é a afirmação de que a ordem biológica e natural seria o que rege a vida e o desenvolvimento da humanidade. A premissa darwinista diz que na luta pela vida somente os mais adaptados sobrevivem e produzem descendentes. Essa ideia irá ultrapassar o campo da biologia e ecoará por outras áreas do conhecimento, inclusive em teorias econômicas e sociais buscando justificar o comportamento humano diante da realidade. Assim então nasce o darwinismo social que dá voz a setores da burguesia industrial racista e eugenista dando-lhes uma base científica para justificar suas ideias. Essa

base científica apoiar-se-á em diversos estudos de biologia, mas principalmente naqueles da área da genética, em especial nos estudos de Mendel.

Conhecido como pai da genética, pois seus estudos são a base da genética moderna, o monge e biólogo britânico Gregor Johan Mendel foi o primeiro cientista a demonstrar a lei da hereditariedade. Mendel observou o processo de cruzamento de espécies de ervilhas e concluiu que as combinações dos caracteres das partes cruzadas eram imutáveis, podendo ser dominantes ou recessivas, dependendo da combinação dos pares. Outra teoria importante para os grupos eugenistas foi a teoria do biólogo alemão August Weismann, segundo ele o plasma germinativo (que hodiernamente recebe o nome de gametas) é responsável pela transmissão dos caracteres, ancestral e imutável pelo meio ambiente. Sendo assim, a seleção natural das espécies estaria assegurada porque a própria natureza elimina as características defeituosas, inferiores e mais fracas através das gerações sobreviventes. Segundo Pietra Diwan:

O darwinismo social vai se apropriar dessas ideias para legitimar seus desejos de controle ideológico. Baseados na luta pela vida, na concorrência e na seleção, os caminhos para solucionar os problemas sociais deveriam visar, acima de tudo, ao triunfo do indivíduo superior para, depois, aperfeiçoá-lo em busca do super-homem (Diwan, 2007, p. 31).

Obviamente esse homem superior só poderia ser um homem branco europeu. Basicamente essas teorias expostas anteriormente são o arcabouço teórico que sustentaram a eugenia e deram-lhe um verniz científico. Nesse sentido o eugenismo partia do princípio de que a hereditariedade era decisiva, mais que isso determinante do destino do indivíduo. Isso quer dizer que para essa corrente de pensamento o futuro de um ser humano já estava traçado ao nascer, determinado por suas características genéticas e seguindo critérios que classificavam as pessoas como pertencentes a classes superiores ou inferiores genética e socialmente.

O determinismo biológico era utilizado para explicar fatos sociais como a pobreza e a criminalidade, desresponsabilizando o Estado ou as classes dominantes pela situação de pobreza e vulnerabilidade social da população trabalhadora. Nessa ótica o pobre é pobre porque é inferior, ele nasceu predestinado à pobreza e nenhuma ação externa seria capaz de mudar essa condição, nem mesmo o acesso à educação ou políticas de assistência social. Sendo assim não era possível escapar de sua condição de pobreza porque a superioridade ou inferioridade racial eram um dado biológico dado à priori pela própria natureza e impossível de ser modificado.

Obviamente o darwinismo social não era uma unanimidade, um de seus opositores foi o sociólogo russo Jacques Novicow, autor de *A crítica ao darwinismo social* (1910). Novicow era de esquerda e anti-belicista, ele afirma que a teoria darwiniana da evolução, bem como as concepções de luta pela vida e seleção constituem o “motor” da luta de classes e declaram uma

guerra infundável de todos contra todos. Ainda segundo ele, para além da luta de classes o darwinismo acionou também a disputa entre grupos em defesa de seus territórios, justificando e deflagrando, em última instância, as guerras e as conquistas imperialistas.

É certo que as críticas de Novicow não servem aos interesses da burguesia, que preferirá basear-se na biologia, em especial no conceito de hereditariedade, para justificar e consolidar seu poder econômico e político recém-conquistado. De certa maneira a burguesia da época faz uma releitura do direito de sangue da nobreza, que tinha uma origem religiosa (lembrando que muitos os monarcas se apresentavam como representantes de Deus na terra), modernizando-o para o ponto de vista biológico e científico, passando a ser um direito por hereditariedade. Nas palavras de Pietra Diwan:

Os burgueses tornaram-se os mais capazes, os mais fortes, os mais inteligentes e os mais ricos. Será pela meritocracia que o mérito natural substituirá o sangue azul. A superioridade hereditária burguesa fará contraponto também com a inferioridade operária e formará uma hierarquia social em que a aristocracia perderá sua primazia. O triunfo burguês afasta a nobreza e os pobres com o respaldo da ciência. A partir de então, além da raça, etnia e cultura se tornarão sinais da natureza que indicarão superioridade ou não, e tais sinais justificarão a dominação de um grupo sobre o outro (Diwan, 2007, p. 33).

Podemos perceber nessas ideias o desejo de estabilidade social, uma sociedade em que os ricos dominem os pobres por “mérito natural” e assim garantam a sobrevivência das elites burguesas baseada na exploração da mão de obra de operários “naturalmente inferiores” e que estes não questionem a “ordem natural” das coisas. Interessante como a ideia de que a meritocracia existe ainda ecoa nas sociedades capitalistas modernas e é um discurso, muitas vezes, repetido inclusive por sujeitos das classes menos favorecidas que não enxergam a desigualdade social como fruto de uma estrutura de exploração da classe trabalhadora em prol das elites capitalistas, mas sim como falta de esforço individual. Em última instância, observando o contexto histórico e social podemos afirmar que o pensamento eugenista nasce numa aliança entre o poder econômico e a ciência que gerará inclusive implicações políticas e jurídicas como veremos adiante.

2.4 Eugenia no mundo

Como já mencionamos a eugenia foi elaborada no fim do século XIX, ganhando maior popularidade no século XX, se tratava de um movimento científico, mas também social, uma vez que era aliado dos poderes políticos e econômicos daquele período. Todos os seus defensores e divulgadores, nos diversos países em que foi proposta, eram homens brancos, oriundos das classes mais abastadas, esse dado é relevante para pensarmos que não há neutralidade na ciência. O lugar de fala desses sujeitos por si só já indica que a eugenia atendia

aos interesses dos ricos que nunca, ou quase nunca, coincidem com os das classes populares. Mais que um projeto científico, ela era um projeto de poder e controle social. Objetivamente os eugenistas afirmavam uma preocupação com o melhor desenvolvimento da raça humana tanto do ponto de vista físico – a geração de seres humanos saudáveis e belos, entendendo belo como unicamente o fenótipo branco – como cognitivo, havia uma preocupação com a geração de pessoas cada vez mais inteligentes e de altos valores morais – aqueles com doenças mentais, vícios, depressão, enfim o “resíduo humano” como foram chamados por Renato Kehl, deveriam desaparecer da sociedade. A influência dessas ideias foi tamanha que mesmo com os avanços nos estudos da genética moderna e os resultados irrefutáveis do projeto Genoma Humano – projeto internacional que envolveu centenas de universidades e laboratórios de todas as partes do mundo, foi iniciado em 1990 e concluído em 2003, com a intenção de mapear os genes que compõem o DNA humano - que comprovaram não haver diferenças genéticas relevantes entre os seres humanos, independente de seu local de origem, seus traços fisionômicos, sua etnia ou cor da pele, enfim provando cientificamente que a única raça biologicamente existente é a raça humana.

Apesar de todas as provas científicas que refutam os princípios eugênicos, ainda hoje há ecos desse pensamento em algumas áreas da ciência e, também, no senso comum. Um dos campos da ciência em que princípios eugenistas ainda são utilizados é no desenvolvimento das técnicas de reprodução assistida, ainda que não nomeado dessa forma. Basta observarmos que atualmente pode-se “encomendar” um bebê num laboratório e escolher as características físicas, psicológicas e intelectuais dos doadores de sêmen, numa semelhança assustadora com a obra *Admirável Mundo Novo*, um clássico da ficção científica, de Huxley (1932). Na obra é apresentado um mundo futurista, extremamente regulado, composto por pessoas produzidas e programadas em laboratórios para assumir papéis pré-determinados numa sociedade utópica. Não surpreende o fato de que o perfil fenotípico preferido pela elite brasileira, que compra sêmen dos Estados Unidos, seja o de homens brancos e de olhos azuis, o que mostra um desejo de controle da reprodução humana, a escolha desse doador pretende garantir não apenas um bebê branco, mas também programar sua personalidade, uma vez, que dados sobre inteligência e personalidade também são avaliados na escolha dos doadores.

2.5 A eugenia na Inglaterra

Voltemos ao prelúdio da eugenia, não podemos ignorar que a publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin, foi um dos pontos-chaves para o desenvolvimento desse pensamento. Galton ficou impressionado com a obra do primo e desenvolveu a eugenia como

um desdobramento, uma continuação dos estudos de Darwin. Tudo isso acontece numa Inglaterra vitoriana, lembremos que no século XIX, liderado pela rainha Vitória (1819-1901), o país se torna a nação mais poderosa do mundo e se autodenomina Império Britânico. Nesse momento histórico a Inglaterra já havia passado por duas Revoluções Industriais, a do século XVIII, quando surge a indústria e se consolida o capitalismo, e a Segunda Revolução Industrial, século XIX (entre 1850 e 1870), que, entre muitas das inovações da época, trouxe o desenvolvimento da indústria química, dos medicamentos e o uso da eletricidade.

A consolidação do capitalismo trouxe consigo importantes consequências para a vida da sociedade daquele momento, são elas a acumulação do capital, a mais-valia, o aumento da pobreza em núcleos urbanos, as péssimas condições de trabalho dos operários nas fábricas e os salários miseráveis que criavam um sentimento de insatisfação no operariado. Além disso as condições de vida dos mais pobres nas cidades eram péssimas, moradias precárias, doenças e epidemias eram comuns. Por outro lado, a burguesia vivia um momento de florescimento e enriquecimento baseados na exploração da mão de obra dos pobres e buscava, por meio da moda e da cultura, afastar-se das classes populares, buscando diferenciar-se da multidão que agora habitava os centros urbanos. É nesse cenário que nascem e são discutidas nos salões repletos de ricos intelectuais as ideias de Darwin e de Galton. Pensar numa possível superioridade biológica e moral seduzia esse público que se identificava como superior em relação à multidão operária miserável que trabalhava arduamente nas fábricas.

Nesse cenário caótico e de crise, uma vez que no final do século XIX os operários começam a questionar sua condição de vida, eugenistas e higienistas se propõem a pensar o social e colocar suas teorias em prática. Tratemos um pouco sobre os higienistas, o pensamento higienista também influenciou a eugenia, como o nome indica suas ações tinham relação com higiene, limpeza. Conforme Pietra Diwan:

Higienistas pregam a higiene moral da sociedade. Não somente a saúde, mas também a conduta passa a ser objeto de estudo da higiene. Nessa perspectiva, a doença torna-se um problema econômico e requererá o isolamento e a exclusão dos menos adaptados (Diwan, 2007, p. 36).

Para os higienistas as questões de saúde e doença dos pobres são também problemas econômicos e seria possível resolvê-los com a exclusão dos menos adaptados, contudo havia correntes higienistas que acreditavam na possibilidade de solucionar essas questões por meio da educação. É nesse ponto que o pensamento eugenista se afasta dos higienistas, pois, de certa forma, a ideia de educar interfere no processo de seleção natural. Se melhoramos as condições de vida dos mais pobres, por meio da educação, permitiremos que eles sobrevivam e se

multipliquem, sabotando a ordem natural da seleção das espécies em que o mais frágil não sobrevive.

Em última instância a sobrevivência dos mais pobres atrasaria o desenvolvimento econômico e humano da Inglaterra e da Europa. Nesse período o assistencialismo e as instituições de caridade eram muito criticados e malvistos, apontados como apoiadores de vagabundos e malandros. Esse pensamento ainda é muito presente em nossa sociedade, como podemos ver nas críticas frequentes a programas sociais como o Bolsa Família ou às ações de caridade do padre Júlio Lancellotti, em São Paulo, que se dedica a levar alimentação e auxílio à população de rua nos arredores de sua paróquia.

Evidentemente influenciado pelo darwinismo Galton buscou desenvolver uma ciência que trouxesse soluções para aquilo que ele entendia como degeneração da raça humana. O objetivo primordial da eugenia era aplicar os pressupostos da seleção natural propostos por Darwin aos seres humanos com a intenção de criar uma raça humana superior evitando o cruzamento e a sobrevivência dos considerados menos aptos. Para ele não só as características físicas eram hereditárias, mas também aquelas relativas à inteligência e à moral. Ou seja, o indivíduo herdava de seus progenitores, de igual maneira, a cor dos olhos, o tom da pele, mas também a preguiça, o alcoolismo, a loucura, a criminalidade e toda sorte de desvio moral e intelectual.

Em 1865 ele publica seu primeiro artigo, “Hereditary Talent and Character” que trata de hereditariedade, nele tenta demonstrar que características desejáveis são passadas de geração para geração, usando para isso informações sobre a genealogia de figuras importantes de seu tempo. Em 1869 publica o livro *Hereditary Genius*, nele tenta demonstrar com ferramentas da estatística e conhecimentos da genealogia que a aptidão humana era fruto da hereditariedade e não da educação. Para Galton nem as condições do meio, nem a educação seriam capazes de mudar a aptidão do indivíduo. Todos estaríamos destinados ao nascer, condenados por nossa hereditariedade a sermos o que eram nossos pais. Assim ser pobre, doente ou criminoso é uma condição já dada e sem possibilidade de mudança. O que Galton pretendia com a eugenia era que a sociedade acelerasse um processo que ele acreditava ser natural, eliminando mais rapidamente os menos aptos para construir uma sociedade composta apenas por indivíduos superiores. Contudo ele não sabia explicar como as características eram passadas de geração em geração. A explicação mais plausível para a hereditariedade seria a hipótese da pangênese (do grego pan- todo; e genesis origem/nascimento), proposta por Charles Darwin. Sobre a hipótese da pangênese explicam Arcanjo e Silva:

De acordo com esta hipótese, cada unidade do organismo seria capaz de produzir pequenas gêmulas que, nutridas apropriadamente, se multiplicariam e se desenvolveriam em unidades semelhantes àquelas nas quais tiveram origem. Após circularem pelo organismo durante certo tempo essas unidades, ainda parcialmente desenvolvidas acomodaram-se-iam nos órgãos reprodutivos, formando o embrião (Arcanjo; Silva; Pereira, 2015, p. 10).

Galton tentou realizar alguns experimentos para provar essa hipótese, mas não obteve êxito e decide produzir sua própria teoria da hereditariedade que ficou conhecida como a Teoria das Estirpes. O termo estirpe, nesse caso, se refere ao conjunto das partículas hereditárias, também chamadas gêmulas, contidas no zigoto assim que ocorre a fertilização do óvulo. Essas partículas seriam extremamente pequenas e não poderiam ser vistas. Esse óvulo fecundado teria todas as gêmulas necessárias para formar o corpo humano e nesse processo estariam presentes tanto herança genética do pai como da mãe da criança em formação uterina. A Teoria das Estirpes apontava para uma certa regularidade estatística na transmissão hereditária das características humanas. Importante dizer que trata-se de pura teoria, não houve nenhum experimento capaz de comprová-la. A eugenia então, apoiada na estatística e na Teoria das Estirpes, vai se apresentar como uma teoria da hereditariedade humana.

Posteriormente, em 1897, Galton formula uma nova teoria da hereditariedade a Lei da Hereditariedade Ancestral, ela é baseada numa série de estudos de genealogia, baseado em extensa coleta de dados, dos quais ele deduz que há uma herança genética que passa de geração em geração. Conforme Teixeira e Silva:

Os seus dados demonstravam que os pais contribuíam com $1/2$, os quatro avós $1/4$ e os oito bisavós com $1/8$ das características dos seus descendentes. Posteriormente, Karl Pearson (1857-1936), um dos continuadores dos trabalhos estatísticos de Galton sobre a hereditariedade, submeteu a “Lei da Hereditariedade Ancestral” a uma abordagem matemática mais sofisticada que acabou, já no século XX, se tornando um modelo rival do modelo mendeliano de herança (Teixeira; Silva; Pereira, 2017, p. 66).

É desse modelo proposto por Galton que se origina o que conhecemos hoje como biometria. Os cientistas que desenvolveram essa área da matemática eram também eugenistas, o que mostra como essa teoria era popular e abrangente. Ao final a teoria da hereditariedade que foi comprovada cientificamente foi a de Mendel, a eugenia então abandona a biometria e passa se basear na teoria mendeliana.

A teoria elaborada por Galton será conhecida no mundo como Eugenia Positiva, em linhas gerais esse cientista concebia a eugenia como um meio que tornaria possível manipular racionalmente a seleção natural através do estímulo ou impedimento da reprodução humana. Sendo assim, era necessário incentivar que casais considerados saudáveis se reproduzissem, ao mesmo tempo em que se desencorajava a reprodução de casais que possuísssem características consideradas inferiores e, portanto, não saudáveis. Como podemos ver há uma intenção de

interferir na ordem natural da vida a fim de se chegar, por meio de uma seleção dos melhores exemplares, ao ser humano perfeito. Conforme Andrés Horacio Reggiani:

El atractivo de la eugenesia radicaba en la convicción de que la planificación racional de la reproducción redundaría en el mejoramiento y perfectibilidad de la especie humana (Reggiani, 2019, p. 44).

Uma das formas de fazer essa intervenção era a classificação racional dos casais em aptos ou não aptos para o casamento, isso era feito por meio dos exames pré-nupciais, realizados por médicos, que tinham o intuito de identificar se os noivos poderiam gerar uma prole forte e saudável ou não. Anos depois houve um movimento de radicalização da eugenia que seria conhecido como Eugenia Negativa.

A eugenia negativa terá um caráter maior de controle social, uma busca pela eliminação dos indesejáveis, ela é uma radicalização do pensamento eugênico. Segundo essa vertente a inferioridade é hereditária e há apenas um modo de livrar a sociedade daqueles considerados inferiores ou degenerados: o estado deveria implementar um conjunto de ações de controle para impedir a proliferação de todos aqueles que pudessem significar um fardo para a sociedade. Essas ações seriam: a esterilização eugênica; a segregação eugênica e leis restritivas para casamentos e para imigração. No momento mais radical surgiu, inclusive, a proposta da eutanásia passiva, o que, em última instância, resultaria no extermínio dos considerados indesejáveis. Ou seja, para criar a raça perfeita era preciso aliar a ciência ao Estado e ao sistema jurídico.

Nesse sentido é importante ressaltar que essa ciência sempre se valeu de uma lógica avaliativa muito objetiva: a de que algumas vidas humanas eram mais valiosas que outras. Ambas as vertentes do pensamento eugênico se espalharão pelo mundo, a vertente mais conhecida e mencionada é a eugenia negativa, que será rejeitada por muitos dos eugenistas, mas encontrará solo fértil na Alemanha. Sobre o caso alemão trataremos mais adiante, trataremos primeiro de uma das nações que mais assimilaram e aplicaram o pensamento eugenista, mas que nem sempre é lembrada por isso, os Estados Unidos da América do Norte.

2.6 A eugenia nos Estados Unidos da América

Ao longo do breve histórico apresentado no apartado anterior sobre a eugenia na Inglaterra podemos constatar que ela sempre esteve ligada à biologia, principalmente aos estudos de genética, hereditariedade e evolucionismo. É verdade que em seu nascimento essa teoria tinha uma pretensão científica, mas, subjaz nela um grande interesse pelo controle social das massas. Essa inclinação ficará mais evidente na chamada eugenia negativa que obteve muita popularidade nos Estados Unidos e na Alemanha.

As ideias de Galton criaram muita controvérsia na Inglaterra, mas foram muito bem recebidas e alcançaram muito êxito nos Estados Unidos da América. Os Estados Unidos eram uma nação protestante que durante o século XIX passava por um processo de industrialização e mecanização do campo. O efeito imediato disso é a migração em massa da população da zona rural para os centros urbanos. O aumento da população na cidade ocasiona diversos problemas sanitários e sociais, há um aumento da pobreza e da violência. As más condições de trabalho e a exploração dos trabalhadores levará à criação de diversos sindicatos, também chegavam numerosas levas de imigrantes europeus pobres. As famílias das classes abastadas iam tendo menos filhos, enquanto a taxa de natalidade entre os mais pobres crescia. Em meio a tudo isso há ainda uma instabilidade econômica, o país enfrentou várias crises nesse período, o ambiente era propício para o conflito de classes.

Diante deste quadro, visto como catastrófico, a elite norte-americana entende que é necessário incluir políticas públicas para o controle social das massas. Em palavras de Rodrigo Andrade da Cruz:

Esse projeto, conhecido como progressismo, visava o planejamento social e econômico, a ser realizado por expertos formados nas universidades, com base na ciência. Vale dizer, acreditava-se que, dessa maneira, seria propiciada uma nova era de controle racional sobre a natureza e a sociedade humana (Andrade da Cruz, 2012, p. 41).

Novamente vemos uma elite econômica buscando alcançar seus objetivos aliando-se ao Estado e dando um verniz científico para suas atitudes e decisões. A busca de uma solução nas universidades demonstra como a ciência havia ganhado protagonismo e credibilidade naquele período e também como ela era um ambiente elitizado e próximo do capital.

No caso dos Estados Unidos a corrente eugênica que se popularizou foi a eugenia negativa. Para os entusiastas eugênicos daquele país a genética e a hereditariedade explicariam todos os males sociais e a sociedade norte-americana pagaria um preço altíssimo caso seguisse permitindo o nascimento de indivíduos defeituosos e inferiores. Esse pensamento justificará muitas leis eugênicas implantadas no país e que inspirariam, posteriormente, a Alemanha nazista.

Desde o final do século XIX, ainda antes do desembarque das ideias de Galton nos Estados Unidos, já existiam leis no país que impediam o casamento entre doentes mentais (depressão, loucura, esquizofrenia, retardo mental, etc.), pessoas com doenças venéreas e alcoólatras, o que nos mostra que já havia a intenção de controle da reprodução humana de uma parte da população naquele país. As ideias de Galton chegarão nos Estados Unidos por meio do resumo da conferência feita por ele em 1901 no Instituto Antropológico de Londres e publicado

pelo Instituto Smithsonian. Elas foram tão bem aceitas que é neste país que se organizam os primeiros comitês e sociedades eugênicas do mundo. Os grupos de eugenistas também foram muito exitosos em influenciar na implantação de políticas públicas eugênicas em vários estados norte-americanos.

O maior representante da eugenia nos Estados Unidos foi Charles Davenport, de tendência radical, dirigia um laboratório de biologia (1903) onde a eugenia era considerada uma ciência genuína. Ele fez experiências com criadores de animais e com sementes e acreditava que os mesmos princípios aplicados nesses experimentos poderiam ser aplicados aos seres humanos. Em 1909, Davenport cria o *Eugenics Record Office*, um registro dos antecedentes genéticos dos norte-americanos, esse arquivo tinha como objetivo identificar as boas linhagens e impedir que os indesejáveis se reproduzissem. Com esses dados ele lidera um movimento que pressiona o governo pela criação de leis de esterilização involuntária, de fato vários estados norte-americanos adotaram esse tipo de legislação. Vale mencionar que desde o início os norte-americanos discutiram e consideraram o uso de câmaras de gás para eliminação daqueles que os eugenistas julgavam indignos de viver. É inspirada nas discussões dos Estados Unidos que a Alemanha leva essa ideia à cabo, anos depois, assassinando milhões de judeus nos campos de concentração nazista.

Durante o século XX a eugenia ganhou grande popularidade nos Estados Unidos, o número de universidades com cursos sobre o tema chegou, em seu ápice, a 376. Havia muita produção científica sobre o assunto e um empenho na divulgação do pensamento eugenista, contando inclusive com competições familiares em feiras, concursos com chamadas como “A mais bela criança eugênica”. A influência dos eugenistas também colaborou para a reforma de imigração de 1924, essa lei limitava o número de imigrantes que poderiam entrar legalmente nos Estados Unidos numa espécie de cota por país. Essa lei visava dificultar a imigração de europeus do sul, que eram em sua maioria católicos, eslavos e judeus da Europa Oriental, eles eram considerados europeus de segunda categoria. Ademais era um instrumento para impedir a imigração de asiáticos e outros povos considerados indesejáveis. Também houve leis em vários estados para a esterilização dos considerados socialmente inaptos, eram assim considerados os chamados débeis mentais (termo utilizado na época para pessoas com deficiência intelectual), os loucos, os psicopatas, os criminosos, os epiléticos, alcoólatras, os portadores de doenças crônicas, os cegos, os surdos, os disformes, os órfãos, os moradores de rua, os indigentes, enfim todos aqueles que não fossem considerados indivíduos úteis para a sociedade e/ou que não pudessem valer-se por si mesmos.

Havia um desejo de purificação social do país, uma busca pelo cidadão ideal, conforme o explanado por Pietra Diwan “O verdadeiro cidadão americano deveria se enquadrar na descrição “anglo-saxão, branco, protestante, saudável e produtivo”. (2017, p.54) De modo geral a eugenia obteve muito êxito em solo norte-americano porque conseguiu aliar diligentemente a ciência, a elite econômica e o sistema jurídico em prol de um mesmo objetivo: purificar o país e construir uma nação eugênica. A eugenia só perderá seu prestígio nos Estados Unidos e no mundo a partir das novas descobertas genéticas do século XX, que derrubam seu frágil viés científico e com sua associação, a partir de 1940, com as atrocidades cometidas pelos nazistas na Alemanha.

Os Estados Unidos foram também um grande propagador das ideias eugenistas nas Américas, embora em nosso continente tenham encontrado alguma resistência, essas ideias foram muito influentes em alguns países que viviam a busca pela formação da identidade nacional. Na América do Sul o eugenismo chegará com ares de modernidade e encontrará boa receptividade na Argentina e no Brasil, veremos isso mais adiante, antes tratemos do país que adotou a eugenia negativa de modo mais radical, entrando para a história como a nação que perpetrou um dos maiores crimes contra a humanidade de todos os tempos, o Holocausto judeu, tratemos da Alemanha.

2.7 A eugenia na Alemanha

A Alemanha nazista costuma ser o primeiro país associado à eugenia, sabemos que o nazismo não a inventou, mas sua ascensão, em 1933, tem ligação direta com a divulgação e adoção das ideias dessa ciência. Também não foram os alemães que tiveram primeiro a ideia de esterilizar a população de indesejáveis, de fato a lei alemã de 1933 se inspirou em uma lei da Califórnia, nos Estados Unidos da América. Ademais a proposta da câmara de gás foi aventada primeiro pelos norte-americanos, a Alemanha meramente a colocou em prática. O que queremos mostrar aqui relembrando esses fatos é que as atrocidades cometidas na Alemanha durante o regime nazista não eram baseadas em um pensamento exclusivo das elites daquela nação. Essas ideias circulavam no mundo de então e eram consideradas razoáveis e modernas.

Outra questão que é importante salientar é que a eugenia não tem uma relação direta com o antissemitismo, inclusive havia médicos e cientistas judeus que acreditavam na eugenia. Um exemplo citado por Pietra Diwan (p.69, 2007) é o do psiquiatra Franz Kallmann que defendia a esterilização de 10% da população alemã porque acreditava que eles teriam o gene da esquizofrenia. Kallmann, assim como muitos outros judeus, foi obrigado a emigrar após o decreto das Leis Raciais, em 1935, mas não abandonou as ideias eugênicas, inclusive ao se

instalar nos Estados Unidos se associou à Sociedade Americana da Eugenia. Isso mostra que a eugenia era racista, mas não exatamente antissemita.

É verdade que já circulavam na Europa ideias antissemitas, mas elas são, inclusive, anteriores à eugenia e à ideologia nazista. Tanto que judeus só foram amplamente perseguidos por leis eugênicas na Alemanha, isso se deve às crenças do próprio Adolf Hitler que foram difundidas repetidamente durante seu governo. Hitler associava aos judeus todo tipo de degeneração e defeito moral. Em seu livro *Mein Kampf* (Minha luta, em português) faz diversas acusações contra o povo judeu, entre elas a de estarem associados à prostituição, ao tráfico de pessoas e também de serem naturalmente egoístas e individualistas. Em um dos trechos de seu livro ele afirma:

El judío fue siempre un parásito en el organismo nacional de otros pueblos, y si alguna vez abandonó su campo de actividad, no fue por voluntad propia, sino como resultado de la expulsión que de tiempo en tiempo sufriera de aquellos pueblos de cuya hospitalidad había abusado [...] (Hitler, 1968, p. 133).

Hitler considerava os judeus os antípodas do povoário, pensava que eram parasitas porque, segundo ele, eram mandriões e viviam da piedade dos povos que os recebiam em seus países. Ao mesmo tempo aponta que os judeus sorrateiramente se integravam ao sistema bancário e comercial e terminavam por monopolizá-lo. Essas crenças foram muito utilizadas nas campanhas do partido nazista que acusavam os judeus de serem responsáveis pela exploração e pobreza do povo alemão. Ainda atribui a eles uma suposta influência negativa sobre os sindicatos de operários porque eles usavam os sindicatos para destruir os fundamentos da economia nacional, também os acusa de monopolizar a imprensa e colocá-la a serviço de seus objetivos econômicos.

Obviamente o líder alemão não tinha nenhuma prova ou evidência que comprovassem suas acusações, eram todas conjecturas pessoais, baseadas em sua visão preconceituosa sobre todo um povo. Importante salientar que há na obra uma caracterização do judeu como um não alemão, o que coloca presente um fator racial muito forte, o cidadão judeu não é um cidadão nacional, ele é o outro, outra raça, isso se aplica mesmo aqueles que nasceram em solo alemão. Hitler afirma ainda que judeus envenenam o sangue alemão por meio do casamento de mulheres judias com cristãos importantes, mas que de modo geral eles mantêm a pureza da sua descendência masculina, novamente ele acusa os judeus de impulsionarem uma espécie de plano conspiratório contra o povo alemão. Além disso, afirma que os filhos dessas uniões, chamados por ele de bastardos, tendem sempre para o lado judeu. Enfim judeus, segundo Hitler, eram desonestos, preguiçosos, egoístas, ambiciosos e, em suma, um grupo de conspiradores dispostos a prejudicar os alemães.

Não foi apenas em seu livro que Hitler disseminou suas ideias antissemitas, seu governo fez uma ampla propaganda contra o povo judeu, não foi difícil convencer a opinião pública de que muitos dos males do país eram culpa desse povo “invasor” e que era necessário se livrar deles. Os desdobramentos dessas ideias todos conhecemos, foi instaurado um plano de limpeza étnica por meio da perseguição e da violência, mas antes de chegar às câmaras de gás, a defesa da pureza da raça alemã criou primeiramente uma série de leis para supervisionar e controlar os casamentos e a procriação no país.

A perseguição aos judeus vai endurecer a partir da entrada em vigor das Leis Raciais, elas foram um conjunto de normas jurídicas aprovadas pessoalmente por Hitler e que tinham como objetivo colocar em prática a busca pela pureza racial do povo alemão. Elas pretendiam controlar e proibir os casamentos de pessoas com características consideradas degeneradoras da raça alemã, como doenças genéticas, venéreas ou mentais. Faz parte também desse arcabouço jurídico a Lei para a Proteção e Honra do Sangue Alemão que proibia os casamentos inter-raciais entre judeus ou outros grupos étnicos considerados inferiores e os alemães considerados de sangue puro. Se é verdade que na Alemanha nazi a política eugenista se voltou especialmente contra os judeus, eles não foram o único alvo. Um exemplo de que essas leis também atingiam outros grupos étnicos é o caso da esterilização de mais de 400 crianças mestiças realizada à mando da Gestapo (a polícia secreta nazista), em 1937. Essas crianças eram filhas de alemãs/alemães e negros/negras ou mestiços/mestiças de colônias francesas na África que foram ocupadas pela Alemanha durante a I Guerra Mundial. Além disso, devemos nos lembrar que anos antes, entre 1904 e 1908, no sudoeste da África, num território onde hoje fica localizada a Namíbia, o Império Alemão, então governado pelo Kaiser Wilhelm II foi responsável pelo genocídio de dois povos africanos: os hereros e os namas. Foram exterminadas, aproximadamente, entre 75 mil e 90 mil pessoas ao todo, parte delas em conflito direto, parte abandonada no deserto de Omaheke onde morreram de fome, sede e exaustão. Já nessa ocasião foram utilizados os campos de concentração e o trabalho forçado. Esse genocídio já utilizava argumentos de superioridade racial, tanto que muitos crâneos de africanos assassinados foram levados para a Alemanha para serem estudados e comprovar a superioridade racial branca.

Por fim, a eugenia foi radicalizada na Alemanha nazista e escolheu como seu principal alvo, mas não exclusivamente, os judeus. Esse perfil é peculiar da eugenia alemã, pois em outras nações não houve essa perseguição brutal contra esse povo. No caso da América Latina a eugenia se voltou contra a população indígena e negra. No Brasil ela será vista como uma

ferramenta para realizar o sonho das elites nacionais, livrar o país dos negros e indígenas e fundar um país embranquecido. É o que abordaremos adiante.

2.8 A eugenia no Brasil

Como vimos anteriormente as ideias eugenistas nascem na Inglaterra e vão se espalhando pela Europa, logo depois desembarcam no continente americano, mais especificamente, nos Estados Unidos da América e daí se irradiam para todo o continente, chegando até a América do Sul e, portanto, ao Brasil. Mas como ideias de pureza racial podem ser adotadas numa parte do mundo marcada pela mestiçagem? Para responder a essa pergunta teremos que olhar para o contexto histórico do Brasil naquele momento e considerar que o movimento eugênico não era monolítico, nem faziam parte dele apenas intelectuais e cientistas conservadores, muitos progressistas acreditavam nas ideias eugênicas e viam nelas a possibilidade de intervir racionalmente na natureza para acelerar o desenvolvimento humano.

Além disso o movimento se organiza no Brasil com propostas menos radicais que nos Estados Unidos ou na Europa, em território brasileiro essa teoria se afastou um pouco das questões estritamente genéticas e foi assimilada pelos discursos médicos, sanitaristas e higienistas. Isso se deu também porque os intelectuais e médicos brasileiros se aproximaram mais dos eugenistas franceses que eram influenciados pelas ideias neolamarckistas.

As noções lamarckianas propõem que a seleção natural das espécies elimina as características inadequadas, mas é possível adquirir características melhoradas ao longo do tempo e estas podem ser herdadas pelas próximas gerações. Daí o entendimento de que era possível melhorar a chamada raça brasileira por meio da intervenção eugenista. Segundo Vanderlei Sebastião de Souza:

O pensamento neolamarckista permitia, portanto, que os eugenistas investissem sobre a vida social de maneira efetiva, propondo políticas públicas de caráter intervencionista e estabelecendo uma ordem social e moral em nome da ciência. Além das reformas higiênicas e sanitárias, os eugenistas propunham, ainda, várias discussões sobre a legislação matrimonial, exame médico pré-nupcial, educação sexual, aborto e controle de natalidade, tendo como objetivo tanto o aperfeiçoamento social quanto biológico das futuras gerações. Nesse sentido a eugenia se constituía também como um importante mecanismo civilizador, capaz de reeducar os hábitos sociais e os comportamentos morais, investindo, por exemplo, sobre as regras de higiene individual e familiar, a educação sexual, a regulamentação sobre o uso do álcool e do tabaco, além do controle da prostituição e da criminalidade (De Souza, 2019, p. 84).

Desse modo para os eugenistas brasileiros era possível melhorar nosso povo por meio de medidas educacionais e de saúde pública que mudassem o cenário de abandono sanitários e intelectual que vivia grande parte da população naquele período. É fato que a eugenia tem bases racistas e que a elite brasileira era e é racista, contudo, os eugenistas, num primeiro momento,

estavam mais interessados em mudar as condições sanitárias do país do que propriamente discutir questões de genética e hereditariedade. Acreditavam que as características negativas dos brasileiros como a fealdade, a indolência, os vícios e moléstias eram mais fruto das más condições de vida e da pobreza que da hereditariedade.

Lembremos Monteiro Lobato, um intelectual entusiasta da eugenia, e seu Jeca Tatu, personagem criado em 1914, que retratava o brasileiro pobre do interior do país, um sujeito preguiçoso, que passava o dia inteiro de cócoras, fumando e bebendo. Após a intervenção de um médico, que descobre que o Jeca é portador da doença popularmente conhecida como amarelão, ele se torna saudável e ativo. Essa narrativa por um lado denuncia um Brasil rural tomado pela pobreza e abandono do Estado, por outro mostra como a intervenção da saúde pode mudar o caráter do homem, afinal, como disse o próprio Lobato, o Jeca não é assim, está assim. Ampliando, o brasileiro não é assim, está assim e poderia mudar e ganhar características positivas conforme as intervenções do Estado brasileiro, orientadas pelas premissas eugenistas. Já está presente a preocupação com a qualidade do cidadão nacional, há um interesse pela adequada criação da identidade brasileira.

Este é um momento de formação das identidades nacionais na América Latina, habitualmente relacionamos a eugenia com os crimes de guerra e as atrocidades cometidas pela Alemanha nazista e ao racismo legalista dos Estados Unidos, entretanto ela também terá uma grande relação com o nacionalismo, é essa a vertente da eugenia a mais presente na América Latina, de acordo com Andrés Horacio Reggiani:

En un contexto de guerras y colapsos imperiales, de formación y consolidación de Estados, de cataclismos demográficos y crisis epidemiológicas, la preocupación por la población encontró en la eugenesia una forma de “imaginar” la nación a través de la planificación racional de la cantidad y calidad de los habitantes, entendidos ahora como un “capital biológico” que había que preservar (Reggiani, 2019, p. 44).

Desse modo temos o surgimento de uma biopolítica que buscará controlar e criar uma identidade nacional nos diferentes países latino-americanos. Considerando que todos os países do nosso continente foram colônias europeias e que as elites econômicas e políticas eram descendentes de europeus colonizadores, o que se via aqui era um desejo de conversão racial, de apagamento dos povos originários e dos afrodescendentes, numa perspectiva de branqueamento das nações.

As ex-colônias eram vistas no Velho Continente de modo estereotipado e as elites locais da América Latina queriam mudar essa imagem, queriam ser vistos como nações brancas, com status igual ao dos países colonizadores. Do ponto de vista dos europeus, segundo Pietra Diwan:

[...] a Argentina significava o “melhor do pior da Europa”; o México, com sua maioria racial de índios e “mestizos”, afastava-o da norma branca européia; e finalmente, o Brasil, com seu clima tropical, estimulava a miscigenação e, portanto, sua deterioração racial (Diwan, 2007 p. 76).

Como podemos ver, de modo geral, os europeus tinham uma perspectiva negativa e preconceituosa sobre o nosso continente. Diversos viajantes e intelectuais escreveram sobre suas experiências ao conhecer nosso país, alguns deles eram célebres intelectuais e não tiveram uma boa impressão desta terra e sua gente. Dentre eles, os principais intelectuais que divulgaram uma imagem muito negativa do Brasil foram o historiador inglês Henry Thomas Buckle (1821-1862), o diplomata francês Arthur de Gobineau (1816-1882) e o naturalista suíço-norteamericano Louis Agassiz (1807-1873).

O historiador Henry Thomas Buckle acreditava que a natureza influenciava a personalidade dos povos, ele esteve no Brasil em 1860 e concluiu que a natureza exuberante e o clima quente do país produziam uma população apática e mentalmente incapaz, só seria possível melhorar o povo brasileiro por meio da imigração europeia. Já o diplomata francês Arthur de Gobineau veio ao Brasil como representante de seu governo, viveu aqui entre 1869 e 1870 e manteve uma relação de amizade com o imperador D. Pedro II, neste período não foi capaz, segundo ele, de identificar nenhum aspecto positivo do país e seu povo e acreditava que o Brasil não teria futuro. Anos antes, em 1853 parcialmente e completo em 1855, ele havia publicado o *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, uma das obras mais relevantes da teoria racial, nesse texto afirmava que a miscigenação estaria levando a humanidade à altos índices de degeneração física e mental. Assegurava a superioridade da raça branca sobre a negra e a amarela, ademais sustentava que ao misturar-se um branco com a escória da civilização (como se referia aos não brancos) esses degeneravam, perdiam sua inteligência, força e beleza.

Temos então aqui dois pontos de vista que tentavam explicar a degeneração brasileira: para Buckle o nosso atraso tecnológico, social, moral e até intelectual era fruto do clima e da geografia; para Gobineau todos os problemas e males brasileiros eram fruto da mestiçagem que produzia um povo mulato, feio, avesso ao trabalho, raquítico, dado aos vícios, infértil, privado da vitalidade da raça branca e moralmente degenerado. Outra avaliação sobre o brasileiro feita pelo intelectual francês é que os habitantes brancos do país desapareceriam em um prazo de cerca de 200 anos, uma vez que, conforme suas observações, não havia família brasileira que não tivesse se misturado com indígenas e negros. Em sua perspectiva, apresentada inclusive ao imperador D. Pedro II, era preciso incentivar a imigração europeia para salvar o Brasil da degeneração e do atraso.

Já o naturalista Louis Agassiz veio ao Brasil em 1865, em uma viagem científica, a fim de recolher amostras de espécies animais e vegetais para o Museu de Zoologia Comparada da Universidade de Harvard, do qual foi o fundador e diretor, foi uma viagem longa e ele visitou o nordeste, o sudeste e o norte do país. Neste ponto, é relevante dizer que Agassiz era criacionista e não compartilhava das ideias de Darwin sobre a evolução das espécies. Além dessa coleta, ele pretendia observar e fotografar os negros e mestiços no Brasil para comprovar sua teoria racista de que estes eram inferiores porque são incapazes de se civilizar e deveriam ser afastados das civilizações. Assim como Gobineau, ele era partidário da ideia de que a mestiçagem era um fator negativo e um obstáculo para o desenvolvimento de uma sociedade civilizada. Ele chega a escrever que:

Aqueles que põem em dúvida os efeitos perniciosos da mistura de raças e são levados, por uma falsa filantropia, a romper todas as barreiras colocadas entre elas deveriam vir ao Brasil. Não lhes seria possível negar a decadência resultante dos cruzamentos que, neste país, se dão mais largamente do que em qualquer outro. Veriam que essa mistura apaga as melhores qualidades quer do branco, quer do negro, quer do índio, e produz um tipo mestiço indescritível cuja energia física e mental se enfraqueceu (Gobineau, 2000, p. 282).

Não apenas nesse excerto, mas em vários outros dos textos de Agassiz percebe-se que a presença do negro o desconcerta, mas o incomoda ainda mais a existência dos mestiços. Isso ocorria porque ele acreditava que humanidade deveria ser dividida em raças separadas e o mestiço impedia essa classificação ao ser um híbrido, não pertencer nem a uma raça, nem a outra. O mestiço é um elemento desestabilizador e indesejado.

Em síntese, Buckle apontava que nossos problemas e defeitos são produto de aspectos climáticos, o que mostra um determinismo geográfico, que entende que o lugar, o ambiente, o clima e até o relevo determinam o comportamento e os padrões culturais dos indivíduos. Desse ponto de vista, o clima tropical e a natureza exuberante do Brasil criavam um ambiente lascivo, propício para a miscigenação e, portanto, para a degeneração da raça. Por outro lado, temos Gobineau e Agassiz que entendem que as mazelas do país são resultado da mestiçagem.

O mestiço os incomoda porque, entre outros aspectos, é racialmente inclassificável, ambivalente, não é branco, não é negro, não é indígena, e apontam a que não há diferenças raciais biologicamente relevantes entre os seres humanos com diferentes tons de pele, é possível misturar os brancos, negros e índios e desses encontros produzirem seres humanos híbridos, a existência dos mestiços questiona a ideia de que existam raças humanas diferentes e faziam pensar, já naquele momento, que a humanidade poderia ser uma única raça.

Em resumo a imagem negativa do Brasil na Europa foi construída ao longo dos anos pelos olhos de intelectuais estrangeiros e partidários de teorias raciais preconceituosas e

equivocadas. De fato, biologicamente falando, existe apenas a raça humana, esse fato veio a se confirmar por meio das pesquisas sobre o DNA humano realizadas pelo Projeto Genoma Humano na década de 1990, esses estudos demonstraram que não há diferenças genéticas relevantes entre os seres humanos dos mais variados fenótipos, somos todos da espécie *homo sapiens*.

Contudo, naquela época muitos intelectuais entendiam que as pessoas deveriam ser divididas conforme sua raça e que existiria uma escala em que os brancos europeus estariam no topo como raça superior e os outros grupos não brancos seriam inferiores. Esse argumento era amplamente aceito, inclusive a pretensa superioridade branca europeia foi largamente utilizada como argumento para invasão e conquista de outros territórios. Não podemos esquecer que essas pessoas eram figuras conhecidas e respeitadas nos meios políticos e acadêmicos, seus discursos influenciavam no modo de pensar da elite da época.

Dada a notoriedade dessa tríade intelectual é que se propagou pelo mundo, por meio de textos e fotografias, uma imagem do Brasil como um país de negros e mestiços. Imagem que correspondia de fato à realidade nacional, mas não era a que a elite branca do país queria apresentar no exterior. A mestiçagem tão presente nas famílias brasileiras trazia consigo um sentimento de inferioridade para a elite nacional frente aos países europeus. Começam a aparecer então estudos sobre a população negra brasileira, um dos primeiros a estudar o tema é o médico baiano Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia. Seus interesses são variados, mas os mais importantes e polêmicos tratam da questão da mestiçagem como, por exemplo, no artigo “Mestiçagem, degenerescência e crime”, publicado em 1899. Nele o autor tenta provar que negros e mestiços são seres inferiores e com uma tendência natural ao crime. Ele ainda faz muitas observações sobre os mestiços, considera o mestiço de branco com índio melhor que o de branco com negro, mas de todo modo um degenerado porque os mestiços nunca herdaram igualmente as qualidades de seus ascendentes, segundo ele: “as características físicas e morais das duas raças não se fundem nos mestiços de modo a resultar sempre num produto médio” (Rodrigues, 1899, p.). Chega a admitir que havia mestiços de inteligência notável, mas afirma que ainda assim apresentam degenerescências como no trecho sobre os irmãos Rebouças:

Os três irmãos Rebouças foram notáveis. Um deles foi médico e professor da Faculdade da Bahia; outro, engenheiro, foi professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; o terceiro foi um eminente jurista. São eles em geral citados entre nós como sendo a negação mais formal da degenerescência dos mestiços. Mas esquece-se facilmente, ou finge-se ignorar, que o médico foi atingido pela loucura, e dela morreu, e que o engenheiro recentemente pôs fim a sua vida, recorrendo ao suicídio. Silva, também professor na Faculdade da Bahia, é outro mestiço notável pelo talento, apresentado como prova do valor da mestiçagem. Ora, todos sabem que Silva morreu

de uma mielite, e sua degenerescência genésica que fazia dele um homossexual ativo é notória. O eminente Barreto, um de nossos mestiços de maior valor intelectual, levou sempre uma vida desregrada e morreu em consequência dela. Um de seus críticos (Araripe), antigo condiscípulo dele, observa, falando de seu lirismo como poeta, que ele se ressentia da incurável lubricidade da raça negra, à qual pertencia. Outros mestiços se mostraram superiores em nosso país; talvez fosse fácil demonstrar sua degenerescência ou a existência de taras em suas famílias (Rebouças, 1899, p. 7).

Como podemos notar se por um lado o autor reconhece qualidades em sujeitos mestiços, por outro aponta que todos eles apresentam degenerescências-enfermidades, além de falhas morais gravíssimas para a sociedade da época como a homossexualidade e a vida libertina. Para ele essas características e as doenças mentais, como a depressão, eram transmitidas hereditariamente. Nina Rodrigues leu Gobineau e Agassiz e coincidiu com eles de que o grande problema da inferioridade brasileira era a grande quantidade de mestiços que viviam no país. O médico maranhense também fará estudos sobre o comportamento social de negros e mestiços sob o enfoque da teoria lombrosiana. Essa teoria, formulada pelo médico psiquiatra italiano Cesare Lombroso, afirmava que alguns indivíduos, sobretudo os mestiços, tinham uma tendência nata ao crime e essa tendência seria reproduzida hereditariamente. Ele acreditava que os criminosos teriam características físicas, biológicas e psicológicas comuns, ou seja, existia um padrão de delinquência.

Para determinar esse padrão, Lombroso avaliou mais de 25 mil detentos na Europa, além de mais de 400 resultados de autópsias. A partir desse estudo ele acreditava que por meio de exames anatômicos e fisiológicos dos delinquentes seria possível descobrir as causas da criminalidade e fazer assim a relação entre o fator biológico, hereditário e a etiologia dos crimes. Os criminosos estariam ligados a um atavismo evolutivo que permanecia latente na herança genética. Seria então possível identificar um criminoso apenas por seus aspectos físicos. Inspirado nesses estudos Nina Rodrigues passou a estudar crâneos, mas diferente do italiano, o brasileiro acreditava que além da herança genética, havia a influência do meio social na determinação do crime.

Do ponto de vista do médico legista os mais inclinados ao crime seriam os negros, os mestiços e os pobres. Devemos considerar que essas ideias efervesceram num período de grandes transformações no Brasil, havia pouco se dado a abolição da escravidão (1822) e a Proclamação da República (1889), a elite branca se deparava com a possibilidade de vir a existir mobilidade social no país. As teorias raciais deterministas e a antropologia social também podem ser interpretadas como uma atitude de defesa da elite contra o povo. A elite era branca, rica, tinha acesso à educação e à saúde e não pretendia dividir espaços com um povo que era uma maioria de negros, mestiços e pobres. A simples possibilidade de mobilidade social já era vista como

ameaçadora por esse grupo social que preferia manter seus privilégios e evitar mudanças sociais.

No período pós abolição acontece na Europa um grande desenvolvimento das economias industriais, o que causa um aumento exponencial da demanda de matérias primas. O Brasil já era nesse período uma nação agroexportadora, porém agora, sem o trabalho da mão de obra escrava, era preciso conseguir trabalhadores livres para as lavouras. Ao invés de contratar, com salários, a grande massa de negros e mestiços livres, a elite opta por contratar imigrantes europeus. Essa opção parte do princípio de uma preferência racial, calcada na ideia da superioridade da população e da cultura europeias. Era a imigração europeia, na perspectiva da elite nacional, o único caminho para o progresso a inserção do país na dita civilização. Segundo Andrés Horacio Reggiani:

Aquí operaba no sólo la percepción de las razas de color como una población embrutecida por los vicios y la incultura – y en ese sentido, susceptible de ser amalgamada con otras categorías de criminales y asociales lombrosianos – sino también la convicción, especialmente entre las elites mejor informadas, de que el negro y el mulato eran, en su biología y su cultura, resabios atávicos de un pasado que las leyes de la evolución parecían estar dejando fuera de la historia, de igual forma que con las especies de animales extintas (Reggiani, 2018, p. 114).

O Brasil sabia-se negro, mas seus dirigentes pretendiam fazê-lo branco ou, ao menos embranquecido e para isso se fazia necessário incentivar a imigração europeia. Também acreditava-se que com uma imigração massiva de europeus, associada à seleção natural, as doenças e a fragilidade de negros e mulatos (mestiços), estes desapareciam em poucas décadas do solo brasileiro. O governo começa então uma campanha para atrair imigrantes, que silenciava aspectos considerados negativos do Brasil, como o fato de ter uma grande população negra, e foca nos aspectos positivos. Um dos aspectos considerados mais atrativos era o clima temperado do sul do país, mais parecido ao clima europeu.

Por outro lado, a imigração de pessoas negras será rechaçada, um caso exemplar ocorreu em Mato Grosso em 1921. Naquele ano a imprensa local denunciou que uma empresa, a Brazilian-American Colonization Syndicate, havia obtido uma concessão de terras e pretendia trazer negros norte-americanos para o estado. Importante salientar que o fato de serem norte-americanos não era um problema a questão era a cor da pele desses indivíduos. Conforme Cristiane dos Santos Silva:

Cabe salientar que o processo de povoamento norte-americano estava sendo bem aceito pelas autoridades brasileiras e mato-grossenses, até ser esclarecido que desembarcariam no país famílias negras. De acordo com a documentação, alguns meses antes do desembarque, as autoridades brasileiras ficaram cientes que as famílias seriam constituídas somente de afro-americanos (Santos Silva, 2020, p. 182).

Uma das razões de essa empresa ter escolhido o Brasil era a imagem internacional do país como uma nação em que havia paz racial, num momento em que os Estados Unidos viviam uma escalada na violência dos confrontos raciais. Contudo, o governo e a elite local viram de modo negativo a possibilidade da imigração de pessoas negras. O governo brasileiro então nega vistos a afro-americanos e, além disso, o governador de Mato Grosso, um sacerdote católico, Francisco de Aquino Correia, conhecido como Dom Aquino, anula a concessão das terras à empresa colonizadora.

Outro fator visto como negativo pelo governador de Mato Grosso era o fato de que a maioria dos norte-americanos era protestante o que divergia dos interesses da Igreja Católica, da qual ele era um líder local. Vale destacar que já havia em Mato Grosso pequenos grupos de protestantes como os presbiterianos que chegaram ao estado em 1913 e estabeleceram a primeira Igreja Presbiteriana de Cuiabá em 1920, ou seja, já havia a ideia de uma possível disputa de fiéis. Após essa anulação, a imprensa continua fazendo uma intensa campanha contra a imigração de pessoas negras. Em meio a essa polêmica os deputados Andrade Bezerra, de Pernambuco, e Cincinato Braga, de São Paulo, apresentam um projeto de lei que proibia a entrada no Brasil de pessoas da raça negra. Esse projeto foi considerado inconstitucional.

Dois anos depois, o deputado Fidelis Reis, de Minas Gerais, apresentou uma versão um pouco modificada do projeto de 1921. Nele a restrição racial é associada a um plano de colonização do território brasileiro, criado pela lei de imigração de 1907, mas nunca aplicado. O artigo 5 proibia a entrada de colonos de raça negra e limitava os de raça amarela a um número anual que não deveria exceder a 3% da população asiática que já vivia no país naquele momento. Nesse sentido desde 1921 o Ministério das Relações Exteriores do Brasil recomendou aos funcionários que trabalhavam nos Estados Unidos que negassem os pedidos de visto de cidadãos afro-americanos. O fato de serem negros já era por si só uma razão para impedir a vinda desses imigrantes, contudo este não era o único motivo, havia a preocupação com o fato de que os norte-americanos haviam participado de um conflito armado, a Guerra de Secessão, para conseguir sua liberdade, o que de fato conseguiram em meados do século XIX.

Ou seja, esses imigrantes poderiam influenciar os negros que viviam aqui a não se conformarem com a situação em que viviam. O imaginário construído sobre a população negra dos Estados Unidos era de que se tratavam de pessoas afeitas à guerra, não temendo, caso fosse necessário, um confronto direto. As autoridades temiam a organização política e econômica que eles poderiam estruturar no país. O discurso dominante negava a resistência negra empreendida no Brasil, relegando à invisibilidade. No senso comum o negro brasileiro era pacífico e o negro norte-americano belicoso.

O governo brasileiro temia que a imagem de um Brasil negro e sem conflitos raciais atraísse uma imigração massiva de cidadãos negros norte-americanos, um grupo que tinha uma religião diferente, ainda que de base cristã, pois eram protestantes, organizado e que tinha lutado em uma guerra por sua liberdade, ou seja, eram belicosos, rebeldes, ousariam lutar por seus direitos. Nesse ponto é interessante notar como o discurso elitista vigente naquela época desconsiderava completamente as lutas e resistência do povo negro no Brasil, como se aqui a liberdade tivesse sido presenteada aos escravizados, como se fosse fruto da generosidade da Princesa Isabel. Não tivemos uma guerra que dividisse o país em dois como a Guerra de Secessão norte-americana, mas foram inúmeras as revoltas em nosso território como, por exemplo, a Revolta dos Malês (1835), na Bahia, a Balaiada (1838-1841) no Maranhão e mesmo a existência do Quilombo do Piolho em Mato Grosso (séc. XVIII) e de tantos outros quilombos e revoltas lideradas por negros escravizados que aconteceram no Brasil durante todo o período escravocrata. Houve muita resistência e muita luta armada dos escravizados em nosso país, há inúmeros fatos históricos amplamente documentados que mostram que o povo negro nunca aceitou a escravidão e usou de todas as armas possíveis para conseguir a liberdade, inclusive armas jurídicas como o trabalho importantíssimo de Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882), o primeiro advogado negro do Brasil, figura-chave do movimento abolicionista que conseguiu libertar na justiça centenas de escravizados.

Uma década depois ocorre a Revolução de Trinta, Getúlio Vargas (1882-1954) assume o poder, suspende a Constituição e passa a governar por decreto. Em julho de 1934 é sancionada a nova Constituição, nela aparece, no artigo 121, a incorporação do princípio de cotas para imigração, o mesmo defendido por deputados na década anterior. O inciso 6º desse artigo estabelece que a entrada de imigrantes:

[...] sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos (Brasil, 1934, s/p).

Uma das motivações dessa lei era desestimular a imigração japonesa, que havia começado em 1908, com o argumento de que os imigrantes provenientes daquele país não se integravam ao povo e à cultura brasileira.

Em 1937 ocorre o Golpe do Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas, que suspende a Constituição de 1934. Em novembro de 1937 sancionada a nova Constituição que transforma Vargas em um ditador. Essa Constituição mantém o princípio de cotas para a imigração. Já em 1945, um mês antes da queda do governo de Getúlio Vargas, é imitado do Decreto-Lei nº 7967

de 18 de setembro de 1945, que estabelece que os imigrantes seriam admitidos no Brasil de acordo com a:

[...] necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional (Brasil, 1945, s/p).

Não podemos ignorar que a ascensão de Vargas coincidiu com a ascensão do nazismo e com uma crescente onda racista disseminada pelo mundo e dirigida a diferentes grupos étnicos como negros, judeus, japoneses, entre outros. Podemos notar que o controle da imigração era uma questão importante para o Brasil, a única imigração desejável era a de brancos europeus porque essa atendia ao anseio de branqueamento da nação, era preciso tomar medidas para desconstruir o imaginário social de que esta era uma nação repleta de negros. É para mudar essa imagem, de um país predominantemente negro e, mais ainda, mudar a composição racial de seu povo que o Brasil adota a eugenia que, naquele momento, é a novidade em teoria científica, é a ferramenta mais moderna que existe para resolver o problema da miscigenação. Talvez soe estranho a declaração de que a miscigenação era vista como um problema, já que circulou e circula no Brasil há muito tempo um discurso de que o país é uma democracia racial, ou seja, há um imaginário dominante que sustenta a ideia de que não há conflito racial no país e de que as relações sociais não são afetadas pelas questões étnico-raciais que envolvem os diferentes grupos raciais que compõem a sociedade brasileira e a extensa miscigenação da população seria uma prova disso.

Essas discussões estavam inseridas no âmbito do grande ganho de prestígio das ciências naquele tempo, ao se discutir eugenia, se estava discutindo o que havia de mais moderno na área de genética. Embora hodiernamente algumas das questões apresentadas na época pareçam-nos absurdas e até bizarras, elas eram consideradas razoáveis e racionais. A discussão dessas ideias não se dava a modo de segredo, nem eram dissimuladas, essas questões eram discutidas em artigos de jornais, encontros de intelectuais e nos salões da alta sociedade local. Entretanto, é importante recordar que a maior parte da população brasileira não era alfabetizada, logo essa era uma discussão elitista e alheia a maioria do povo.

Ainda assim, foi na América Latina o lugar onde a teoria de Galton mais encontrou resistência, mas isso não se deve ao fato de que já havia muita miscigenação em nossos territórios, mas sim em razão do conservadorismo anticientífico da Igreja Católica. Ao ser a América Latina colonizada principalmente pela Espanha e o Brasil ter sido uma imensa colônia portuguesa, ambas nações tinham o catolicismo como religião oficial, este sempre teve muita força no nosso continente e, em decorrência disso, uma tradição conservadora e elitista.

Outro ponto em que a igreja de algum modo freava o avanço eugenista era sua posição firme contra o aborto e a eutanásia, duas ferramentas de controle muito defendidas pelos eugenistas, desse modo essa teoria floresceu na América Latina de modo distinto da Europa e também com particularidades locais, de acordo com cada país. A Argentina, por exemplo, foi um dos países que mais conciliaram as ideias eugenistas aos discursos políticos sobre a formação da nação.

O país vizinho tem sua população predominante branca, de origem principalmente da imigração espanhola e italiana, o que não quer dizer que não houve miscigenação, pois havia e há população indígena e negra naquele território. Contudo o discurso de um país exclusivamente branco ainda é muito comum, um exemplo disso é a desastrosa declaração feita pelo presidente Alberto Fernández, em 09 de junho de 2021, durante uma visita do presidente de governo do Reino da Espanha, Pedro Sánchez, em Buenos Aires. Na ocasião Fernández afirmou:

Soy un europeísta. Soy alguien que cree en Europa. Porque de Europa, escribió alguna vez Octavio Paz, que los mexicanos salieron de los indios, los brasileños salieron de la selva, pero nosotros los argentinos llegamos de los barcos, y eran barcos que venían de allí, de Europa. Y así construimos nuestra sociedad [...] (El País, 2021, s/p).

Em relação às condições de produção imediatas desse enunciado retomemos os fatos, ele foi produzido em um evento público, pelo então presidente da Argentina, Alberto Fernández, em uma coletiva de imprensa na Casa Rosada, sede da presidência argentina, que na ocasião recebia um importante representante do governo espanhol, o presidente de governo Pedro Sánchez. O cargo de Sánchez corresponde ao de primeiro-ministro, ou seja, era ele quem governava a Espanha naquele momento, visto que o país é uma monarquia parlamentarista onde, usando a famosa frase de Adolphe Tiers, “o rei reina, mas não governa”. O encontro tinha como finalidade negociar acordos bilaterais entre o país europeu e sua ex-colônia, isso quer dizer que as condições de produção imediatas estão atravessadas pelos interesses capitalistas, a Argentina pretendia firmar um acordo para aumentar suas exportações para a Espanha. Esse contexto resultou num desejo de Fernández, aqui ocupando o lugar de sujeito-presidente, de agradar, ser obsequente com um parceiro comercial importante, pois pretendia conseguir alguma vantagem em relações comerciais. Essa intenção bajuladora fica clara com as afirmações “Soy un europeísta. Soy alguien que cree en Europa.” O efeito de sentido produzido é o de admiração e até subserviência não só à Espanha, mas ao Velho Continente, visto como modelo de civilização. Não podemos deixar de mencionar que Fernández também quis mostrar-se um homem culto ao citar o célebre poeta mexicano, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura,

Octavio Paz, entretanto a frase atribuída ao poeta nunca foi escrita por ele, é uma frase popular no México e diz-se que Paz a usava em um tom irônico, a frase é: “Los mexicanos descenden de los aztecas, los peruanos de los incas y los argentinos... de los barcos.” O enunciado, ao dizer que os argentinos vieram dos barcos, está indicando o impacto da colonização europeia no país vizinho. É o efeito do não-dito que produz sentidos de apagamento e extermínio dos povos originários, que ocupavam o território que conhecemos como Argentina, afinal nos outros dois países da lista há referência direta à descendência de povos originários, ou seja, embora tenham perdido a guerra para os espanhóis, não desapareceram completamente e têm um papel relevante na constituição étnica do México e do Peru.

Já no caso do povo argentino temos um sentido hegemônico de que não há herança indígena na composição étnica do povo argentino, o que não é verdade, efetivamente, ainda hoje há dezenas de povos originários e seus descendentes na Argentina. Entretanto eles vivenciaram um processo de apagamento dentro daquela sociedade, além do processo de conquista colonial, a chegada numerosa de imigrantes europeus deu continuidade ao processo de expulsão de suas terras e os colocaram em situação de miséria e isolamento nas regiões mais inhóspitas do país, com pouco acesso à saúde e à educação e pouca visibilidade.

É quase ignorado o fato de que parte daquele território também fazia parte do Império Inca ou que tucanos, guaranis, mapuches, charruas e tantos outros povos ainda vivem, falam suas línguas originais e são cidadãos argentinos. Esse processo de apagamento e invisibilização dos povos originários da Argentina também está presente no discurso de Fernández por meio da omissão da existência de uma ancestralidade indígena, da negação de que parte do povo argentino é indígena ou fruto da mestiçagem com esses povos que aqui viviam muito antes da invasão espanhola.

Ao dizer que os argentinos tiveram sua origem nos barcos que vieram da Europa o sujeito-presidente produz sentidos de proximidade e identificação, querendo dizer que argentinos são semelhantes aos europeus, mitigando as distâncias culturais e étnico-raciais que existem entre eles. Apoiando-se no imaginário nacional, e mesmo internacional, ele reproduz o discurso de ser a Argentina um país exclusivamente branco, sem miscigenação, um pedaço da Europa na América do Sul, resultando num povo europeizado e, portanto, mais civilizado, mais educado, um povo superior por conta de sua ascendência europeia.

Ao mesmo tempo, busca marcar uma diferença de origem entre sua nação, e o México indígena e o Brasil selvagem, nações mestiças, não europeizadas. Seu discurso silencia a presença dos povos originários e dos africanos na construção de seu país e sua presença, ainda

hoje, como parte da população argentina. Ao tratar de silêncio em sua obra, Eni Orlandi (2007) afirma:

A relação dito/não dito pode ser contextualizada sócio-historicamente, em particular em relação ao que chamamos o “poder dizer”. Pensando essa contextualização em relação ao silêncio fundador, podemos compreender a historicidade discursiva da construção do poder-dizer, atestado pelo discurso (Orlandi, 2007, p. 73).

Sendo assim o discurso adotado pelo sujeito-presidente traz à tona determinados elementos do jogo discursivo e submerge outros nessa relação entre o dito e o não-dito. No enunciado em questão o dito causa o efeito de sentido “a Argentina foi fundada apenas por europeus brancos” e o não-dito silencia a existência de outros povos na constituição daquele país, nesse momento ele usa da política do silêncio. Segundo Eni Orlandi:

Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada [...] (Orlandi, 2007, p. 73).

O não-dito pelo sujeito-presidente relaciona-se com os sentidos de mestiçagem, que na situação discursiva dada é um tema indesejado e por isso ele silencia sobre a existência de cerca de 26 povos indígenas naquele país e sobre o fato de que há muitos argentinos miscigenados, descendentes desses povos. Silencia também sobre a existência de uma pequena população miscigenada de afrodescendentes que se originou no processo de escravização de africanos pela coroa espanhola. O discurso do mandatário do país vizinho se ancora no pensamento de que ser branco, pertencer a uma raça pura é muito positivo e ser mestiço, impuro, é muito negativo, vemos aqui o atravessamento do discurso eugenista. A Argentina seria superior porque não é mestiça, porque não faz parte de sua origem o elemento indígena, nem o africano que tanto caracterizam a América Latina. O efeito de sentido que ele busca produzir é “não somos iguais aos mexicanos, aos brasileiros e por extensão aos latino-americanos, nós somos como vocês espanhóis”.

O enunciado produzido pelo sujeito-presidente argentino é claramente pejorativo, racista e exemplifica como os discursos atuais são atravessados por outros discursos já existentes, ou seja, como eles acionam uma memória discursiva com a qual o interlocutor se identifica. Importante mencionar que a Argentina é o país da América Latina em que a teoria eugenista foi mais racista e conservadora, logo não é estranho que ainda hoje encontremos ecos desse discurso no país, mesmo sendo o sujeito-enunciador um político peronista e de esquerda. Há também no discurso de Fernández um matiz de saudosismo do passado hispânico, europeu, colonizado, que desconsidera a presença de povos originários e de africanos na constituição do Estado argentino, e pretende ser racialmente igual ao país colonizador.

Outra questão a ser ponderada é que esse discurso desconsidera o fato de que há argentinos que não descendem de europeus, afinal também são argentinos os povos originários e seus descendentes mestiços que nasceram e vivem no país atualmente, sem contar que houve e há uma pequena população negra, cerca de 149.000 habitantes entre eles os chamados negros do tronco colonial (pessoas que descendem de africanos escravizados) e imigrantes, que começa a se organizar e ocupar espaços de visibilidade em redes sociais como, por exemplo, o podcast *Negruras* que também mantém uma página no Instagram e o coletivo *Identidad marrón* que além de ciberativismo, organiza manifestações e encontros para discutir questões relativas aos povos originários e seus descendentes.

Retomando o contexto brasileiro, quando aconteceu a invasão, o território que hoje é nomeado Brasil, era habitado por centenas de povos originários de diferentes etnias, com diversos costumes, religiões e línguas. Após o massacre dessa população e a ocupação do território pelos portugueses entram em cena os milhões de africanos escravizados e trazidos para trabalhar na colônia. Na atualidade, segundo o último Censo do IBGE (2022), 43% dos brasileiros se declaram brancos, 47% pardos e 9% pretos, logo os brancos nunca foram a maioria da população brasileira, mas sempre ocuparam o lugar de elite econômica e política no país. Essa posição fez com que esse grupo pudesse se articular de modo a perpetuar privilégios e manter o controle do Estado brasileiro. Para isso também vão lançar mão do controle da população negra e mestiça, a eugenia cai então como uma luva para os interesses da elite brasileira. O principal defensor e divulgador da eugenia no Brasil será o médico Renato Kehl, é sobre ele que falaremos adiante.

2.9 Renato Kehl

Renato Ferraz Kehl (1889-1974) foi um fervoroso defensor e divulgador da eugenia no Brasil. Médico e farmacêutico por formação foi ele quem deu os primeiros passos para a divulgação do pensamento eugênico em nosso país quando em abril de 1917 proferiu uma conferência na sede da Associação Cristã dos Moços, em São Paulo, com o título “Eugenia”. Essa conferência recebeu ampla cobertura da imprensa local, inclusive sendo publicada na íntegra no Jornal do Comércio, foi por este meio que o escritor Monteiro Lobato veio a conhecer o pensamento eugênico (segundo ele mesmo em carta a Renato Kehl) e assim inicia sua relação de simpatia com esse pensamento e de amizade com Kehl. Em linhas gerais o texto apresentava seu ponto de vista sobre aquelas que ele acreditava serem as principais questões eugênicas e conclamava os intelectuais a estudar a eugenia e difundi-la, uma vez que ela seria o único caminho possível para se combater a degeneração da população brasileira.

Essa conferência foi muito bem recebida pelos intelectuais da época, o que animou Kehl a prosseguir com a divulgação do pensamento eugenista, ele acreditava que através da propaganda eugênica o tema se tornaria popular e seria inserido nas discussões científicas, políticas e institucionais brasileiras, o que era fundamental para a materialização de um projeto eugênico nacional. Para isso era necessário conseguir a adesão não só dos profissionais de saúde, como médicos e psicólogos, mas também dos jornalistas, da classe política e do público intelectual que estivesse interessado nos temas referentes ao desenvolvimento do país, ele havia pensado toda uma estratégia para colocar a eugenia como um tema nacional. Interessante notar como já naquele momento a imprensa era uma peça-chave na propagação de ideias no seio da sociedade brasileira e de como ela sempre esteve relacionada com as elites nacionais.

No ano seguinte à primeira conferência sobre eugenia, 1918, foi fundada, no hospital Santa Casa de Misericórdia, a Sociedade Eugênica de São Paulo. Foi essa a primeira instituição do gênero na América Latina, Kehl participa da fundação da mesma que é presidida por Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920), também diretor da recém- criada Faculdade de Medicina de São Paulo. A criação dessa instituição num primeiro momento era impedir a aprovação de uma emenda ao Código Civil brasileiro que pretendia permitir o matrimônio entre tios/as e sobrinhas/os. A este posicionamento da Sociedade Eugênica de São Paulo faziam coro as faculdades de Direito e a Academia Nacional de Medicina. Essa sociedade deixaria de funcionar em 1919 em razão do falecimento de seu presidente e a mudança de Renato Kehl para o Rio de Janeiro.

No estado do Rio de Janeiro ele ingressa no Serviço de Profilaxia Rural, nomeado por Belisário Penna, e passa a ser chefe do posto de profilaxia de Merity e Raiz da Serra, na Baixada Fluminense, onde trabalha por 10 meses realizando atendimentos médicos, campanhas de educação e combate às principais doenças típicas dos ambientes rurais. Essa experiência permitiu que ele, junto com médicos auxiliares, produzisse uma ampla coleta de dados antropométricos com os quais queria demonstrar às autoridades as condições de saúde daquela população. Através desses dados Kehl chega à conclusão de que a indolência dos trabalhadores rurais se deve à fatores comuns do ambiente rural naquele período, como a alta taxa de anemia e a intoxicação, que resultariam na miséria do povo.

Nessa época o médico era partidário da eugenia positiva, acreditava que medidas como saneamento e a medicina social poderiam colaborar para a melhoria do elemento humano e salvar o futuro racial brasileiro. Isso não significa que pretendia melhorar as condições de mestiços e pretos, a preocupação era referente à população branca que vivia na zona rural. Em sua obra *Lições de eugenia*, publicada em 1929, explica que o principal objetivo da eugenia

positiva é educar jovens de ambos os sexos sobre a verdadeira finalidade do matrimônio, que seria produzir boas gerações eugênicas. Ele entende que essas famílias eugenicamente perfeitas deveriam ter o maior número de filhos possíveis para conseguir equilibrar a enorme procriação dos indivíduos inferiores ou degenerados. Kehl chega a afirmar que apenas os loucos ou os débeis mentais não conseguem compreender o que representa para a sociedade a procriação de degenerados ou de monstros - quando menciona os degenerados o médico está se referindo tanto a questões raciais, os mulatos (mestiços) são os degenerados raciais, como a questões de saúde física e mental – percebe-se que há uma ideia de que o interesse público deveria, segundo o ponto de vista da eugenia positiva, sobrepor-se ao desejo individual. Desse modo, a eugenia positiva empreenderia ações sociais, de educação sexual e saúde para favorecer a procriação dos indivíduos considerados normais, saudáveis, perfeitos, desejáveis, eugênicos. Essa valorização do casamento para procriação acaba por ter um viés conservador e de valorização da família, esse é um caráter muito forte da eugenia no Brasil.

Apesar de haver iniciado a militância eugênica defendendo e apresentando a eugenia positiva, Kehl também era favorável à eugenia negativa, inspirado principalmente nos trabalhos realizados na Alemanha. Contudo era ciente da dificuldade de convencer os setores católicos da sociedade brasileira de adotarem essa postura, principalmente por conta da defesa de esterilização, do aborto e da eutanásia compulsória. Ao tratar da eugenia negativa nas *Lições de eugenia* argumenta que essa teoria não é incompatível com o cristianismo, mas que seus objetivos são diferentes daqueles que orientam instituições filantrópicas e de caridade porque essas socorrem os indivíduos e se esquecem da comunidade, ou seja, ao fazer o bem para um sujeito degenerado a igreja prejudicaria a sociedade. Ele ainda afirma que por melhor que sejam as intenções dessas instituições elas não resolvem o problema, pois o efeito de suas ações são sempre paliativos e limitados. Esse pensamento ainda circula em nossa sociedade, são muito comuns as críticas em relação ao atendimento filantrópico de usuários de drogas e moradores de rua, por exemplo.

Outro argumento de Kehl para a adoção da eugenia negativa são as limitações de alcance da eugenia positiva porque os indivíduos degenerados, exatamente por serem assim, não são capazes de compreender o que é melhor para a sociedade, são incapazes de controlar seus instintos e por isso não controlam sua procriação, aumentando exponencialmente sua prole, num ambiente de miséria e ignorância. Para resolver essa questão ele proporá a esterilização dessas pessoas e de que qualquer indivíduo que demonstre, por meio de exame médico, ser um risco para sua descendência. Nesse sentido ele também sugerirá a proibição dos casamentos entre pessoas de raças diferentes, sobretudo entre brancos e pretos, brancos e mestiços e brancos

e indígenas porque para ele a miscigenação impediria o desenvolvimento da raça brasileira, levando à degeneração total. Pensando no melhoramento da raça brasileira seria necessário então a segregação racial e a esterilização daqueles que não fossem considerados normais e/ou saudáveis, porém essas medidas não seriam ainda suficientes.

Kehl dá mais um passo adiante ao propor uma eugenia preventiva para realizar o melhoramento da raça e apontou treze procedimentos para alcançar a raça brasileira ideal, a saber:

1. Registro do pedigree das famílias;
2. Segregação dos deficientes criminais;
3. Esterilização dos anormais e perigosos;
4. Neo-malthusianismo, com os procedimentos artificiais para evitar a concepção os casos especiais de enfermidade ou miséria (controle de nascimento);
5. Regulamentação eugênica do matrimônio e exame médico pré-nupcial obrigatório;
6. Educação eugênica obrigatória nas escolas secundárias e superiores;
7. Propaganda popular das ideias e preceitos eugênicos;
8. Luta contra os fatores anti-eugênicos, por meio da iniciativa privada e pelas organizações oficiais;
9. Testes mentais das crianças entre 8 e 14 anos;
10. Regulamentação da situação dos filhos ilegítimos;
11. Implantação dos cuidados pré-natais para as gestantes e de pensões para as mulheres pobres;
12. Regulamentação da imigração, sobre a base da superioridade média dos habitantes do país, estabelecidos por testes mentais.
13. Indicação dos defeitos hereditários disgênicos que impeçam o matrimônio e dos que possam servir de base à demanda de divórcio.

A maioria dessas propostas tem sua origem na eugenia negativa e mostram como o pensamento de Renato Kehl foi se radicalizando e se aproximando do discurso da Alemanha nazista. Recordemos que ele é neto de alemães, trabalhou como diretor da empresa alemã Bayer, no Brasil, e realizou, em 1920, uma viagem a serviço para aquele país que durou cinco meses, justamente o ano em que a extrema-direita, através do partido nazista, alcança popularidade naquela nação europeia. Esse viés mais radical não era corrente entre médicos e intelectuais brasileiros, que tinham, em sua maioria, uma perspectiva mais sanitaria e próxima da eugenia positiva. Um ponto que nos chama a atenção é o fato de ele compreender o papel

fundamental da escola e da propaganda em consolidar suas ideias, dois Aparelhos Ideológicos de Estado muito eficazes na sedimentação de práticas sociais.

Ao final o pensamento radical de Renato Kehl causou grandes polêmicas e não conquistou muito espaço entre os intelectuais brasileiros, o pensamento nacional buscava o embranquecimento da nação, mas com ferramentas menos radicais. Contribuiu para isso as denúncias sobre o holocausto nazista e a derrota da Alemanha da Segunda Guerra Mundial, a partir desse fato histórico a eugenia passou a ser automaticamente associada ao nazismo, o que afastou dessa teoria a maioria dos intelectuais da época. Isso não quer dizer que as ideias da eugenia e de Kehl ainda não circulem, em alguma medida, nos discursos conservadores da sociedade brasileira. Renato Kehl faleceu em 14 de agosto de 1978.

CAPÍTULO III

UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

3.1 O pardo, um ser entre dois mundos

É impossível pensar o Brasil seja do ponto de vista cultural, da identidade nacional ou mesmo das desigualdades raciais e sociais sem pensar sobre mestiçagem, sem considerar que a maioria da população é constituída por aqueles que são categorizados como pardos. A palavra pardo surge na história do Brasil já no primeiro documento produzido aqui pelos portugueses, a carta de Pero Vaz de Caminha, ao mencionar a aproximação de um grupo de homens indígenas ele escreve: “Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas.” Em outro trecho aparece: “A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados...” Obviamente, nesse momento, a palavra pardo não denotava mestiço, era uma referência à cor da pele das pessoas avistadas. Qual seria então essa cor? Segundo o *Mini-dicionário Aurélio*, página 564, o termo pode ser definido como: *Pardo [Lat.pardu] adj. 1. De cor entre o branco e o preto, ou entre o amarelo e o castanho. 2. Mulato.* No caso, é a definição número 1 que se aplica, a maioria dos povos originários do Brasil ter um tom de pele castanho, também poderíamos dizer marrom. Enfim, Caminha usava pardo para referir-se ao tom marrom da pele dos indígenas da costa brasileira. Mais adiante trataremos do termo mulato.

Sabemos que num primeiro momento a mestiçagem em terras brasileiras se deu entre brancos e indígenas, esse mestiço era denominado mameluco. Essa primeira mestiçagem ocorreu hora por meio da violência sexual, hora por meio de arranjos como o cunhadismo. Cunhadismo é como se chama uma prática dos Tupinambás, povo que habitava desde onde hoje é Belém até a costa do atual Maranhão, de oferecer uma jovem de seu povo para casar-se com um forasteiro e assim inseri-lo na comunidade. Dessa maneira todos seriam parentes, o que gerava relações de cooperação entre indígenas e portugueses. É um período da nossa história em que a maioria dos europeus chega ou solteiro ou desacompanhado de suas famílias e vão criando laços com as comunidades locais e tendo filhos mestiços.

Parte dessa população converteu-se ao catolicismo e foi assimilada nos povoados portugueses, sendo mesmo realizados casamentos cristãos entre mulheres indígenas ou mameucas e homens brancos. Isso não significa que essa primeira etapa da mestiçagem se deu de forma romântica e pacífica, os povos originários sofreram um genocídio que segue em curso em território brasileiro, foram e são vítimas de extrema violência de um processo de invasão e conquista que nunca cessou totalmente. Hoje vivem parte assimilados às cidades, como guaranis em São Paulo (SP) ou os Xavantes em Barra do Garças (MT), ou em reservas indígenas onde ainda sofrem com invasões frequentes de garimpeiros e fazendeiros. Antes moradores de todo o território nacional, atualmente a maioria dos povos indígenas habita a chamada

Amazônia Legal, região que reúne os estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e a parte oeste do Maranhão. Não por acaso, estados em que prevalece a população mestiça, nesse recorte 65,2% da população da Amazônia Legal é parda, sendo que o Pará é o estado com a maior percentual desse grupo étnico-racial do país, 69,9%, conforme dados do Censo do IBGE de 2022.

A segunda etapa da mestiçagem se inicia com a chegada dos primeiros africanos escravizados, por volta de 1550. O processo de escravização dos africanos foi marcado por extrema violência tanto no apresamento e cárcere em terras africanas, passando pela insalubre travessia do Atlântico, até a vida em terras brasileiras. A tortura era frequente, assim como o abuso sexual. Os primeiros mulatos nascidos aqui foram frutos de processos de extrema violência.

A palavra mulato tem caído em desuso e já esteve em algumas polêmicas que discutem sua origem etimológica. O *Mini-Dicionário Aurélio* assim define a palavra mulato: [Esp. Mulato] sm. 1. Filho de pai branco e mãe negra, ou vice-versa; pardo. 2. Homem escuro, trigueiro. Adj. 3. Diz-se de mulato; pardo (Mini Aurélio, 2010, p. 520). Como podemos ver pardo e mulato podem ser sinônimos, entretanto mulato ganhou um sentido pejorativo ao longo do tempo. Ademais da carga de hiper sexualização das mulheres negras com o uso ostensivo da expressão “mulata exportação”, cunhada décadas atrás pelo radialista e apresentador de tv Osvaldo Sargentelli. Sobre a polêmica sobre a etimologia da palavra, esta foi levantada em 2017 após um bloco de carnaval recusar-se a cantar “Tropicália”, de Caetano Veloso, por considerar racista o verso “os olhos verdes da mulata”, o compositor rebateu a crítica dizendo que ele mesmo é mulato e gosta da palavra. Esse fato gerou notas e reportagens em diferentes portais de notícias.

Decerto a tradição de linguistas portugueses e espanhóis aponta que o termo vem da palavra espanhola *mula*, que nomeia o muar que conhecemos no Brasil pelo mesmo nome, esse animal é um ser híbrido, resultado do cruzamento de cavalos e jumentas ou éguas e jumentos, daí por associação o termo mulato seria aplicado aos mestiços.

Por outro lado, a historiadora Lita Chastan, em seu artigo “Mulata, estudo de um caso mal contado”, aponta que a origem da palavra pode ser outra. Para ela a palavra mulata poderia ter se originado do termo árabe *muwallad*, que nomearia mestiço de árabe com ‘não árabe’. Mulata seria então corruptela da palavra árabe *muwallad* (mualad, mulad, mulata).

Os árabes tiveram grande influência na Península Ibérica, a ocuparam por cerca de 800 anos e influenciaram a língua espanhola e a língua portuguesa, há muitas palavras no nosso idioma que são de origem árabe, portanto essa possibilidade não é improvável. Em todo caso

tanto mameluco, como mulato são termos em desuso, documentos oficiais e as mídias têm se referido aos mestiços, tanto de origem indígena como afrodescendentes como pardos. Já no âmbito informal ainda circulam os usos de moreno/a para mestiços de variados tons de pele marrom e na região norte de caboclo/caboco para se referir a mestiços de branco e indígena.

Ao longo do tempo foram diversos e numerosos os termos utilizados para descrever a cor das pessoas mestiças, esses termos não desapareceram completamente, mas o uso ostensivo de pardo/a pelos documentos oficiais do governo brasileiro e a reprodução dele em telejornais, rádios e internet tem popularizado o uso desse termo. Aqui observamos que o sentido de pardo deixa de ser uma referência apenas à cor da pele e emerge o sentido de mestiço. Esse sentido é o que está presente também em discursos oficiais como o do IBGE, na página 43 do Manual de Entrevista do Censo de 2022, o órgão apresenta cinco alternativas para o quesito cor/raça: branca, preta, amarela, parda e indígena. Nesse documento oficial do Estado brasileiro a redação da classificação de pessoas como pertencentes à cor/raça para parda é a seguinte: “Para a pessoa que se declara parda ou se identifique com mistura de duas ou mais opções de cor ou raça, incluindo branca, preta, parda e indígena.” Essa definição traz o sentido de mistura, mestiço e não, necessariamente, negro. Não há referências à tonalidade da pele ou para características físicas do cidadão para classificá-lo como pertencente à categoria parda, desse modo tanto os mestiços afrodescendentes com brancos, como os de indígenas e brancos estão agrupados na categoria pardo.

Esse efeito de sentido entra em choque com o de mulato, que aparece nos dicionários como um possível sinônimo para pardo, contudo historicamente essa palavra traz o sentido da mistura unicamente do negro com o branco, excluindo o indígena, ou seja, ela apresenta um sentido mais restrito de mestiço. Realmente pardos não têm um fenótipo padrão, a palavra abarca uma gama imensa de cores/tons de pele e traços fenotípicos. Há sujeitos com aparência mais próxima da negritude, outros mais parecidos a indígenas e ainda os de pele marrom claro e traços mais próximos de brancos. O pardo, principalmente o mais claro, vive uma experiência de fronteira por não pertencer nem ao grupo branco e nem sempre serem reconhecidos ou se reconhecerem como pertencentes ao grupo negro. A leitura racial de seus corpos pode variar de acordo com o espaço geográfico, o contexto, a posição social que ele ocupa e os sujeitos envolvidos na situação de enunciação, o que causa muitas vezes um sentimento de não lugar. É o pardo um ser entre dois ou três mundos.

No período colonial parte da população mestiça conseguia acessar algum espaço de mobilidade social, uma vez que lhes era conferido um status de superioridade em relação à população africana e indígena. O mestiço ocupava uma zona movediça em que sua identidade

e posição social eram cambiantes e dependiam do contexto, da situação, dos envolvidos e dos interesses políticos da ocasião. Essa condição de ocupar um lugar racial e social que se movimentava trouxe questões que ainda reverberam. Conforme Janaína Bastos:

Porém, essa fluidez da figura do mestiço fez com que ele se tornasse simultaneamente o pivô e a incógnita sobre os rumos da nação, como um empecilho para a entrada do Brasil no rol da europeização. Embora a emergência desse sujeito fora antes aproveitada para a consolidação do colonialismo, seu trânsito inviabilizava a instituição de categorias raciais estanques, que permitissem separar nitidamente cidadãos (humanos) de não cidadãos (não humanos), ao mesmo tempo que terminou por imprimir um sentido de impureza à categoria racial do branco brasileiro (Bastos, 2023, p. 33).

O sujeito mestiço está presente na história do país desde a fundação do que hoje conhecemos como Brasil e manteve ao longo do tempo uma relação variante com uma sociedade que hora o assimila, hora o rejeita. Após a Independência, em 1822, começa em nosso território uma busca pela identidade nacional, inclusive é nesse período que floresce o Romantismo brasileiro, tomado por um espírito ufanista-nacionalista, os escritores desse movimento buscam a criação de uma identidade nacional, por isso vão falar sobre as belezas da terra e eleger o indígena como herói nacional. A escolha pelo indígena se deve ao fato de que os negros eram escravizados (além de virem de outro continente) e os brancos eram todos descendentes dos colonizadores, logo apenas o indígena era um representante genuíno da nossa terra, mas ele será representado de modo europeizado, afastando-o da cultura e da cosmovisão dos povos originários do Brasil. Assim, a primeira Geração Romântica (1836-1852) vai produzir obras como a “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, e o romance *O Guarani* (1857), de José de Alencar. Em nenhuma obra desse período o mestiço é retratado como herói ou como símbolo nacional. A busca pela identidade nacional não fez com que o país deixasse de olhar para o Velho Mundo, ele continuou sendo o modelo de sociedade e de civilização que se queria copiar nos trópicos e no modelo europeu só havia um grupo considerado cidadão e ser humano, o branco.

3.2 Tem um mestiço no meio do caminho, no meio do caminho tem um mestiço

O período pós-independência coincide com o qual começa a circular as ideias advindas da zoologia sobre a existência de raças biológicas, as ideias de Darwin se tornam populares e já havia no Brasil a ideia de que a mestiçagem era um problema nacional, um atraso para o desenvolvimento do país. A elite intelectual, política e econômica brasileira buscou diversas medidas a fim de embranquecer o país, falhou. Vivemos depois uma celebração ufanista da mestiçagem que pretendia ignorar as desigualdades raciais no país e vendeu-se ao mundo como a nação em que as três raças (brancos, negros e indígenas) viviam em harmonia, algo que

sabemos nunca ocorreu, a realidade rebate essa ilusão todos os dias. Atualmente, movimentos sociais e partidos políticos conseguiram colocar na pauta nacional o combate ao racismo e a necessidade de políticas afirmativas para combatê-lo e promover a participação de minorias nos processos políticos, no acesso à educação superior, aos concursos públicos, entre outros. Contudo ao criarem artificialmente, por meio do Estatuto da Igualdade Racial, a categoria negro como a somatória de pardos e pretos, surgiu a questão: todos os pardos são negros? Essa não é uma pergunta para ser respondida por esta pesquisa, mas observamos que ela é muito presente nos perfis de ativismo racial em redes sociais e há respostas variadas que vão de todos os pardos são negros, passando por alguns pardos são negros e outros não, até o entendimento de que pardos não são negros. Podemos dizer que está em curso uma disputa político-linguística sobre os sentidos de pardo.

3.4 Vira-latas caramelo – os discursos sobre pardos

Figura 1: CARTUMANTE



Fonte: https://www.reddit.com/r/brasil/comments/1g63tlx/eu_acho_rid%C3%ADculo_o_apagamento_dos_pardos/, 2022.

A tirinha que abre esse apartado traz uma situação muito comum do cotidiano das pessoas pardas, ter sua identidade racial questionada e sentir-se não pertencente. É esse um lugar social atravessado pela instabilidade porque a leitura racial irá variar conforme o contexto e os interlocutores, ademais mestiços no Brasil historicamente ocuparam esse lugar de trânsito entre os grupos branco e negro. Basta lembrarmos o caso emblemático do escritor Machado de Assis, filho de um homem descrito como mulato, ou seja um mestiço, que atualmente seria classificado como pardo, e uma mulher branca, portanto um homem pardo, foi por décadas retratado como branco. Não só isso, ele viveu como homem branco, sua excepcional capacidade

intelectual e suas relações sociais e políticas o embranqueceram. Há poucos anos sua identidade racial mestiça vem sendo resgatada, mesmo assim é comum que os textos que circulam sobre ele, observamos principalmente na internet, usem o termo negro, invisibilizando sua mestiçagem. Entendemos que usar a palavra negro apaga o sentido de pardo porque no senso comum negro ainda é entendido por grande parte da população como sinônimo de preto.

Já Nilo Peçanha, um homem pardo, é muitas vezes apontado como o primeiro presidente negro do Brasil (assumiu a presidência em 1909), era apelidado pejorativamente pela elite de seu tempo como “mestiço do Morro do Coco” e eram publicadas nos jornais charges e piadas racistas contra ele. Peçanha não era preto, mas era negro demais para seus opositores, nunca foi reconhecido como branco, mas vivia entre eles e alcançou importantes cargos políticos. No seu caso sua posição social e política era privilegiada, mas não apagava sua origem racial e, portanto, social, pois não ser branco apontava para a ascendência mais baixa da hierarquia social brasileira, descender de africanos escravizados.

Esses exemplos nos mostram que a condição de mestiço é ambígua e movediça e, embora seja a maioria da população do país, esse grupo étnico-racial não produziu ao longo do tempo uma identidade racial estável que abrangesse todos os tons de pele inseridos nessa categoria, é muito recente a criação de alguns movimentos pardos/mestiços na região norte, que buscam visibilizar os pardos de origem indígena, os chamados caboclos e ribeirinhos, portanto não representam todos os pardos.

Realmente nunca houve um movimento político e social pardo organizado e de grande abrangência, durante esta pesquisa localizamos apenas o Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro que tem sua sede no Amazonas, mas ele é ainda uma organização pequena, pouco articulada nacionalmente e que centra suas ações nas questões das populações pardas de descendência indígena daquele estado. Contudo pardos são numericamente muito expressivos, pois são a maioria da população e vão figurar como maioria em muitos dados estatísticos do país. Os dados do último Censo (2022) divulgados pelo IBGE mostram que pardos são a maioria dos pobres, a maioria da população carcerária, a maioria dos mortos pelas polícias militares. Se os dados estatísticos oficiais são divulgados de modo a aglutinar pardos e pretos como o grupo negro isso produz o efeito de sentido de que o Estado brasileiro entende que no país existe uma relação binária, ou se é branco ou se é negro. O Estado está dizendo o que significa ser pardo e qual é o lugar social que ocupa esse sujeito em sua relação com esse Aparelho Ideológico, está o Estado fazendo a individuação do sujeito.

Conforme Eni Orlandi (2011) há dois movimentos inseparáveis na constituição do sujeito: primeiramente temos a interpelação do indivíduo em sujeito, pela ideologia, no

simbólico, o que resultará na constituição da forma-sujeito histórica; posteriormente ocorrerá o processo de individualização do sujeito. É o Estado capitalista que produz as formas de individualização do sujeito por meio de suas instituições:

As formas de individuação do sujeito pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade. É o sujeito individuado, de natureza sócio-histórica ideológica, indivíduo já afetado pela língua e pela ideologia que se identifica pela sua inscrição nas diferentes formações discursivas, de que resultam distintas posições sujeitos, relativamente às formações sociais. Assim, a noção de sujeito individuado não é psicológica, mas política, ou seja, a relação indivíduo-sociedade é uma relação política. Nesta teorização, nenhum dos elementos que a constituem pode ser pensado sem os demais (Orlandi, 2011, p. 22).

Entretanto o sujeito pardo também é movediço dentro das estruturas do Estado Brasileiro, o IBGE contempla a categoria “pardos” separada de “pretos” há décadas, logo as estatísticas desse órgão não trabalham como sendo o mesmo grupo, os dados são coletados separadamente. Por outro lado, o Estatuto da Igualdade Racial (2012) estabelece que pardos e pretos compõe o grupo negro. A lei de cotas raciais para ingresso no ensino superior e em concursos públicos também menciona pardos e pretos e os editais costumam englobá-los no grupo negro e nenhum dos documentos oficiais aponta objetivamente quais são as características físicas que um indivíduo precisa apresentar para ser classificado como pardo.

Na letra fria da lei todos os pardos teriam direito a pleitear as vagas das cotas raciais, contudo com a implantação das bancas de heteroidentificação observamos que não há consenso sobre quem é pardo ou pelo menos sobre quais pardos têm direito às vagas, inclusive a atual lei de cotas permite que cada instituição postule seus critérios para identificar um candidato como sendo ou não pardo. Esse conflito de discursos do Estado impacta diretamente não só a possibilidade de acesso de pessoas pardas às políticas afirmativas, mas também suas identidades que ficam reféns de processos de identificação que impõe a necessidade de se ter uma certa aparência física, aparência esta que o Estado não consegue ou não quer dizer qual exatamente é.

Tudo o que vimos até aqui nos mostra que tratar do pardo é caminhar em areias movediças, o conceito definidor de quem é pardo no Brasil não está pacificado nem no senso comum, nem pelo Estado brasileiro, os efeitos de sentido variam, o que demonstram que nenhum sentido é evidente, eles se constroem em estruturas sócio-históricas em que estão imbricadas as posições ideológicas dos sujeitos que ocupam determinadas posições-sujeito no discurso.

Os movimentos de sentido da palavra pardo e esse conflito do sentido dela nos documentos oficiais do Estado brasileiro nos chamou muito a atenção e foi uma das razões que

nos levaram a realizar esta pesquisa. A AD nos mostra que não existem sentidos cristalizados na língua, nenhuma palavra de qualquer língua natural significa por si só, na produção de sentidos estão implicados um sujeito enunciador que ao produzir um enunciado afeta um sujeito receptor produzindo nele um efeito de sentido. Mas isso não quer dizer que o enunciado encerra em si um sentido higienizado, não contaminado, um sentido único, pois aquele que produz o enunciado também é afetado por ele na situação de produção, são as condições de produção do discurso que permitem que o sujeito fale o que fala e entenda o que entende, acionando para isso a memória discursiva que se relaciona diretamente com as formações discursivas e formações ideológicas.

Observemos o quadrinho que abre esse texto, produzido por Cecília Ramos, uma jovem quadrinista e ilustradora carioca, uma mulher parda. Ele foi publicado em duas redes sociais da autora, o Facebook e o Instagram, no ano de 2022 e aborda um tema recorrente na vida de pessoas pardas, o questionamento de sua identidade racial. Temos uma personagem feminina, jovem, retratada com a pele marrom e o cabelo preto cacheado, fenótipo muito comum na população brasileira parda. Essa personagem se identifica racialmente como parda no primeiro quadrinho, ao que um personagem não identificado, de que só vemos o discurso, rebate dizendo “pardo é papel”. Essa voz, que não tem um corpo, traz um discurso que observamos ser recorrente nas discussões sobre identidade racial em redes sociais. Ele se ancora no entendimento de que só existem duas possibilidades de leitura e existência racial no Brasil: branco x negro. O primeiro enunciado afeta o interlocutor que não concorda com ele, pois em sua leitura racial a personagem não pode se autodeclarar parda porque essa cor/raça não existe, ela deveria dizer que é negra. Ao enunciar que “pardo é papel” ele afeta o discurso da personagem no quadrinho dois, causando uma desidentificação racial, quando ela, em outra situação de enunciação e com outro sujeito (percebe-se isso pela mudança na roupa da personagem) afirma “Eu sou negra” e o interlocutor reage de maneira jocosa, rindo-se dela e afirmando “Onde? Tua pele é clara.” O segundo locutor enquadra-se no grupo de sujeitos que entende que nem todo pardo é negro, a jovem personagem não é branca, mas na leitura racial de seu interlocutor também não é negra. Já levantamos a questão de que no senso comum ainda é recorrente o entendimento de que negro é sinônimo de preto, o sujeito-enunciador nessa tirinha produz o sentido de que a personagem não é negra, no entanto não aponta para uma leitura racial outra. Esse silêncio abre a possibilidade de que ele a entenda como pessoa branca ou talvez parda, como muitas vezes acontece com pessoas pardas de tons mais claros. O que observamos aqui é que os discursos funcionam de acordo com as condições de produção, são

elas que permitirão que determinados significados e não outros sejam produzidos. De acordo com Eni Orlandi:

[...] não há discurso que não se relacione com outros, em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outro que o sustenta, assim como para os dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo (Orlandi, 2015, p. 37).

Os discursos produzidos nesses quadrinhos se baseiam nas maneiras de enunciar de determinados grupos nas redes sociais sobre a autodeclaração racial de pessoas mestiças. Historicamente as pessoas mestiças nunca foram nomeadas negras, sempre se usaram termos que buscavam marcar a condição de mistura, de mestiço, tais como moreno, mulato ou expressões como “ter o pé na senzala”. Mesmo a palavra pardo/a se popularizou há poucos anos, por conta do uso oficial e das mídias. A personagem, num primeiro momento, se declara parda porque representa um sujeito mestiço no momento presente, fosse em outro momento histórico haveria possibilidades outras de autodeclaração racial, ela poderia se identificar como morena, castanha, mulata clara entre dezenas de outras possibilidades já registradas em Censos anteriores quando o cidadão podia se autodeclarar usando o termo que quisesse. A criação da categoria negro como somatória de pardos e pretos é uma articulação política dos movimentos negros em busca de construir uma maioria populacional para gerar pressão política e conseguir a instituição de políticas afirmativas.

Efetivamente se consideramos negro como sinônimo de preto estaríamos falando da minoria étnico-racial do Brasil, pouco mais de 10% da população. Esse posicionamento também encontra lastro nos movimentos negros norte-americanos que é a fonte na qual se inspira muitos movimentos negros brasileiros. Nos Estados Unidos da América do Norte a cor da pele é um fator secundário, o racismo presente naquela sociedade é chamado de racismo de origem, o fato de ter descendência negra já faz com que o indivíduo seja considerado negro, não importa se sua cor de pele é mais clara ou mais escura. É a chamada regra da uma gota de sangue, princípio social e jurídico historicamente usado naquele país para a classificação racial. Ocorre que, como elucidou o sociólogo Oracy Nogueira, o racismo no Brasil não é de origem, é de marca.

Grosso modo quase a totalidade da população brasileira é mestiça de origem, mas são alvo do racismo aquelas que não são brancas. Entre esses sujeitos que não são brancos estão os pardos que historicamente em nosso país sempre foram nomeados de forma a diferenciá-los dos pretos. Isso significa que dizer que pardos são negros é um discurso recente e que não nasceu espontaneamente na língua, é fruto de uma engenharia política dos movimentos negros, inspirada no modelo norte-americano de classificação racial. Ou seja, o sentido de negro dos documentos oficiais, e aquele que quer instituir certos movimentos sociais não é o único sentido

possível de ser produzido para essa palavra na sociedade brasileira, nem sempre ela produzirá sentidos de somatória de pardos e pretos, podendo ser compreendida em alguns contextos como uma referência exclusiva aos sujeitos de pele mais escura, ou seja, aos sujeitos pretos.

Outra questão a ser considerada é o uso do termo preto, originalmente essa palavra surge por volta do século X para designar os sujeitos de pele escura originárias do continente africano. Com o início do processo de escravização dos povos africanos nas Américas, preto assume o sentido de escravo, uma vez que não havia escravos brancos no Novo Mundo. Os pretos não eram sequer considerados seres humanos, até a possibilidade de que tivessem alma era questionada, eram vistos como objetos, comercializados e referidos como peças, recebiam um status abaixo dos animais, logo ser preto assume um valor negativo nas Américas desde o primeiro momento de seu uso. Nesse mesmo período os espanhóis usavam a palavra *negro* (existe em espanhol o termo *prieto*, mas é pouco recorrente), no século XV os portugueses passam também a adotar negro para se referir aos escravizados, então preto e negro passam a ser usadas como sinônimos e carregam em si todo um campo semântico de valor negativo. Em nosso país tanto o termo negro como preto foram naturalizados como contendo quase sempre um valor negativo, pejorativo. São muitas as expressões de nossa língua que exemplificam isso como lista negra, a coisa tá preta, viúva negra, serviço de preto e tantas outras. Esse valor negativo também contribuiu para que tivéssemos palavras específicas para nomear as pessoas mestiças, com tons de pele mais claros, dando a elas um valor pretensamente menos negativo, nesse sentido ser moreno, mulato ou pardo é menos ruim que ser preto ou negro, mas ainda não alcança o status do ser branco, único grupo realmente privilegiado em nossa sociedade.

No quinto quadrinho temos a personagem principal em um momento de autoquestionamento após ser afetada pelos discursos de seus interlocutores que questionaram suas duas autodeclarações raciais. Esses discursos dos balões sem rosto representam discursos comumente veiculados em comentários sobre sujeitos pardos nas redes sociais, mas também são comuns na vida offline. No primeiro quadrinho a personagem parece ter certeza de sua identidade racial parda, mas ao tê-la desqualificada, muda para a palavra negro, considerando que esse seja um sentido mais adequado. O que vemos é uma busca por aceitação, por fazer parte de algum grupo racial estabelecido.

No penúltimo quadrinho ela, afetada pelos discursos dos outros sujeitos, começa um processo de questionamento de sua identidade racial. A personagem tem certeza desde o início de que não é branca, isso se confirma nas falas de seus interlocutores porque nenhum deles afirma que ela o seja. Contudo ela também se questiona se não é parda e não é negra, a qual grupo étnico-racial pertenceria.

O último quadrinho traz uma solução pouco convencional para as inquietações raciais da personagem, ela não se declara branca, nem parda, nem negra, mas um vira-latas caramelo, num processo simbólico de desumanização que ocorre pela falta de um claro pertencimento étnico-racial. É o cachorro vira-latas caramelo um símbolo bem brasileiro, presente em todo o território nacional, é o cachorro sem raça definida, desse modo a personagem enfatiza o sentimento de “falta de raça”, o não-lugar daqueles que são lidos racialmente de diferentes formas a depender do interlocutor. Também podemos inferir essa “falta de raça” como falta de pertencimento, pensemos na figura do vira-latas caramelo, ele é um animal comum em nosso território, não tem valor comercial e é costumeiro que não tenha tutor, ou seja, não pertença a ninguém, a nenhum grupo, é esse o sentido a que aponta a fala do sujeito no último quadrinho. A personagem coloca-se (e é colocada) no não-lugar racial, porque de todos os modos que se declarou teve sua identidade racial questionada. O que mostra que o sentido de pardo como integrante do grupo negro não é cristalizado, os sentidos variam. Isso ocorre porque além do fato de que as palavras não encerram sentidos únicos em si mesmas, estes variam, de acordo com Michel Pêcheux:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (no sentido definido mais acima) nas quais essas posições se inscrevem (Pêcheux, 2014, p. 146).

Sendo assim pardo, negro e preto significavam uma coisa em um determinado tempo, no momento presente esses significados variaram e adquiriram novos sentidos a depender das condições de produção. Essa variação não significa o apagamento dos significados anteriores, eles continuam existindo na língua, o que ocorre é um processo de ressignificação, temos uma nova formação ideológica.

As formações ideológicas são um conjunto complexo de atividades e de representações que não são individuais e que tampouco possuem valor universal, entretanto elas se relacionam mais ou menos diretamente com as posições de classes e são compostas pelas formações discursivas, que como já mencionamos anteriormente, é “aquilo que, numa formação ideológica dada, [...] determina o que pode ou deve ser dito.” (Pêcheux, 2014, p. 147). Para Pêcheux também é necessário considerar o caráter regionalizado das formações ideológicas, segundo ele:

É porque as formações ideológicas têm um caráter regional que elas se referem às mesmas “coisas” de modo diferente (Liberdade, Deus, a Justiça, etc.), e é porque as

formações ideológicas têm um caráter de classe que elas se referem simultaneamente às mesmas “coisas” (Pêcheux, 1990, p. 259).

Dessa forma é de acordo com as posições ocupadas pelos sujeitos que os sentidos se manifestam, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inserem. Isto implica dizer que as palavras receberão seus sentidos dentro dessas formações discursivas que determinam o que pode ou não ser dito por um determinado sujeito a depender de sua posição ideológica.

Outra noção importante nas nossas análises é o conceito de condições de produção, que são, conforme Eni Orlandi (2020), as circunstâncias de uma enunciação, o seu contexto imediato e mais amplamente incluem também o contexto sócio-histórico e ideológico. É preciso considerar as condições de produção para interpretar e compreender os efeitos de sentidos dos discursos, relacionando-os com a sociedade em que estão inseridos.

Ao observá-las devemos considerar todos os elementos implicados, quer dizer, qual o contexto sócio-histórico em que esse discurso foi produzido, quais as relações desse discurso com outros produzidos anteriormente, quem são os sujeitos implicados na situação de enunciação, qual o lugar social que esses sujeitos ocupam, qual a relação dele com o interlocutor e com o objeto do discurso.

Nesse sentido, o contexto imediato do quadrinho é o atual, ele foi produzido em 2022, foi publicado em redes sociais que agregam um público majoritariamente jovem e sua autora é uma mulher jovem e parda. Se a personagem fosse uma mulher branca ou preta o texto do quadrinho seria outro, afinal brancos e pretos não têm qualquer dúvida sobre sua identidade racial e ela nunca é invalidada porque todos nós “já sabemos”, já temos uma imagem mental do que é uma pessoa branca e do que é uma pessoa preta. Apenas pessoas pardas que apresentam multiracialidade em seu fenótipo é que vivenciam uma identidade racial não estática.

No último quadrinho há uma decisão por declarar-se um animal sem raça, ao que o interlocutor reage com entusiasmo, expresso pelo uso da gíria “Irado”, o que nos leva a pensar que ao identificar-se seja como pardo, seja como negro o sujeito mestiço causa incômodos, pois quando fez isso foi questionado. Ao optar por um lugar não humano, materializado na figura do cachorro vira-lata caramelo, ela consegue uma reação positiva do interlocutor, produzindo o sentido de que é mais positivo e socialmente aceito declarar-se não humano do que declarar-se parda. Infere-se então que a personagem não consegue encontrar pertencimento racial, sabe-se não branca, mas as relações com seus interlocutores causam-lhe desconforto e dúvida sobre sua identidade racial. A existência desse quadrinho e sua circulação em redes sociais é um exemplo de como a discussão sobre o tema vem crescendo na internet.

A discussão de qual é o lugar racial no pardo na sociedade brasileira tem ganhado corpo nas redes sociais já há algum tempo e um dos fatores que contribuíram para isso foram os questionamentos das bancas de heteroidentificação em processos seletivos que oferecem cotas raciais. O objetivo delas, em princípio, era impedir que brancos ocupassem essas vagas, contudo acabaram suscitando discussões sobre identidade racial a partir de decisões polêmicas em que pardos foram desclassificados. Uma atividade que em princípio é apenas uma medida administrativa para impedir fraudes, acabou se tornando origem de muitas discussões sobre identidade racial e colocando em relevo uma posição pouco transparente do Estado brasileiro, uma vez que todos os pardos são contabilizados como negros para determinados índices governamentais, mas não todos os pardos são considerados negros para terem acesso às políticas afirmativas. Essa questão também abre muitas discussões sobre a identidade racial dos pardos, que envolve os processos de individuação do sujeito pelo Estado e como os discursos do Estatuto da Igualdade Racial afetam os efeitos de sentido produzidos sobre pardos no Instagram.

3.5 Internet, redes sociais e discursos

Quando iniciamos a pesquisa notamos que havia muitos recortes possíveis e muitas alternativas de corpus. Decidimos eleger enunciados publicados de forma escrita ou no formato *card*, isto é, uma imagem com texto verbal e não-verbal, em perfis de ativismo pardo no Instagram. Um aspecto a se considerar é que a enunciação escrita, de modo geral, se caracteriza pela atuação independente dos sujeitos. Os escritores e os leitores não estão ao mesmo tempo no lugar de produção do discurso, em princípio não há uma interação direta entre escritor e leitor. Nas redes sociais está mantida essa assincronia entre a escrita e a leitura, entretanto há a possibilidade de interação via o campo de comentários. Isso quer dizer que, embora os chamados posts (os textos publicados nas redes) pareçam monólogos, há algum nível de interação neles, seja entre as pessoas que comentam o texto ou mesmo o autor respondendo seus seguidores. Isto quer dizer que o que é escrito ali está direcionado a um público específico e pretende causar ou responder questionamentos, reflexões, há uma intencionalidade de convencimento ou de cumplicidade daquele que o lê. Para nossa pesquisa escolhemos apenas os enunciados produzidos pelos criadores dos perfis no post principal ou como forma de legenda de algum vídeo publicado por eles mesmos.

Num primeiro momento recolhemos enunciados produzidos em sites de notícias, páginas de ativismo negro, e as redes sociais Facebook e Instagram que abordassem a questão da identidade racial de pessoas pardas. Nossa primeira busca foi realizada usando um buscador

na internet e inserindo a pergunta: Pardo é negro? Como resposta recebemos centenas de vídeos e textos com posicionamentos diferentes sobre essa questão, porém o que mais chamou nossa atenção é que muitos textos traziam a discussão sobre o limbo racial do pardo e a questão do não pertencimento étnico-racial.

Como sabemos a internet “tem ouvidos”, sempre que buscamos alguma informação, qualquer que seja, os algoritmos identificam que outros conteúdos semelhantes existem e começamos a receber dezenas de sugestões para seguir, ler, ouvir, enfim consumir.

De alguma maneira o algoritmo cria uma bolha discursiva, principalmente nas redes sociais, em que de repente você lê e ouve diferentes pessoas falando sempre do mesmo assunto e, muitas vezes, com posicionamentos semelhantes. Sabemos que estão disponíveis na rede mundial de computadores uma infinidade de vídeos e textos produzidos por milhões de pessoas diferentes e até mesmo por inteligências artificiais, essa multiplicidade produz um imaginário de um espaço diverso e de que teremos acesso à todo tipo de informação, sem filtros. Contudo se observamos o comportamento de nossas próprias redes sociais ou a dinâmica de publicidade e propaganda que recebemos em nossos smartphones podemos chegar à conclusão que não é bem assim.

De fato, há muita informação disponível e é possível acessar diferentes fontes sobre um mesmo assunto, entretanto a internet tem mecanismos para identificar nossos interesses, gostos e inclinações ideológicas para assim direcionar os resultados de nossas buscas e quais conteúdos e páginas devem aparecer primeiro em nossas pesquisas. Não podemos esquecer que os usuários da rede mundial de computadores são um grande mercado consumidor e que mais que democratizar conteúdos e informações, o objetivo é vender produtos, serviços e ideias, a lógica da internet é a lógica capitalista em que tudo é passível de ser vendido e gerar lucro. Inclusive quando um conteúdo ou um jogo, por exemplo, são gratuitos isso significa que o produto a ser vendido é o usuário, quer dizer, os dados dos usuários que são vendidos para as empresas que fazem anúncios naquela página ou jogo. Tudo no mundo online é negócio e atende à determinados interesses econômicos.

Cada vez que interagimos com uma publicação nas redes, acessamos um site de compras ou lemos uma determinada notícia, estamos ensinando ao algoritmo o que nos interessa e assim ele decide o grau de relevância de cada conteúdo para cada usuário. Isso quer dizer que, embora pareça um meio democrático e diverso, na prática o que vemos na internet, principalmente em redes sociais, é controlado sob o argumento de melhorar a experiência do usuário.

Corporações como o Facebook, Instagram ou Google filtram, ou seja, limitam os conteúdos a que temos acesso usando como base nosso próprio comportamento na rede, isso faz com que tenhamos contato apenas com ideias e pontos de vista semelhantes aos nossos. Por trás dessa dinâmica está a lógica capitalista de vender o produto certo ao cliente certo, o algoritmo entende o que nos interessa, quais nossas preferências, onde vivemos e é possível que ele identifique até mesmo nossa média de renda e assim nos ofereça os produtos mais adequados ao nosso perfil, isso quer dizer que por trás de tudo o que consumimos nas redes estão envolvidos interesses econômicos e cifras extraordinárias.

Além disso também entram no jogo virtual os interesses políticos, o filtro da relevância manterá os campos políticos isolados e sem diálogo, afinal perfis de direita receberão apenas conteúdos desse campo político, assim como os de esquerda também receberão somente os conteúdos filiados à esquerda. Em última análise o filtro de relevância cria bolhas gerando um universo à medida para cada usuário, restringindo o acesso a qualquer conteúdo ou informação que extrapole esse lugar confortável que é a bolha pessoal do usuário, dificultando seu contato com visões de mundo diferentes das suas que possam levá-lo a reavaliar seus pontos de vista. Todas essas questões foram levadas em conta durante a coleta de nosso corpus.

Ao eleger o ambiente virtual como espaço de seleção de nosso corpus é preciso esclarecer como entendemos esse espaço para uma pesquisa qualitativa. Há, segundo Hine (2000), dois modos possíveis de abordagem teórica da internet, que podem ou não se relacionar, são eles: entender a internet como cultura ou como artefato cultural. Se o ponto de partida entende a internet como cultura ela será vista como um espaço diferente do offline e o pesquisador focará seu olhar sobre fenômenos que ocorrem nas comunidades e mundos virtuais, como se isso fosse desconectado do mundo offline. Já compreender a internet como artefato cultural, noção que tem sua origem na antropologia, ela será vista como parte do cotidiano, algo que está inserido na vida das pessoas, é um elemento da cultura, integrando o online e o offline.

Nossa perspectiva é a da internet como artefato cultural porque na atualidade ela faz parte da vida cotidiana da maioria das pessoas, principalmente por meio dos smartphones, desta maneira ela não é uma entidade à parte da realidade, mas é um elemento da nossa cultura, marcada pela integração entre o online e o offline. De acordo com Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 42):

A noção de internet como artefato cultural oportuniza o entendimento do objeto como um local intersticial no qual as fronteiras entre online e offline são fluídas e ambos interatuam (Recuero; Amaral, 2011, p. 42).

Isto quer dizer que as discussões que hora ocorrem nas redes sociais não estão restritas a esse meio, são questões do cotidiano que também já estão colocadas na vida fora da internet.

É comum que ao diferenciar o mundo online do offline se faça a oposição mundo digital/mundo real, vida online/vida real. Dado que nossas informações pessoais, produção acadêmica, produção laboral e até mesmo vida amorosa estão expostas na rede mundial de computadores cremos que essa já não é dicotomia, a vida online é uma extensão da vida offline, ela é também a vida real. Os discursos que buscamos analisar não circulam unicamente na internet, apenas optamos por recolhê-los nela por serem facilmente acessados nesse meio, uma vez que as plataformas e redes sociais possuem a capacidade de atingir diferentes espaços e sujeitos, levantando barreiras geográficas. Isso permite com que diferentes sujeitos e discursos se encontrem e se difundam, o que nos proporcionou acessar uma variedade muito interessante de discursos para proceder ao recorte de nosso corpus. Além disso observamos muitos textos e vídeos produzidos por pessoas dos movimentos negros e de fenótipo indiscutivelmente negro comentando o tema ou pesquisadores brancos, do resultado dessa busca selecionamos 43 enunciados.

Passamos então para um segundo momento, buscar textos escritos por pessoas pardas abordando o tema da identidade racial. Para isso começamos a pesquisar por textos sobre cotas raciais, essa opção se justifica porque após a implantação das políticas afirmativas baseadas no Estatuto da Igualdade Racial começaram a aparecer nas mídias as notícias sobre a desclassificação de pessoas autodeclaradas pardas nas bancas de heteroidentificação das universidades públicas e dos concursos públicos, logo acreditamos que encontraríamos pessoas pardas escrevendo sobre o tema, o que se confirmou.

A partir dessa busca encontramos vários perfis no Instagram de criadores de conteúdo que se autodeclaram pardos e tratam dos temas relacionados a identidade racial de pardos. Neste ponto é importante dizer que um estudo circunscrito na área de Análise do Discurso que aborde a questão da identidade não está interessado na identidade em si, mas nos discursos sobre essa identidade. Lembrando que pelo viés da Análise do Discurso a identidade resulta de processos de identificação. Após encontrar esses sujeitos lemos todas as publicações disponíveis em seus perfis e escolhemos aquelas que discorriam sobre a relação de pardos com as políticas públicas e uso do dado numéricos dessa população e as que tratavam sobre quem são as pessoas pardas. Separamos ao final seis desses enunciados, sendo dois de cada perfil. Essa opção de corpus nos fez debruçar sobre os conceitos identidade e o processo de individuação do sujeito pelo Estado. Eni Orlandi (2011, p. 22).

Sabemos que numa pesquisa em Análise do Discurso a escolha do corpus é um passo muito importante e já é em si um gesto de análise, pois é o pesquisador que elege os dispositivos

teóricos de análise que utilizará para refletir sobre o corpus e responder suas perguntas. De acordo com Eni Orlandi:

[...] a pergunta é de responsabilidade do pesquisador, é essa responsabilidade que organiza sua relação com o discurso, levando-o à construção de “seu” dispositivo analítico, optando pela mobilização desses ou aqueles conceitos, esse ou aquele procedimento, com os quais ele se compromete na resolução de sua questão. Portanto sua prática de leitura, seu trabalho com a interpretação, tem a forma de seu dispositivo analítico (Orlandi, 2020, p. 25).

Os enunciados foram recolhidos ao longo dos anos de, 2023 e 2024, em três perfis de criadores digitais diferentes, mas que se seguem, comentam e respondem as publicações uns dos outros, na rede social Instagram, formando uma espécie de rede discursiva. Além disso, embora não tenha sido um critério para a seleção dos perfis a serem analisados, todos possuem nível universitário. Buscávamos resposta para a pergunta: Como o processo de individua(liza)ção do sujeito pelo Estado funcionam nos discursos dos influencers que defendem que pardos não são negros.

3.5.1 Análise dos enunciados

Sujeito A

Escolhemos apresentar primeiro nossas análises de discursos publicados no perfil de um sujeito-influencer de ancestralidade indígena, ele aborda em suas postagens questões relativas a esse pardo que não necessariamente descende de afro-brasileiros ou apresenta fenótipo negro, mas ao pardo resultado da mestiçagem entre brancos e indígenas. Recordemos que justamente foram os indígenas os primeiros a serem nomeados pelos portugueses como pardos desde o avistamento deles na costa brasileira no momento exato do início da invasão deste território. E é justamente o acontecimento histórico da invasão da América o processo criador da classificação de seres humanos em raças, de acordo com Aníbal Quijano:

La idea de raza, en su sentido moderno, no tiene historia conocida antes de América. Quizás se originó como referencia a las diferencias fenotípicas entre conquistadores y conquistados, pero lo que importa es que muy pronto fue construida como referencia a supuestas estructuras biológicas diferenciales entre esos grupos (Quijano, 2019, p. 226).

Ou seja, ao contrário do que o senso comum possa supor a ideia arbitrária de categorizar os seres humanos a partir da raça, na modernidade, foi aplicada primeiro aos povos originários das Américas, os indígenas, e não aos negros. Obviamente, num segundo momento o afã colonialista da Europa espalha essa categorização pelo mundo e atinge também a população negra. Tratando do impacto da aplicação da categoria raça aos povos conquistados Aníbal Quijano afirma:

La formación de relaciones sociales fundadas en dicha idea produjo en América identidades históricamente nuevas: indios, negros y mestizos, y redefinió otras. Así, términos como español y portugués, y más tarde europeo, que hasta entonces indicaban solamente procedencia geográfica o país de origen, desde entonces cobraron también, en referencia a las nuevas identidades, una connotación racial. Y en la medida en que las relaciones sociales que estaban configurándose eran relaciones de dominación, tales identidades fueron asociadas a las jerarquías, lugares y roles sociales correspondientes, como constitutivas de ellas y, en consecuencia, al patrón de dominación colonial que se imponía. En otros términos, raza e identidad racial fueron establecidas como instrumentos de clasificación básica de la población (Quijano, 2019, p. 227).

Desse modo, foi a invasão e conquista das Américas que criaram o conceito de raça como elemento legitimador das antigas práticas e discursos de superioridade e inferioridade entre conquistadores e conquistados. Assim o corpo, os traços fenotípicos e a cor da pele passam a ser elemento de exclusão ou inclusão social, até mesmo um definidor de mais ou menos humanidade, lembrando que no período colonial era inclusive discutido se indígenas possuíam ou não alma, ou seja, se eram ou não seres humanos. Na atualidade o Estado brasileiro tem critérios específicos de classificação racial de indígenas e eles não entram na categoria pardo. Quando tratamos de sujeitos pardos de origem indígena, estamos falando de mestiços que apresentam traços da ancestralidade indígenas em seu fenótipo, mas que não se reconhecem e nem são reconhecidos como indígenas, parte dessa população sabe de qual povo originário descende, outra ignora, mas todos se sabem não brancos e não negros.

Nosso sujeito A é um homem pardo de origem indígena, se identifica no Instagram como criador de conteúdo digital, o campo destinado a seus dados, a chamada *bio* nos informa ainda que possui ensino superior. Em seu perfil há um destaque intitulado “Quem sou eu?” em que menciona ser nordestino e sua origem familiar mestiça entre brancos e indígenas. Em suas postagens é recorrente o tema da ancestralidade indígena na constituição da população parda brasileira.

Sequência discursiva I – Publicada em 03/06/24: Texto de Instagram I

"Pardo é negro?". Bem, no Estatuto da Igualdade Racial, na narrativa e nas teorias propugnadas pelos movimentos sociais negros contemporâneos e no discurso midiático hegemônico, sim. Na cultura popular e na linguagem cotidiana do Brasil, definitivamente não. Os brasileiros costumam usar uma miríade de expressões para fazer referência à cor e/ou ao fenótipo de si mesmos ou dos outros. Alguns destes termos de fato designam pessoas negras mais "claras". Porém, é de um imenso reducionismo achar que todos os 92 milhões de autodeclarados pardos no Brasil são, necessariamente e sem exceção, negros (de pele clara). Pois sabemos que no senso comum, na linguagem popular, "pardo" não significa (e nunca significou) "negro". Esse é um discurso restrito, quando muito, a bolhas militantes. Uma construção político-ideológica que não reflete a realidade e a complexidade sociocultural deste país. Mais: em nenhum momento da história deste país o termo "pardo" referiu-se apenas a negros ou evocou apenas afrodescendência. Há inúmeras evidências históricas e socioantropológicas que mostram que o termo sempre evocou, também, ancestralidade indígena. Por que estas evidências nunca foram consideradas nos debates que levaram à promulgação do Estatuto da Igualdade Racial? Fica aí a ser pensado...

O texto acima aparece como legenda de uma publicação em formato de carrossel, ou seja, uma sequência de cards, no primeiro card temos a bandeira do Brasil e sobre ela a interrogação “Quais grupos costumam se declarar pardos no Brasil?”, a partir disso temos seis cards, em cinco aparece uma definição de diferentes termos populares associados à pardo e uma foto representando o fenótipo al qual se refere, teremos então: Caboclo – associado à foto da atriz amazônida Dira Paes; Moreno – representada pela foto da cantora Anitta; Sarará – foto de menina branca, de cabelo louro e crespo; Mestiço(a) de negro e indígena – foto do ator Micael Borges e de um homem preto; Negro de pele clara – foto da atriz Sheron Menezes; No último card temos um texto com o título “Quais desses “tipos” podem ser considerados negros?”.

Destacamos dois enunciados para análise:

Enunciado I: “Pardo é negro?”. Bem, no Estatuto da Igualdade Racial, na narrativa e nas teorias propugnadas pelos movimentos sociais negros contemporâneos e no discurso midiático hegemônico, sim”. Temos aqui uma pergunta retórica que o sujeito usa como recurso linguístico para tecer suas considerações sobre o tema, ela também evidencia uma tentativa de controlar os sentidos de pardo, uma vez que, ao iniciar com uma pergunta já há um efeito de sentido de dúvida que busca desestabilizar o sentido de que pardo é negro.

Logo depois temos uma formulação que indica em que lugares pardo é negro, o que já produz o efeito de sentido de que não é em todo lugar que pardos são negros. O primeiro a ser indicado é no Estatuto da Igualdade Racial, ou seja, um documento jurídico, uma manifestação de um Aparelho Ideológico de Estado, o sujeito-influencer afirma portanto que o Estado, por meio de um de seus Aparelhos Ideológicos, que também compõe os processos de individua(liza)ção do sujeito, é um lugar em que pardo é negro. Em seguida menciona os movimentos sociais negros, que são organizações políticas atuantes na articulação das políticas afirmativas e no discurso midiático hegemônico, lembrando que a mídia é um importante AIE e através de seus programas e conteúdos veicula a ideologia dominante.

Antes de abordarmos os processos de individua(liza)ção do sujeito do pelo Estado, detenhamo-nos no que representa o sistema jurídico como Aparelho Ideológico de Estado na perspectiva de Louis Althusser. Assim como no marxismo, Althusser compreende o direito e por extensão o sistema jurídico como um Aparelho Ideológico de Estado e, portanto, instrumento de dominação de classe. Conforme Althusser:

O Estado é uma “máquina” de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à “classe” dos grandes latifundiários) assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista) (Althusser, 1985, p. 62).

No caso do Brasil, a classe social está quase sempre atrelada à raça, a elite econômica e política do país é composta por uma maioria esmagadora de brancos, enquanto pardos, pretos e indígenas encontram-se em posição diametralmente oposta. Os Aparelhos Ideológicos de Estado vão trabalhar em várias frentes para manter o poder perenemente nas mãos da elite, a finalidade deles é justamente controlar a sociedade e manter o status quo.

Nessa perspectiva o objetivo do sistema jurídico é assegurar a dominação das elites sobre as classes desfavorecidas. Sendo assim, embora tenha a intenção de contribuir para a superação das desigualdades, o Estatuto da Igualdade Racial é também um instrumento de controle de classe porque funciona para amenizar algumas desigualdades, mas não necessariamente tirar o poder da classe dominante. E se há esse movimento do Estado para amenizar as desigualdades é porque os AIEs também são palco da luta de classes, nas palavras de Althusser “os Aparelhos Ideológicos do Estado podem não apenas ser os meios, mas também o lugar da luta de classes, e frequentemente de formas encarniçadas da luta de classes.” (1985, p.71) Portanto são os embates de classe dentro dos AIEs que levam o Estado a tomar algumas medidas em prol das classes dominadas, mas sem ceder-lhes o poder.

Retomando o Estatuto, entre outros pontos, ele estabelece uma divisão birracial da sociedade brasileira ao colocar todos os pardos, independente de suas ancestralidades, como partícipes do grupo negro. Dessa forma o Estado produz sentidos de igualdade étnico-racial entre os diferentes pardos gerados pelo extenso processo de mestiçagem do povo brasileiro, desconsiderando a diversidade das ancestralidades presentes na composição dessa população. Esse sentido de igualdade não se sustentará na prática social, uma vez que, ao buscar as políticas afirmativas uma parcela dessa população terá o seu acesso negado. A alegação das instituições (universidades públicas e órgãos públicos que adotam as cotas raciais em seus processos seletivos) é que uma parcela dos pardos não são socialmente lidos como negros, esse ato administrativo desses outros AIEs, vai produzir sentidos contrários ao do Estatuto da Igualdade Racial, pois estão produzindo sentidos de que nem todo pardo é negro. Essa interdição do acesso às políticas afirmativas é também uma materialidade visível da ideologia, de acordo com Althusser:

Os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam principalmente através da ideologia e, secundariamente através da repressão, seja ela bastante atenuada, dissimulada ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico). Desta forma, a Escola, as Igrejas “moldam” por métodos próprios de sanções, exclusões, seleções etc (Althusser, 1985, p. 70).

Althusser defende que toda prática social é atravessada por uma ideologia e que “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (1985, p. 93). Desse modo, as bancas de

heteroidentificação, que são constituídas por sujeitos, são lugares em que a ideologia se manifesta e moldam os sujeitos para a produção de sentidos de pardos funcionando também como um agente nos processos de individua(liza)ção e na construção identitária dos sujeitos pardos.

Sobre o processo de individua(liza)ção dos sujeitos Eni Orlandi (2002) afirma que após o estabelecimento da forma-sujeito, ocorre um segundo movimento teórico, a instituição das formas de individua(liza)ção do sujeito pelo Estado:

em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individua(liza)ção do sujeito na produção dos sentidos (Orlandi, 2002, p. 72).

O uso da palavra individua(liza)ção vai indicar a existência de dois processos de identificação: o de individuação e o de individualização. De acordo com Orlandi (2010, p. 15) “as formas (ou modos) de individuação do sujeito, pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, assim como as discursividades produzidas resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade”. Isso quer dizer que o processo de individuação é o responsável por produzir a imagem de uma indivíduo único e identificado a determinadas comunidades e não outras. É nesse processo que o sujeito estabelecerá “um laço social mínimo que o signifique” (Orlandi, 2010, p. 18).

Sobre o processo de individualização Orlandi (2008, p. 103) explica que ele é o ato de produzir “um sujeito individualizado, visível, calculável, logo, identificável e, portanto, passível de controle”, se estamos falando de controle, estamos falando de Aparelhos Ideológicos de Estado, pois é dentro desses aparelhos o lugar em que a vida dos sujeitos são registradas por meio dos números de documentos, dados cadastrais, nomes, localização, classificações raciais, etc. De acordo com Carling e Lara (2002, p. 60):

Este processo de identificação (por individualização) produz um apagamento do processo de individuação, pelo funcionamento da Ideologia. Ou seja, o processo de individualização produz o efeito de evidência de que o sujeito é uno, por ser identificável, ter um nome, registros que o identificam. Ao mesmo tempo, o processo de individuação é apagado, pois o sujeito tem a ilusão de que suas identificações se dão a partir dele, sem se dar conta de que as identificações se dão sócio-histórico e ideologicamente. Assim, o sujeito age conforme as determinações que oindividua(liza)m, de acordo com a história. Sendo essas determinações históricas, os processos de individua(liza)ção são diferentes conforme a formação social (Carling; Lara, 2002, p. 60).

Dessa forma, quando um sujeito se identifica como pardo essa não é uma identificação particular, individual, embora a constituição do sujeito capitalista viva uma ilusão de ampla liberdade, ela está atravessada por esses dois processos, logo não há autonomia do sujeito porque ele também é interditado pelos AIEs. Nesse caso, temos o Estatuto da Igualdade Racial

que interdita os sentidos de pardo como não negros, contudo temos um ruído, uma contradição quando outros AIEs interditam o sentido de pardo ser sempre negro, ao desclassificar sujeitos por uma ausência de negritude, produzindo sentidos de que nem todo pardo é negro.

Enunciado II: Mais: em nenhum momento da história deste país o termo "pardo" referiu-se apenas a negros ou evocou apenas afrodescendência. Há inúmeras evidências históricas e socioantropológicas que mostram que o termo sempre evocou, também, ancestralidade indígena. Por que estas evidências nunca foram consideradas nos debates que levaram à promulgação do Estatuto da Igualdade Racial? Fica aí a ser pensado...

Como já afirmamos anteriormente neste trabalho, o sujeito para a Análise do Discurso não é totalmente livre e também não se confunde com a ideia de indivíduo, ele é entendido como uma posição. Nas palavras de Eni Orlandi (2002, p.65) o sujeito “é posição entre outras, subjetivando-se à medida mesmo que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva)”, isso quer dizer que o sujeito produz sentidos a partir de sua posição-sujeito e essa posição se relaciona com as formações discursivas, isso quer dizer que de acordo com a inscrição do sujeito em determinada formação discursiva, ele se filiara a determinados sentidos e não outros.

Na formulação “Mais: em nenhum momento da história deste país o termo "pardo" referiu-se apenas a negros ou evocou apenas afrodescendência.”, temos um efeito de sentido que nega o sentido de pardo como sendo sempre referente à afrodescendência. Quando pensamos no sujeito que produziu esse enunciado temos um sujeito-pardo descendente de indígenas, essa posição-sujeito é o que faz filiar-se à formações discursivas que produzem o sentido de pardo como não sempre negro e aponta para o sentido da ancestralidade indígena como podemos ver na formulação seguinte “Há inúmeras evidências históricas e socioantropológicas que mostram que o termo sempre evocou, também, ancestralidade indígena.” Ao citar “evidências históricas e socioantropológicas” o sujeito busca legitimar seu discurso, sugerindo que ele é confirmado por áreas da ciência, a história e a antropologia, que teriam autoridade para corroborar sua argumentação. O interdiscurso aqui vai se relacionar com discursos anteriores que reconhecem a presença efetiva dos povos indígenas na gênese da formação étnica e social do Brasil.

Isso nos mostra como as palavras não encerram o sentido em si mesmas, segundo Pêcheux (2014, p. 146) “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referências às formações ideológicas (no

sentido definido mais acima) nas quais essas posições se inscrevem.” O sujeito que produziu os enunciados que estamos analisando não se identifica como negro, sua posição discursiva é a do sujeito-pardo de ancestralidade indígena, por isso a palavra pardo aqui significa mestiço de indígena, variando o sentido em suas formulações em relação aos sentidos produzidos pelo Estatuto da Igualdade Racial, filiando-se a formações discursivas em que o sentido de pardo não corresponde ao sentido de negro. Isso demonstra como os sentidos não são dados, as palavras adquirem sentidos de acordo com a posição-sujeito daquele que enuncia e as formações discursivas as quais esse sujeito se filia. Os sentidos portanto não são cristalizados na língua, eles variam, deslizam, se modificam, tornam-se outros, tanto em razão da história, das condições de produção, como da posição-sujeito e das formações discursivas e formações ideológicas as quais a palavra se filia. Sentidos estão sempre em disputa na língua.

Sujeito B

Aqui analisaremos os enunciados produzidos pelo sujeito B, uma jovem mulher parda, sudestina e que também possui curso superior. Em sua biografia no Instagram se identifica como criadora de conteúdo digital e aparece no campo de informações os seguintes enunciados: Resgato onças pardas do limbo racial, seguida da figura de uma onça; Escrivência mestiça e autêntica. As referências presentes nessas informações nos chamaram a atenção, primeiro temos a onça parda, o segundo maior felino das Américas, ela possui a pelagem de cor marrom, a palavra parda no nome do animal é uma referência a esse aspecto físico, a sujeito está usando uma representação metafórica e imagética de qual seria seu público-alvo. Para tanto, se utiliza de um animal que é comumente associado a força, beleza e resistência, ou seja, produzindo o efeito de sentido de que as pessoas pardas compartilham com o felino dessas qualidades. Temos então uma intencionalidade de identificação das pessoas pardas com as características simbólicas do animal silvestre. Nessa mesma formulação temos a menção ao limbo racial que é caracterizado pela ausência de uma identidade racial, representada frequentemente pela afirmação “negro demais pra ser branco e branco demais para ser negro”, os sentidos produzidos nela excluem a possibilidade de uma ancestralidade indígena, pois parte do princípio de que só há duas possibilidades de identificação racial, ser negro ou ser branco. Essa representação da sociedade brasileira composta apenas de brancos, negros e pardos resultado da mestiçagem apenas desses dois grupos é muito comum nos discursos de ativistas do sudeste, região onde nasceu, estudou e mora atualmente a sujeito-ativista. Notamos que em suas primeiras publicações a influencer não abordava a questão da ancestralidade indígena, isso é comum nos discursos produzidos por ativistas negros do sudeste. Mesmo no senso comum não

se costuma pensar em presença indígena naquela região, isso se deve ao fato de o sentido de indígena estar sustentado num imaginário que associa os povos originários ao selvagem, às regiões distantes, enquanto o sudeste é associado ao Brasil moderno, onde está estabelecido o poder econômico, o poder político (a maioria dos presidentes do país são naturais daquela região) os grandes conglomerados de mídia e é a região mais desenvolvida do país. Nesse imaginário não cabe a existência de Mby'a, Tupi Guarani, Kaingang, Krenak ou Terena, povos que vivem no estado de São Paulo ou que no Rio de Janeiro vivem mais de dois mil indígenas, inclusive na capital, onde a maioria mora numa região de favelas conhecida como Complexo da Maré. Esses imaginários e a presença minoritária e marginalizada dos povos originários, explica o apagamento deles nos debates sobre a população parda daquela região.

Em seguida temos a formulação “Escrevivência mestiça e autêntica”, a escolha da palavra escrevivência chama a atenção porque ela foi cunhada pela escritora preta Conceição Evaristo através da junção das palavras escrever e vivência. Temos então nas formulações da bio uma estratégia de comunicação que busca atingir um público específico, pessoas pardas, que se veem num limbo racial e ao mesmo tempo tem contato com o ativismo negro, pois é Conceição Evaristo um nome célebre dos movimentos negros hodiernos, logo usar a palavra escrevivência remete imediatamente a ela e ao ativismo negro. Desse modo, as informações da bio do Instagram filiam a sujeito-ativista a formações discursivas que atrelam pardo á mestiçagem de brancos e negros.

Segundo a ativista sua página é um projeto de divulgação de sua pesquisa sobre parditude² e um lugar de acolhimento de pessoas pardas, também é informado nos destaques (uma publicação permanente logo abaixo da bio) que neste perfil do Instagram negro é sinônimo de preto. Identificamos sua primeira postagem direta sobre o tema em dezembro de 2021, mas já havia alguns textos sobre racismo em postagens em meses anteriores daquele mesmo ano.

Sequência discursiva II– Publicada em 29/02/24: Texto de Instagram II

As estatísticas socioeconômicas brasileiras demonstram que os efeitos do passado escravocrata impactam de maneira significativa os grupos de pessoas pretas e pardas. Diante dessa realidade, o Estado reconhece a necessidade de implementar políticas de reparação histórica, uma responsabilidade essencial. No entanto, o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que tais políticas só podem ser efetivadas ao considerar que pretos e pardos são a população negra do Brasil. Embora teoricamente pretos e pardos tenham estes direitos garantidos, na prática, muitos pardos enfrentam desafios na identificação, pois seus fenótipos ambíguos e mestiços nem sempre são percebidos como próximos ao que nossa população compreende como conceito de negritude. Ou seja, essas pessoas são incluídas nas estatísticas de vulnerabilidade sob a soma “pretos + pardos = negros”, sofrem os impactos do racismo em suas vidas diariamente, mas não desfrutam plenamente dos direitos conquistados principalmente pelo fato de representarem uma parcela expressiva da população brasileira. Além disso, observa-se um apagamento dos pardos que têm ascendentes indígenas, estes também têm o direito de usufruir de políticas de reparação, mas como foi estabelecido que ‘pardo é negro’, acabam excluídos.

VEM PRO STORY LER A COLUNA COMPLETA!!!

² Segundo a própria ativista o termo parditude se refere à identidade e cultura de pessoas pardas. Entendido também como o sentimento de orgulho e valorização dessa identidade étnico-racial.

#parditude #pardos #cotasraciais #colorismo #vestibularmedicina

Fonte: <https://www.instagram.com/parditude/p/C384lictvHU/>, 2024.

No caso desse recorte temos enunciados produzidos numa situação específica, a divulgação nas redes sociais e em diferentes meios de comunicação do cancelamento da matrícula de Alison dos Santos Rodrigues (o jovem da foto da publicação), no curso de Medicina da USP, em razão de não ter sido validada pela banca de heteroidentificação da universidade sua auto-declaração racial como pardo, o que o impediu de acessar o curso na vaga de cotistas. Todos os anos são noticiadas situações semelhantes que reacendem o debate e a polêmica sobre o trabalho das bancas de heteroidentificação, não há uma uniformidade no trabalho dessas comissões, cada instituição adota um modelo diferente de bancas e de quesitos para confirmação da identidade racial dos candidatos às políticas afirmativas, todas se baseiam na chamada leitura social do fenótipo dos candidatos que devem ser lidos como negros, o que muitas vezes tem sido entendido como ter apenas traços afrodescendentes, desse modo excluindo das cotas os pardos que tenham características indígenas ou uma aparência mais ambígua entre o negro e o branco. As bancas e comissões de heteroidentificação fazem parte de Aparelhos Ideológicos de Estado e também constituem os processos de individua(liza)ção do sujeito pelo Estado porque elas regulam a identidade dos sujeitos ao produzir sentidos de quem é ou não pardo.

Enunciado I - No entanto, o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que tais políticas só podem ser efetivadas ao considerar que pretos e pardos são a população negra do Brasil. Embora teoricamente pretos e pardos tenham estes direitos garantidos, na prática, muitos pardos enfrentam desafios na identificação, pois seus fenótipos ambíguos e mestiços nem sempre são percebidos como próximos ao que nossa população compreende como conceito de negritude.

O texto publicado no perfil do Instagram da sujeito-influencer é um recorte de um artigo de opinião escrito por ela e publicado na Revista Fórum, uma revista online, isso significa que ele não se direciona apenas a seus seguidores, mas às pessoas em geral, e aos leitores da revista em especial, o que amplia o seu diálogo com o público que de alguma maneira se sinta afetado pelos sentidos de pardo produzidos pelo Estado brasileiro. A publicação do trecho em seu perfil pessoal e a disponibilização do link para a matéria é uma estratégia para potencializar o número de leitores do texto no site, para as empresas de mídia online cada click conta e quanto maior a visibilidade de uma matéria, maior será o valor cobrado por publicidade naquela página, afinal no sistema capitalista tudo se vende e com tudo se lucra, inclusive com ativismo social.

Um dos objetivos desse texto é sensibilizar os leitores sobre a situação dos candidatos pardos que, após serem aprovados nos processos seletivos das universidades, são

desclassificados nas bancas de heteroidentificação por não serem considerados negros. Na formulação “No entanto, o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que tais políticas só podem ser efetivadas ao considerar que pretos e pardos são a população negra do Brasil.” Temos a argumentação sustentada no discurso oficial do Estatuto, a ativista busca apontar aos leitores que as cotas raciais não se aplicam somente às pessoas pretas, mas também aos pardos, pois o Estado brasileiro considera-os parte da população negra. A necessidade de reafirmar o discurso oficial é proveniente do fato de que a maioria dos brasileiros não conhece o texto do Estatuto, nem da lei de cotas e nem mesmo como funcionam exatamente as políticas afirmativas. É bastante recorrente o entendimento em nossa sociedade de que as cotas são apenas para pessoas pretas, é a esse pensamento que a ativista se antecipa ao mencionar o que diz o Estatuto.

Há muito desconhecimento sobre as políticas de cotas no Brasil, é muito comum as pessoas não saberem da existência das cotas sociais que beneficiam alunos de escolas públicas de todos os grupos étnico-raciais, por exemplo. Isso ocorre porque as cotas raciais foram amplamente questionadas, especialmente nos meios de comunicação de massa desde sua implementação, processo que continua ainda na atualidade, apesar dos estudos demonstrando o sucesso dessa política de ação afirmativa. Todo o burburinho ao redor delas de alguma maneira apagou a existência dos outros públicos-alvo dessa política que são os estudantes de escola pública, as pessoas com deficiência e os indígenas. O fato de que apenas as cotas raciais sejam alvo de questionamentos e ataques frequentes demonstram como a sociedade brasileira ainda é muito influenciada pelo imaginário do mito da democracia racial, fazendo com que uma parcela considerável do povo negue os impactos sociais e econômicos da escravidão na vida da população negra brasileira atual.

Em seguida temos “Embora teoricamente pretos e pardos tenham estes direitos garantidos, na prática, muitos pardos enfrentam desafios na identificação, pois seus fenótipos ambíguos e mestiços nem sempre são percebidos como próximos ao que nossa população compreende como conceito de negritude.”, neste trecho temos afirmação de que pretos e pardos têm direito às cotas, porém esse direito só é garantido aos pretos. A argumentação se sustenta no fato de que pardos são mencionados tanto do Estatuto como na lei de cotas, contudo eles são o único grupo étnico-racial passível de ter sua identidade racial questionada, pois sua identificação como pardo nos processos administrativos parte do imaginário do que é negritude e, muitas vezes, o fenótipo de uma pessoa parda é mais próximo do indígena ou é ambíguo entre o preto e o branco, sem ser um ou outro. Vemos então nesta formulação dois efeitos de sentido, primeiro o de que pardos são sujeitos de direito da política de cotas raciais e o segundo de que pardos nem sempre são socialmente lidos como negros. Sendo assim, não há questionamento

da política afirmativa, mas sim dos critérios de identificação das pessoas pardas nesses processos, uma vez que, em nossa sociedade o pardo nem sempre é identificado como negro. O que coloca em relevo que o sentido de pardo como categoria pertencente ao grupo negro é um campo discursivo em disputa, pois esse pertencimento é, muitas vezes, negado.

Enunciado II - Além disso, observa-se um apagamento dos pardos que têm ascendentes indígenas, estes também têm o direito de usufruir de políticas de reparação, mas como foi estabelecido que ‘pardo é negro’, acabam excluídos.

Este segundo enunciado sustenta sua argumentação destacando o apagamento da ancestralidade indígena de pessoas pardas, pois o sistema jurídico brasileiro, ao englobar pardos no grupo negro, apaga e invisibiliza a existência de pardos de origem indígena. Esse apagamento sugere que a classificação étnico-racial não apresenta apenas um caráter de reconhecimento de características fenotípicas de mestiçagem, mas carrega em si um imaginário de que todo pardo é afrodescendente. A formulação "acabam excluídos" produz o efeito de sentido de que esse entendimento opera a partir de uma lógica classificatória que simplifica e uniformiza identidades raciais, desconsiderando a realidade multifacetada dos pardos brasileiros.

Esse questionamento do modo como o Estado classifica ou desclassifica pardos é um movimento de resistência aos processos de individua(liza)ção do sujeito, pois contraria a relação de mão única em que o Estado define a classificação racial, de modo a homogeneizar essa categoria, desconsiderando nuances, a diversidade de experiências existentes e mesmo a discriminação racial que historicamente indígenas e seus descendentes também sofrem, pois foram eles os primeiros povos escravizados no Brasil e as vítimas de um genocídio e epistemicídio que continuam em curso.

Sujeito C

Os enunciados que analisaremos foram produzidos pelo sujeito C, na rede social ele não se identifica como influencer ou criador de conteúdo, porém há publicações comemorando o aumento de seguidores o que indica que há uma intencionalidade de agregar pessoas aos debates propostos no perfil que atualmente conta com mais de 8 mil seguidores. Em sua biografia na página, a primeira a informação apresentada é o enunciado “Os pardos são pardos e sou um deles”, o que já nos traz claramente qual a posição do perfil em relação a questão da identidade étnica de pardos. Nesse espaço os sentidos de pardo não se relacionam com ser negro. Além disso, os dados públicos informam que o sujeito possui curso superior .

Sua primeira publicação do Instagram em que menciona a população parda, é o lançamento de um livro de sua autoria sobre esse grupo étnico-racial, em dezembro de 2021. A partir de então dois temas são recorrentes em suas publicações: pardos não são negros e a problemática envolvendo desclassificação de pardos em cotas raciais.

FIGURA 2: PESSOAS PARDAS
Sequência discursiva III: Publicação feita no Instagram em 10/05/2023.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CsFDKQpOe6B/>, 2023.

Temos no enunciado um card em que é apresentado um mapa mental, esse gênero textual é caracterizado por se estruturar como um tipo de diagrama, em que temos uma ideia central ampliada por meio de ramificações de informações. Esse recurso de aprendizagem foi criado pelo psicólogo e escritor inglês Tony Buzan (1942-2019) e tem como intuito facilitar o entendimento e conexão entre conceitos e ideias, para tanto pode utilizar tanto texto verbal, como não verbal, formas e cores, desse modo o cérebro utiliza diferentes habilidades para interpretar palavras. Na publicação temos como conceito central “pessoas pardas” escrita em cor branca, em letra bem maior que as ramificações, sobre fundo marrom em tom mais escuro, sobrepondo um tom mais claro dessa cor onde estão escritas as informações que se conectam com o conceito central desse mapa mental. É constante a presença dessa cor nas postagens desse perfil do Instagram, associando diretamente o marrom, em diversas tonalidades, à cor da pele de pardos.

Enunciado I - “São contra a imposição de uma etnia que não é a delas” O enunciado começa com a formulação “São contra”, o uso do verbo ser traz em si o sentido de algo estável, imutável, ou seja, o efeito de sentido é de que as pessoas pardas sempre se posicionaram diferente do Estado sobre sua etnia, fosse algo instável o sujeito poderia ter optado por “Estão” que produziria o efeito de sentido de algo passageiro. Em seguida temos a palavra “contra” que pode ser entendida como “em oposição a” ou mesmo “em luta com”, o que traz o sentido de oposição ativa, temos então um sujeito que ativamente rejeita uma classificação que não corresponde a que ele compreende como sua etnia.

Corroborando com o sentido de “em luta com” temos o uso da palavra “imposição” o que sugere uma relação de poder, afinal só quem tem poder possui a prerrogativa de obrigar outrem a alguma coisa. Embora não esteja mencionado explicitamente no texto, sabemos pelas condições de produção que a imposição de etnia a que se faz referência é a prática de políticas públicas que o Estado brasileiro realiza colocando pardos como parte do grupo negro.

Ao final temos a formulação “que não é a delas”, aqui a negação produz um efeito de sentido de rechaço a etnia determinada, imposta pelo Estado. O sujeito poderia ter formulado “Pessoas pardas não são negras, embora o Estado afirme isso”. Temos aqui um discurso de resistência do sujeito aos processos de individua(liza)ção do sujeito implementados pelo Estado que busca moldar as identidades dos sujeitos, a recusa dessa imposição reflete o desejo da validação e do reconhecimento da identidade parda como diversa da identidade negra.

Enunciado II – “A sua multirracionalidade está expressa em sua fenotipia” Esse enunciado dialoga com o sentido de pardo presente no Manual do Recenseador do Censo de 2022, publicado pelo IBGE. Aquele documento produz o sentido de pardo como mistura de duas ou mais raças, portanto aponta para multirracionalidade e articula-se com os sentidos de mestiçagem. A palavra “multirracial” associa as características físicas de pardos não apenas a mistura de brancos e negros, mas a múltiplas raças que resultam em diferentes possibilidades de aparência física. Nesse sentido, é a multirracionalidade o elemento definidor da categoria pardo, o que estabelece implicitamente que pardo não necessariamente terá a aparência de negro. Outro aspecto que chama a atenção nessa formulação é a referência a “fenotipia”, ou seja, as características físicas de uma pessoa parda. De fato, não há uma lista de quais seriam as características de uma pessoa para classificá-la como parda em nenhum documento do IBGE e nem no Estatuto da Igualdade Racial. O uso da palavra “fenotipia” é interessante também porque no Brasil as questões de raça se articulam muito mais com aspectos físicos, do que com origem biológica. Se em lugares como nos Estados Unidos basta ter um ancestral negro para que alguém seja considerado negro, no Brasil é preciso ter a aparência, os traços, a cor, enfim a fenotipia de negro.

Contudo circulam em nossa sociedade diversos sentidos de pardo, encontramos, por exemplo, na página da internet do Tribunal de Justiça do Distrito Federal o texto intitulado “Que categorias o Censo IBGE utiliza para raça e cor?”, nele temos o seguinte enunciado “**Pardo** se refere a quem se declara pardo e possui miscigenação de raças com predomínio de traços negros.” O sentido de pardo nessa formulação se relaciona com o de negro, o que não dialoga com a definição do IBGE e nem mesmo com a do Estatuto da Igualdade racial, pois nesses documentos não há menção a “predomínio de traços negros”. Essa afirmação do sujeito-

autor do texto se filia as formações discursivas que significam pardo apenas como negro. O fato de este texto estar publicado em uma página oficial de um tribunal de justiça dá a ele um status de verdade jurídica, ainda que não esteja indicado qual a formação ou cargo do autor. Temos novamente discursos de AIEs produzindo sentidos conflituosos de pardo.

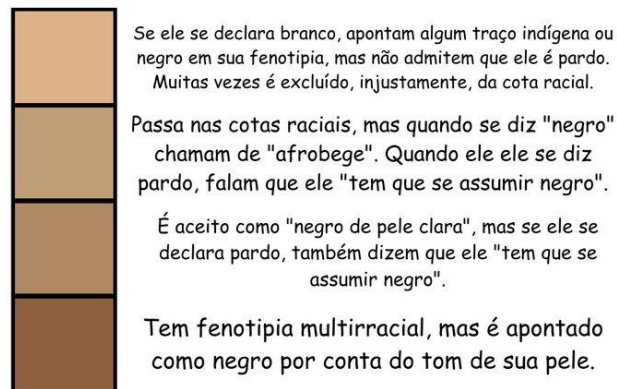
Enunciado III – “O termo “pardo” não é sinônimo de “negro” e pardos de pele clara não são brancos.” Temos nesse enunciado uma tentativa do sujeito de controlar os sentidos de pardo por meio do uso da negação, afirmando por meio dela, na primeira parte do enunciado, que pardo e negro não possuem o mesmo sentido. Na segunda parte, há ainda a busca por determinar que o tom de pele mais claro não faz de um pardo uma pessoa branca, isso se ancora na ideia de que não só o tom da pele é um indicador de miscigenação, mas também os traços fenotípicos, logo se a pessoa tem um tom de pele mais próximo do branco, sua mestiçagem estará expressa em outras características como a textura do cabelo e os traços do rosto. O sujeito está se filiando a um interdiscurso que questiona o uso pelo Estado da categoria negro para pardos e tenta delimitar o que é/ quem é pardo. Desse modo, o discurso tenciona identidade e reconhecimento, revelando as disputas de sentidos de pardo que estão acontecendo no país tanto no campo linguístico como no político.

Sequência discursiva IV: Publicação feita no Instagram em 09/04/2023.

FIGURA 3: ESCALA DE PARDO

@denis_mousan

Escala de Pardo



Todos são pessoas pardas. E as pessoas pardas existem!!!

Fonte: <https://www.instagram.com/p/Cq1T-gyOPVS/>, 2023.

Nesta publicação temos a junção da linguagem verbal e não-verbal, trata-se de um card com fundo branco, o desenho de uma escala de tons de marrom representando as cores de peles pardas e ao lado de cada tom um texto abordando como a sociedade lê racialmente esse tom de

pele, acima o título “Escala de pardo” e no rodapé temos o texto “Todos são pessoas pardas. E as pessoas pardas existem!!!”.

Esse card dialoga com o que vemos abaixo, muito popular na internet:

FIGURA 4: MEME



Fonte: Google, 2024.

Esta imagem circula já há alguns anos nas redes sociais e costuma ser utilizada para criticar tanto as manchetes em sites de notícias como a abordagem policial. Não é incomum que a imprensa brasileira ao publicar uma reportagem sobre tráfico de drogas use o substantivo traficante sem pudores quando o delito é realizado por pessoas pardas e pretas. No entanto, quando o criminoso é branco a escolha das palavras para as manchetes muda substancialmente e aparecem termos como “jovem”, “estudante” “filho de juíza” de modo a produzir sentidos que se afastem daqueles que constituem a ideia de traficante, criminoso. Dessa forma, a imprensa brasileira faz funcionar estereótipos raciais que se relacionam com o sentido de que apenas pessoas pardas e pretas são traficantes. Já as pessoas brancas, mesmo quando detidas ou investigadas pelo crime de tráfico de drogas, ocupam outros lugares, o que se materializa no uso de termos que não se relacionam com o sentido do delito criminal. Dessa maneira elas são significadas numa posição social superior aos pardos e pretos, porque nas mídias são representadas por meio de discursos que afastam os sentidos de sujeito-traficante associados a elas, atualizando uma memória de que brancos não são criminosos, afinal em nossa sociedade está cimentado o estereótipo de criminoso associado aos corpos pardos e pretos.

Não podemos esquecer que os donos dos jornais, rádios, sites e dos grandes conglomerados de notícias do Brasil são em sua esmagadora maioria brancos, assim como os editores desses meios de comunicação, sendo assim não é surpreendente que esses meios produzam discursos que reforcem os sentidos de divisão da sociedade brasileira entre negros e brancos, numa relação assimétrica, retratando negros em posições subalternas e de marginalidade em contraponto à posição de superioridade não só econômica, mas também moral da população branca. O modo como os meios de comunicação fazem circular esses discursos materializa aquilo que Cida Bento (2022) chamou de pacto narcísico da branquitude,

uma espécie de compromisso tácito que existe entre pessoas brancas de agir na sociedade de tal modo que se mantenha a estrutura racial que as privilegia, por meio de ações de autopreservação do grupo. Essas ações vão desde preferir contratar pessoas brancas para exercer determinadas funções até a exclusão da palavra traficante de uma manchete de notícias quando o delinquente em questão é uma pessoa branca.

Um caso recente que exemplifica esse fato é a investigação sobre Renato Cariani, conhecido nas redes sociais por ser um influencer da área fitness, é um homem branco, rico, formado em duas carreiras acadêmicas, recentemente foi alvo da Polícia Federal numa investigação sobre tráfico de drogas. A imprensa em nenhum momento o nomeou traficante, seu nome aparecia sempre associado ao termo “Influenciador”. Embora o primeiro card tenha se inspirado nessa imagem elas não pertencem ao mesmo gênero discursivo. Extremamente popular na cibercultura, a fonte de inspiração é um meme, gênero discursivo que se caracteriza por ser um texto curto, que articula o verbal e o não-verbal, carrega em si temas do cotidiano ou que são relevantes em determinado momento nas mídias e possuem uma intenção humorística ou irônica. O enunciado que vamos analisar inspirou-se na ideia central dessa imagem, a escala de cor muda a percepção das pessoas sobre o indivíduo e também traz um tom irônico, ambos fazem parte dos gêneros digitais porém apresenta muito mais texto verbal do que os memes, a imagem é uma ilustração para completar o sentido do texto verbal e não traz em si nenhum elemento de humor (entretanto apresenta ironia), essas características o afastam do gênero meme e são coerentes com o card, texto-imagem, utilizados no Instagram para divulgar ideias e informações, a plataforma não permite uma escrita direta no chamado feed (espaço das publicações).

A escolha por produzir um card abrange dois quesitos importantes para a divulgação de ideias nas redes sociais, ter um texto conciso e uma imagem que chame a atenção, a assim além do debate é facilitada a divulgação, uma vez que os seguidores podem compartilhar o card em seus próprios perfis.

A escala de marrons chama a atenção e o texto é passível de ser lido rapidamente, isso demonstra que o enunciador pretende que seu enunciado circule o máximo possível nas redes sociais, configurando o ciberativismo. Outro aspecto que precisamos considerar é que todo pequeno texto postado está inserido no macro texto que chamamos de perfil, nesse caso, embora o autor não se declare influencer ou criador de conteúdo digital, seu perfil é aberto, ou seja, qualquer pessoa pode acessá-lo, suas postagens abordam questões relativas à identidade racial parda e não há postagens de cunho familiar, o que denota a intenção de ativismo social.

O título “Escala de pardo” e a imagem da escala propriamente contém em si a ideia de que há variados tons de pardos e de que a sociedade reage de modos distintos diante de cada um deles.

O primeiro quadrinho representa os pardos mais claros e é acompanhado do enunciado: “Se ele se declara branco, apontam algum traço indígena ou negro em sua fenotípia, mas não admitem que ele é pardo. Muitas vezes é excluído, injustamente, da cota racial.” Nesta parte está representado o pardo mais claro, esse grupo apresenta características físicas ambíguas e podem usar do fenômeno chamado de passabilidade, pessoas pardas que com algumas mudanças, como alisar o cabelo e esconder-se do sol, podem passar-se por brancas, mas de acordo com o enunciado essa mimetização não é absoluta, pois as pessoas identificam nela traços indígenas e/ou negros. Ao afirmar que a desclassificação desse pardo nas cotas é injusta o sujeito-ativista marca a posição de que todos os pardos têm direito à cotas raciais. Há muita polêmica envolvida na desclassificação de pardos em cotas raciais, principalmente porque não há um consenso nem na sociedade, nem nos documentos oficiais sobre quais são as características de uma pessoa parda.

Em seguida temos o segundo quadrinho, um pouco mais escuro, associado ao texto: Passa nas cotas raciais, mas quando se diz “**negro**” chamam de “**afrobege**”. Quando ele se diz pardo, falam que ele “**tem que se assumir negro**”. Neste enunciado temos novamente abordada a situação dos pardos nas bancas de heteroidentificação, aqui temos representado um pardo que apresenta características de negritude suficiente para ser aprovado nas bancas, mas sua leitura racial varia. A palavra “afrobege” produz um efeito de sentido irônico porque faz referência a um tom de pele mais claro, que não se encaixaria completamente na identidade negra, indicando menos negritude no sujeito do que a desejável. Esse enunciado exemplifica como o discurso das bancas de heteroidentificação, que são em última instância discursos do Estado brasileiro, afetam a identidade e o processo de identificação dos sujeitos pardos. Em alguns contextos é muito claro para afirmar-se negro e então recebe a alcunha de afrobege, o uso desse despectivo é uma marca das relações de pardos com pretos. Essa palavra aparece em perfis de redes sociais e vídeos de youtube sempre na situação de uma pessoa preta apontando falta de negritude em uma pessoa parda e sempre com valor pejorativo, o que mostra que há tensões entre o grupo e que não há unanimidade no entendimento de que pardos sejam negros.

O terceiro quadrinho, mais escuro que os anteriores, se associa ao texto: “É aceito como “**negro de pele clara**”, mas se ele se declara pardo, também dizem que ele “**tem que se assumir negro**”. Seguindo o escurecimento da escala de pardo, temos aquele que em alguns contextos pode ser lido como “negro de pele clara”, o termo é uma tradução de *light skin*, expressão usada

nos Estados Unidos para referir-se a pessoas com tons de pele como o da cantora Beyoncé ou a atriz Zendaya. Nas redes sociais em que se discute colorismo é comum que se observe o uso do termo em inglês mesmo, o que mais uma vez demonstra como o movimento negro brasileiro é muito influenciado pelos norte-americanos e tenta reproduzir em nosso país o modelo racial deles. Sucede que os processos de colonização e sociedade são muito diferentes, inclusive numericamente há muito mais mestiços no Brasil que nos Estados Unidos e aqui o racismo é muito mais ligado à aparência das pessoas que à sua ascendência africana. Sem contar a grande relevância dos povos originários no processo de mestiçagem, principalmente nas regiões norte e nordeste.

Há muito mais diferenças que coincidências entre a configuração racial do Brasil e a dos Estados Unidos. Nesse enunciado, assim como no anterior aparecem ainda a sequência discursiva “tem que se assumir negro”, nela está contida a ideia de que o pardo é um sujeito que não assume sua negritude e esse seria um dos efeitos do racismo que é a ideologia dominante. Isso ocorre porque ser negro é carregado historicamente de sentidos negativos, na sociedade capitalista racista ser negro é um demérito. Faz parte do imaginário social que o negro sempre ocupa um lugar de inferioridade e subalternidade, portanto ser negro direciona para a produção de sentidos no qual circula a ideia de que é indesejável ser negro.

Por outro lado, essa formulação também produz o sentido de que é preciso ter orgulho de ser negro, então conclama o pardo a um ato de resistência, o sujeito-pardo é instado a fazer um movimento de desidentificação racial como pardo e passe a se identificar como negro num gesto de movimento político, apontando para a produção de sentidos positivos de ser negro.

No quarto e último quadrinho, temos o texto: “Tem fenotipia multirracial, mas é apontado como negro por conta do tom de sua pele.” Temos um texto que se refere àquele pardo que não apresenta unicamente traços negróides, pode ter a pele escura e o cabelo liso, por exemplo, mas será lido como negro por conta do tom de sua pele. Nessa sequência discursiva não aparece nenhuma referência às cotas raciais. O card é finalizado com a afirmação: “Todos são pessoas pardas. E as pessoas pardas existe!!!.”

Esta última sequência discursiva apresenta duas reivindicações a de pertença ao grupo étnico-racial pardo e mais veementemente à existência dele, podemos observar que a formulação termina com uma exclamação tripla, o que dá o sentido de indignação ou de ênfase no discurso. A estrutura discursiva do card produz o sentido de que há uma diversidade de pardos e de que este é um grupo étnico-racial independente do grupo negro. Dito de outro modo, pardos não são negros. Temos aqui um confronto político tanto entre sujeitos como entre os sujeitos e os Aparelhos Ideológicos de Estado que buscam regular os sentidos de pardo. Ao

mesmo tempo, há uma disputa de sujeitos pela significação de pardo que estabelece disputas de poder e sentido tanto entre os sujeitos pardos e o Estado como entre pardos e o movimento negro. O que mostra que há diferentes sentidos produzidos de pardo e, além disso, que não há um sentido estabilizado nem mesmo no discurso do Estado brasileiro, que hora significa pardos como negros, ora nega a negritude uma parcela deles.

Como já mencionamos todos os enunciados analisados foram produzidos por sujeitos-ativistas que usam o espaço das redes sociais para divulgar suas ideias e seu trabalho. Segundo Tafarello:

A posição sujeito de ativista está relacionada às questões políticas e ideológicas localizadas socialmente e que, em alguma medida, se referem a uma demanda de sentidos, podem-se citar os discursos sobre políticas das ações afirmativas para negros, direito do menor e do adolescente, direito da mulher, direito das pessoas portadoras de necessidades especiais, questões indígenas, movimento pela paz etc. Muito embora a posição de ativista seja da ordem das políticas e práticas ideológicas, ela se inscreve apenas em uma localidade das instâncias sociais (Tafarello, 2012, p. 97).

Isso quer dizer que o ativista não pretende uma mudança estrutural ampla, ele tratará da busca de mudanças localizadas que atinjam determinado grupo social, no caso dos sujeitos-ativistas dos quais analisamos os discursos, a pretensão é provocar uma mudança social, através da modificação do entendimento jurídico do que são pessoas pardas, seria retirar a população parda do grupo negro, dando a ela um caráter independente que abrangesse as diferentes possibilidades de ser pardo existentes no país. Os discursos deles vão se opor aos sentidos produzidos pelo Estatuto da Igualdade Racial e ao de alguns setores dos movimentos negros o que causará choques discursivos.

Quando essa pesquisa se iniciou os sujeitos dos quais analisamos os discursos não apareciam em outros meios que não seus perfis pessoais no Instagram, contudo em 2024 um dos sujeito-ativistas publicou textos sobre a temática de cotas e identidade de pardos na Revista Fórum (abril e março de 2024) e foi mencionada em uma reportagem da Revista Veja (março, 2024) sobre o tema da desclassificação de pardos nas bancas de heteroindentificação de universidades públicas, outro foi entrevistado em outubro do mesmo ano pelo portal G1 para falar sobre a mudança de autodeclaração racial de candidatos aos pleito municipal de 2024 e os três participaram de eventos falando sobre a identidade de pessoas pardas. Isso mostra que a discussão vem se ampliando, ou seja, os sujeitos-ativistas estão conseguindo colocar suas demandas em pauta, colocar no jogo discursivo que o Estado se equivoca ao considerar pardos um subgrupo da categoria negro e para isso apontam tanto para os discursos que circulam em nossa sociedade, mas principalmente para as contradições dos discursos oficiais que ora dizem que pardos são negros, ora nega que todos os pardos o sejam.

A discussão também está chegando nas instâncias políticas, na sessão de 24/04/2024 do senado federal, o senador Plínio Valério (PSDB-AM) questionou o texto atual da Lei de Cotas, afirmando que pardos não são negros, em seu discurso afirmou:

Por que, então, a gente só fala dos negros? Por que a gente não fala dos negros e dos pardos? Já se aceita a condição de mestiço de ser pardo. Por que a gente não fala "e"? Eu ouvi o senador Paim falando, com toda a decência, em negros e pardos. É isso aí que se quer. A gente não quer "pardo é negro" (Valério; Agência Senado, 2024, s/p).

Podemos observar que há mais visibilidade do ativismo produzido no sudeste, contudo é o norte que tem levado a discussão para as esferas governamentais, debates em comissões, pedidos de reunião, etc. A principal demanda dos grupos nortistas é que o Estatuto da Igualdade Racial apaga o caboclo, o pardo mestiço de indígena porque essas pessoas não são e nunca foram socialmente lidas como negras. Em última instância, apaga e invisibiliza a existência de povos originários e a contribuição deles para a formação étnica dos brasileiros, afinal os primeiros nomeados pardos foram os indígenas e depois seus descendentes mestiços com o branco europeu. Ademais, ainda hoje esse processo ocorre, afinal a maioria dos grupos indígenas brasileiros não vive isolado, muitos estão em contexto urbano e se misturam aos não indígenas.

Outro ponto interessante é que o ativismo de defesa de causas raciais costuma ser associado a grupos de esquerda, inclusive um dos influencers declarou em um de seus vídeos que seus posicionamentos se inscrevem mais à esquerda. Contudo, identificamos que os espaços em que circulam esses discursos estão mais ao campo da direita ou centro-direita, ainda que essa não seja uma bandeira de nenhum partido de direita até o momento. É possível considerar que isso ocorre porque dentro do espectro da esquerda brasileira está pacificado ou ao menos aceito o efeito de sentido de que pardo é negro, afinal a Lei de Cotas foi proposta pelo senador Paulo Paim (PT – RS), um importante representante desse campo político, e não observamos nenhum pronunciamento seja na câmara, seja no senado de um político de esquerda questionando a classificação de pardos como negros, ou a desclassificação de pardos nas bancas de heteroidentificação. Se consideramos que o silêncio também é um ato do dizer, entendemos que nesse campo há um consenso sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento produzimos um efeito de conclusão porque essa é uma necessidade dos trabalhos acadêmicos, o que não significa que tenhamos explorado todas as possibilidades de análise do corpus ou do objeto que selecionamos. De fato, o fim de uma pesquisa nunca se dá porque sempre há outras possibilidades de análise, outro olhar sobre o objeto, outro modo de articular o arcabouço teórico com o corpus, outras possibilidades de corpus, de marcas discursivas a serem analisadas, de perguntas a serem respondidas, enfim o que produzimos é uma gota de um oceano repleto de possibilidades. A relevância de nossa pesquisa está no fato de abordar uma polêmica contemporânea, atravessada pela questão racial que é estrutural e estruturante da sociedade brasileira pelo viés dos estudos discursivos da linguagem.

Nosso percurso de pesquisa começou a partir da nossa relação direta com a questão da identidade de pessoas pardas, uma vez que a pesquisadora se autodeclara parda. Além disso, nossa experiência como docente no ensino superior nos permitiu acompanhar de perto o funcionamento das bancas de heteroidentificação e as polêmicas em torno do reconhecimento da identidade racial dos candidatos que se autodeclararam pardos para o ingresso na universidade. Quando começamos nossas reflexões sobre o tema, num gesto comum na atualidade, fomos buscar mais informação na internet. Nesse processo, nos deparamos com diferentes discursos que circulavam tanto nas mídias quanto nas redes sociais, chamou-nos a atenção o fato de a maioria das publicações que encontrávamos serem de pessoas pretas ou brancas. Decidimos, então, buscar por influencers que se autodeclarassem pardos e os discursos deles sobre a identidade de pessoas pardas a fim de analisar os efeitos de sentido que pardo assumia nesses discursos.

Para compreender melhor os sentidos possíveis de pardo na atualidade e nos discursos que analisamos realizamos primeiro uma breve recuperação histórica do contexto racial brasileiro, pois a tensão racial é um elemento constitutivo da sociedade brasileira desde o primeiro momento da invasão portuguesa que transformou Pindorama em Brasil. Como sabemos, a ideia de raça é arbitrária e do ponto de vista biológico completamente equivocada. No entanto, ela é uma poderosa ferramenta de dominação que a Europa utilizou em todos os continentes que invadiu e isso afetou inclusive as identidades dos sujeitos pelo mundo. Segundo Aníbal Quijano:

Impuesta como criterio básico de clasificación social universal de la población del mundo, según ella fueron distribuidas las principales nuevas identidades sociales y geoculturales del mundo. De una parte: "Indio", "Negro", "Asiático" (antes "Amarillos" y "Aceitunados"), "Blanco" y "Mestizo". De la otra: "América", "Europa", "África", "Asia" y "Oceanía". Sobre ella se fundó el eurocentrismo del poder mundial capitalista y la consiguiente distribución mundial del trabajo y del intercambio. Y también sobre ella se trazaron las diferencias y distancias específicas en la respectiva configuración específica de poder, con sus cruciales implicaciones

en el proceso de democratización de sociedades y Estados y de formación de Estados-nación modernos. (Quijano, 2019, p. 349).

É dizer, a ideia de raça é resultado de um processo de dominação colonial e é pedra fundamental na constituição das sociedades capitalistas modernas e, portanto, da sociedade brasileira. É ainda hoje um discurso poderoso na construção e manutenção das relações de poder instituídas a partir das identidades raciais impostas, incluindo a de pessoas pardas. Isso somado ao fato de o Brasil ser um país erguido sob a égide da escravidão e, posteriormente, ter sido solo fértil para o pensamento eugênico, faz com que os discursos sobre raça reverberem e ganhem relevância em nossa sociedade.

Nosso percurso de análise das condições históricas de produção nos possibilitou observar os modos como pardo foi significado ao longo da história e o imaginário que apaga e invisibiliza a ancestralidade indígena no discurso oficial do Estado brasileiro sobre essa identidade racial. Também compreendemos que estamos analisando discursos racializados, na perspectiva de Modesto um discurso racializado não é, necessariamente, aquele cujo conteúdo trate de raça ou racismo, mas aqueles que são atravessados pelo processo de racialização e sendo assim estão inseridos em práticas sociais, institucionais e culturais, tais práticas influenciam como as pessoas são percebidas na sociedade. De acordo com Modesto:

Assim, um discurso racializado, em minha perspectiva, dá conta de um funcionamento discursivo atravessado pela memória dos processos sociais e históricos de racialização os quais se manifestam não apenas nos dizeres e imagens específicos de/sobre raça, mas também nos dizeres e imagens que dissimulam seu atravessamento racial, apesar das condições sociais e históricas de uma formação social capitalista e de origem colonial nas quais se inserem (Modesto, 2021, p. 3).

No nosso caso analisamos discursos cujo tema é identidade racial e que estão também atravessados por esses processos sociais e históricos de racialização. É o sujeito pardo um sujeito desestabilizador da organização social brasileira quando ela é vista sob uma perspectiva birracial, como se ela fosse dividida apenas entre brancos e negros. O advento do Estatuto da Igualdade Racial traz consigo esse entendimento sobre a configuração racial da população parda brasileira, teremos uma tensão discursiva sobre os sentidos de pardo que circulam em nossa sociedade e isso afetará os discursos dos sujeitos.

No corpus da nossa pesquisa, emerge o sujeito-pardo, que se constitui a partir de um movimento de resistência a uma imposição de identidade racial levada a cabo pelo Estatuto da Igualdade Racial. O documento jurídico impõe uma identidade negra a um grupo que não se reconhece e que, muitas vezes, não é reconhecido como negro por si mesmo e nem por outras instâncias da sociedade e do Estado. Os AIEs produzem discursos conflituosos, significando pardo de modos diferentes, ora dentro da identidade negra, ora fora dessa identidade. Esse

movimento incongruente sobre os sentidos de pardo impacta nos processos de individua(liza)ção do sujeito, causando ambiguidade.

No Estatuto pardo significa negro, logo todo pardo seria sujeito dos direitos dessa categoria racial, contudo essa identidade nem sempre é confirmada nas bancas de heteroidentificação. Em muitos casos elas negam o acesso a esse direito, não dizendo que o candidato seja branco, mas produzindo o efeito de sentido de que nem todo pardo é negro.

Dessa forma, ocorre um conflito nos processos de individua(liza)ção do sujeito pelo Estado, realizado pelos AIEs, que atua de forma conflituosa na regulação e controle da identidade étnico-racial de sujeitos pardos, além de invisibilizar a ancestralidade indígena brasileira, o que causa uma reação discursiva, um ato de resistência desses sujeitos que buscam o reconhecimento de uma identidade parda que considere outras ancestralidades além da africana, colocando em relevo que o modo como atualmente o Estatuto da Igualdade Racial significa pardo não dá conta da diversidade fenotípica e de ancestralidade presente nesse grupo e impactando diretamente ao não acesso desse grupo a políticas públicas que em tese eles também teriam direito.

REFERÊNCIAS

- AGASSIZ, Elizabeth e Louis. **Viagem ao Brasil:1865 –1866**. Brasília: Senado Federal, 2000.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Trad. Maria Laura V. de Castro. Introdução crítica de José Augusto Albuquerque. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- ARCANJO, Fernanda & SILVA, Edson Pereira. **A Hipótese Darwiniana da Pangênese**, Genética na Escola 10, nº 2 (2015): 10.
- AVENDAÑO, Tom C. **Elite brasileira que importa sêmen prefere doadores brancos de olhos azuis**. ElPais, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/31/politica/1522449726_364534.html Acesso em: 23 de março de 2023.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, higienizer e regenerar : uma história da eugenia no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- CARLING, Anna Clara de Oliveira. LARA, Renata Marcelle. Processos de individua(liza)ção e imposição de identidades fabricadas em "The Handmaid's Tale". **Eventos Pedagógicos**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 51–69, 2022. DOI: 10.30681/rep.v13i1.6284. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/6284>. Acesso em: 11 de outubro de 2024.
- CENTENERA, Mar. **La cita fallida del presidente de Argentina: “Los mexicanos salieron de los indios, los brasileiros de la selva, pero los argentinos de los barcos”**. El País, 2021 Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2021-06-09/la-cita-fallida-de-alberto-fernandez-los-mexicanos-salieron-de-los-indios-los-brasileros-de-la-selva-pero-los-argentinos-de-los-barcos.html> Acesso em: 9 de junho de 2021.
- CONT, Valdeir Del. **Francis Galton : eugenia e hereditariedade**. Vol. 6, Nº2. Scientiae Studia. Disponível em : <https://www.anpof.org/periodicos/scientiae-studia/leitura/358/20821> Acesso em: 28 de junho de 2022.
- CRUZ, Rodrigo Andrade da. **Oito votos contra um: o desenvolvimento da ciência eugenista nos Estados Unidos**. 2012. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- DIWAN, Pietra. **Raça pura : uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo : Contexto, 2007.

FERNANDES, Dirley. **O que você sabe sobre a África : Uma viagem pela história do continente e dos afro-brasileiros**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2016. Acesso: 15 de fevereiro de 2022.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GALAK, Eduardo Lautaro. **Fortalecer los músculos para mejorar la raza. Discursos eugenésicos sobre educación del cuerpo en revistas pedagógicas de Argentina y Brasil (1920-1940)**. Revista Sociohistórica, n.44. La Plata, 2019.

GOMES, Tiago de Melo. **Problemas no paraíso – A democracia Racial Brasileira frente à imigração afro-americana (1921)**. Estudos afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, v. 25, nº 02, 2003.

HITLER, Adolf. **Mi lucha**. Buenos Aires. Ed.: Alborada, 1968.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual de entrevista – Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/treinamento/manuais.html> Acesso em: 7 de outubro de 2024.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 2ª ed. Campinas-SP: Pontes, 1993.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MODESTO, R. **Os discursos racializados**. Revista da ABRALIN, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 1–19, 2021. DOI: 10.25189/rabralin.v20i2.1851. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>. Acesso em: 21 de outubro de 2024.

MORAGAS, Vicente Junqueira. **Que categorias o Censo IBGE utiliza para raça e cor?**. Sementes da Equidade, 2022. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/que-categorias-o-censo-ibge-utiliza-para-raca-e-cor> Acesso em: 9 de outubro de 2024.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude : Usos e sentidos**. Belo Horizonte : Autêntica, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil : identidade nacional versus identidade negra**. 5ª ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica**. Comciência, v. 6, n. 89, jul. 2007. Disponível em: <https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=26&id=296>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 4. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Do sujeito na história e no simbólico**. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Os sentidos de um Estátua: Fernão Dias, individuação e identidade pousoalegrense**. In: *Discurso, espaço, memória –caminhos da identidade no Sul de Minas*. Campinas, Editora RG, 2011.

PÊCHEUX, M. **Delimitações inversões, deslocamentos**. Trad. José H. Nunes. In: *Cadernos de Estudos lingüísticos*, 19. IEL, Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas*. In: _____. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 3. ed. Campinas-SP: Pontes, 2002.

PIRES, Breiller. **“Todo pardo é mau-caráter”: torcida do Santos cobra expulsão de conselheiro por áudio racista**. ElPais, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/18/deportes/1555620519_856197.html Acesso em: 4 de maio de 2020.

QUIJANO, Aníbal. **Ensayos en torno a la colonialidad de poder** ; compilado por Walter Mignolo. 1ª ed. Buenos Aires : Editora Del Signo, 2019.

REGGIANE, Andrés Horacio. **Historia mínima de la eugenesia en América Latina**. 1ª ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2019.

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ROCHA, José Geraldo da. **De preto à afrodescendente: implicações terminológicas**. *Cadernos do CNLF*, Vol. XIV, Nº 2, t. 1. Disponível em: http://filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_1/899-907.pdf. Acesso: 30 de janeiro de 2024.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Mestiçagem, degenerescência e crime**. 1899. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-506992>, acesso: 28 de julho de 2023.

RODRIGUES, M. L. **Introdução ao estudo da ideologia que sustenta o MST**. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas - MS, 2001.

SANTOS, Ale. **Rastros de resistência: histórias de luta e liberdade do povo negro**. São Paulo: Panda Books, 2019.

SENADO. **Plínio Valério pede diferenciação entre negros e pardos em cotas afirmativas**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/04/24/plinio-valerio-pede-diferenciacao-entre-negros-e-pardos-em-cotas-afirmativas>, acesso em: 24 de abril de 2024.

SILVA, Cristiane dos Santos. **Mãos negras em solo hostil: A luta do trabalhador negro representada pelos escritos de Feliciano Galdino de Barros nos jornais de Cuiabá na Primeira República**. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Mato Grosso – MT, 2020.

SOUZA, Márcia Regina de; BRESSANIN, Joelma Aparecida. **Quem é pardo no Brasil? Uma análise dos sentidos de pardo nos modos de definir cor ou raça**. Revista de Estudos Acadêmicos de Letras, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 75–88, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reacl/article/view/4112>. Acesso em: 12 de março de 2023.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau: as ciências contra o Brasil mestiço**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras**. Guarapava: Unicentro, 2019.

TAFARELLO, Paulo César. **Sentidos inter-ditos: entre as formas de dizer e as formas de negar**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas SP – 2012.

TEIXEIRA, Izabel M. SILVA, Edson P. **História da Eugenia e Ensino de Genética**. Revista História da Ciência e Ensino. PUCSP. V.15, 2017.

VALLEJO, G.; MIRANDA, M. **Darwinismo social y eugenesia en el mundo latino**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.